



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 053 - TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT	Líder Mário Couto - PSDB (9)
Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)
Líder do PR - 5 Magno Malta	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata	Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda	Líder do PV - 1 Paulo Davim	
Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella		
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 46ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE ABRIL DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 394, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 253, de 2005; 67, de 2007; e 132, de 2010.....

10898

Nº 395, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.....

10899

Nº 396, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.....

10906

Nº 397, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....

10913

Nº 398, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....

10920

Nº 399, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa.....

10927

1.2.2 – Comunicação

Do Senador Jorge Viana, solicitando registro da presença de S.Ex^a na sessão de 7 do corrente. (Ofício nº 54/2011, de 7 do corrente).....

10934

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 7 de abril de 2011 e publicação em 8 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 529, de 2011, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....

10935

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 91 a 93, de 2011.....

10936

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 12, de 2011.

10936

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007.....

10937

Esclarecimento de que não será utilizada a numeração 331 para os requerimentos de 2011.....

10937

1.2.4 – Mensagem da Presidente da República

Nº 95, de 2011, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 8 a 18 do corrente, em viagem oficial à República Popular da China.....

10937

1.2.5 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006 (nº 7.824/2010, naquela Casa), do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.....

10938

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.....

10943

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, lido anteriormente.

10952

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que *estabelece a obrigatoriedade de nomeação pela Administração Pública Federal dos candidatos aprovados em concurso público, respeitado o número de vagas estabelecido no edital do certame*.....

10952

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO DURVAL – Reflexão sobre os problemas da educação no País.....

10955

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao Governo Dilma por ocasião do transcurso dos 100 primeiros dias de gestão.....

10956

SENADORA ANA AMELIA – Considerações a respeito da visita oficial da Presidente Dilma Rousseff à China e ponderações sobre as relações comerciais do Brasil com aquele país.

10962

SENADOR VITAL DO RÉGO – Preocupação com a soberania nacional e o processo avançado de internacionalização das terras brasileiras.....

10965

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Preocupação com a situação da segurança pública em todo o País, especialmente no Estado de Roraima.....

10968

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro de debate, amanhã, na Comissão de Infraestrutura, a fim de discutir os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) referentes à implantação do trem de alta velocidade entre a cidade de Campinas e o Rio de Janeiro; e outro assunto.

10972

SENADOR WILSON SANTIAGO – Cumprimentos à Presidente Dilma pelos primeiros 100 dias do seu governo e pela avaliação positiva aferida em pesquisa CNI/Ibope.

10974

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem pelo transcurso, dia 8 de abril, do Dia Nacional do Sistema Braille; e outros assuntos.....

10980

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Comentários acerca dos debates que estão ocorrendo na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a revisão do Código Florestal.....

10983

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Balanço das iniciativas concretas das intenções anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff no decorrer dos 100 primeiros dias de seu governo.....

10987

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Preocupação com a situação por que passa o Estado do Acre, com a elevação do nível do rio Acre; e outros assuntos.

10989

SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da determinação feita pela Presidenta Dilma ao Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para intensificar as ações do Plano Nacional para Banda Larga; e outros assuntos.

10990

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Destaque para a prioridade dada pela Presidente Dilma Rousseff à internet banda larga.

10993

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Análise dos resultados da balança comercial brasileira no primeiro trimestre de 2011.....

10993

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR WILSON SANTIAGO – Homenagem pelo transcurso dos 45 anos de existência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; e outros assuntos.

10997

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a apresentação por S. Ex^a de aula magna na Faculdade de Direito de Caxias do Sul.....

11000

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o artigo publicado no jornal **O Globo**, edição de 17 de março, intitulado “A conquista de um gigante chamado Monte Roraima”.....

11005

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 12, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

11005

1.3 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 46^a Sessão, Não Deliberativa em 11 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Wilson Santiago, Aníbal Diniz, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 394, DE 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado de nº 253, de 2005, do Senador Paulo Paim, que regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas, do Projeto de Lei do Senado nº 67,

de 2007, do Senador Inácio Arruda, que regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária, altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências, e do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2010, de minha autoria, que regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.

Justificação

As proposições supracitadas visam regulamentar os regimes previdenciários excepcionalizados pelos §§ 9º, 12 e 13 do Art. 201 da Constituição Federal. A despeito das diferenças mínimas na forma com que abordam o assunto, penso ser legislativamente produtivo sua análise e apreciação em conjunto.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011. – Senador **Pedro Simon**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 395, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CRE)

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é legalmente atribuída aos ministérios das respectivas áreas de atuação, que o fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente as de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das aditâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do governo brasileiro, e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Sala da Comissão, em

fcw
Senador FERNANDO COLLOR

REQUERIMENTO N° //, DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blaíro Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu talante elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:
REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler sorridente o introito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de Lei por esta Comissão.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex's que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CRE)

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

JUSTIFICAÇÃO

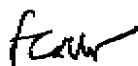
A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é legalmente atribuída aos ministérios das respectivas áreas de atuação, que o fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente as de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das aditâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do governo brasileiro, e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Salão da Comissão, em



Senador FERNANDO COLLOR

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
REQUERIMENTO N° 14, DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPlicy (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blaíro Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSE AGripino (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu talante elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:
REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler somente o intuito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno

do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex's que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs. (À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CRE)

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é legalmente atribuída aos ministérios das respectivas áreas de atuação, que o

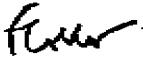
fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente as de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das aditâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do governo brasileiro, e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Sala da Comissão, em


Senador FERNANDO COLLOR

REQUERIMENTO N°3 , DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blaíro Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>	3 - ANA AMÉLIA <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB) <i>Vital do Rego</i>	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM) <i>José Agripino</i>	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu falante elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:
REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler somente o intuito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex's que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CRE)

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é legalmente atribuída aos ministérios das respectivas árcas de atuação, que o fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente as de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das aditâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do governo brasileiro, e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Sala da Comissão, em


Senador FERNANDO COLLOR

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N° 12, DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blaíro Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB) <i>Vital do Rego</i>	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIINO (DEM) <i>José Agripino</i>	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu talante elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:
REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler somente o introito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Exªs que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CRE)

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativa e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a ele vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é legalmente atribuída aos ministérios das respectivas áreas de atuação, que o fazem baseados em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, num total de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio.

Assim, dentro das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, especialmente as de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, consideramos salutar requerer maiores informações e dados acerca das aditâncias brasileiras, principalmente no que concerne aos critérios e requisitos para sua criação e escolha dos respectivos titulares. Afinal, trata-se de instituições públicas de representação e atuação no exterior em nome do governo brasileiro, e para as quais não há nenhum tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas.

Sala da Comissão, em

flávio
Senador FERNANDO COLLOR

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N°/5 , DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blairo Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Crivella</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PAREAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
PAULINHO (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Anna Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu talento elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:
REQUERIMENTO N°...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler somente o introito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:**REQUERIMENTO Nº...**

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:**REQUERIMENTO Nº...**

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.**ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE**

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex's que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GSJV nº 54/11

Brasília, 7 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar-lhe que por um lapso não registrei minha presença na sessão de hoje, embora tenha, inclusive, participado da reunião da Comissão de Reforma Política realizada às 14 horas, conforme lista de presença anexa. Por isso, solicito-lhe que considere minha participação em plenário, na tarde de hoje.

Atenciosamente, – Senador Jorge Viana.

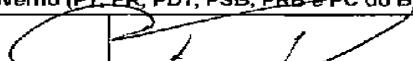
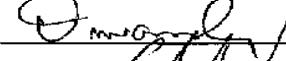
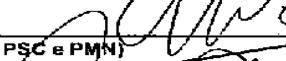
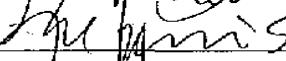
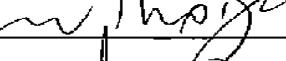
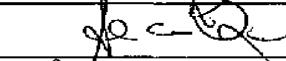
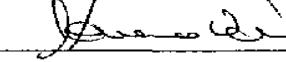
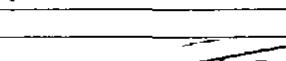
COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA POLÍTICA

Comissão Temporária do Senado Federal, criada pelo Ato do Presidente nº 24, de 2011, com o objetivo de elaborar um Anteprojeto de Reforma Política.

Listá de Presença

9ª Reunião da Comissão

07 de abril de 2011, 14h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

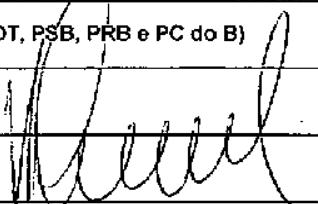
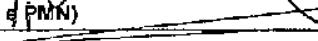
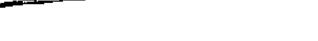
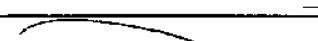
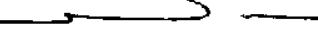
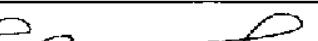
SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PRB e PC do B)	
Wellington Dias (PT-PI)	
Jorge Viana (PT-AC)	 
Pedro Taques (PDT-MT)	
Ana Rita (PT-ES)	
Vanessa Grazziotin (PC do B-AM)	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	
Bloco (PMDB, PP, PSC e PMN)	
Francisco Dornelles (PP-RJ)	
Roberto Requião (PMDB-PR)	
Luiz Henrique (PMDB-SC)	
Eduardo Braga (PMDB-AM)	
Aécio Neves (PSDB-MG)	
Lúcia Vânia (PSDB-GO)	
Fernando Collor (PTB-AL)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	
Itamar Franco (PPS-MG)	

**Comissão Temporária do Senado Federal, criada pelo Ato do Presidente nº 24, de 2011,
com o objetivo de elaborar um Anteprojeto de Reforma Política.**

Lista de Presença

9ª Reunião da Comissão

07 de abril de 2011, 14h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

SENADORES SUPLENTES	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PRB e PC do B)	
Humberto Costa (PT-PE)	
Vicentinho Alves (PR-TO)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB)	
Waldemir Moka (PMDB-MS)	
Ana Amélia (PP-RS)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Senhora Presidente da República adotou, em 7 de abril de 2011, e publicou, no dia 8 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 529, de 2011**, que “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa
Magno Malta

Marcelo Crivella
Gleisi Hoffmann

Acir Gurgacz
Antonio Carlos Valadares
Inácio Arruda

Cristovam Buarque
Lídice da Mata
.João Pedro

Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	Paulo Davim
Francisco Dornelles	Vital do Rêgo
Eduardo Amorim	Ana Amélia
Sérgio Petecão	.Eduardo Braga

Bloco (PSDB/DEM)

Alvaro Dias	Aluysio Nunes Ferreira
Demóstenes Torres	Mário Couto

PTB

Gim Argello

João Vicente Claudino

*PSOL

Marinor Brito

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002– CN.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Paulo Teixeira Arlindo Chinaglia	José Guimarães Henrique Fontana
PMDB	
Henrique Eduardo Alves Mendes Ribeiro Filho	Teresa Surita Almeida Lima
Bloco (PSB/PTB/PCdoB)	
Ana Arraes Jovair Arantes	Osmar Júnior Givaldo Carimbão
PSDB	
Duarte Nogueira	Otavio Leite
PP	
Nelson Meurer	José Otávio Germano
DEM	
Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)	
Lincoln Portela	George Hilton
PDT	
Giovanni Queiroz	André Figueiredo
Bloco (PV/PPS)	
Sarney Filho	Rubens Bueno
*PSOL	
Chico Alencar	Ivan Valente

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 8-4-2011
- Designação Prevista da Comissão: 11-4-2011(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 12-4-2011
- Emendas: até 14-4-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 8-4-2011 a 21-4-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 21-4-2011
- Prazo na CD: de 22-4-2011 a 5-5-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 5-5-2011
- Prazo no SF: de 6-5-2011 a 19-5-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 19-5-2011
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 20-5-2011 a 22-5-2011 (43º ao 45º dia)

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 23-5-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 6-6-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo:

- **Nº 91, de 2011** (apresentado como conclusão do Parecer nº 47, de 2010-CN, da CMO), que *aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005*;
- **Nº 92, de 2011** (apresentado como conclusão do Parecer nº 47, de 2010-CN, da CMO), que *sobreasta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238*; e
- **Nº 93, de 2011** (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2011-CN, da CMO), que *declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2011**, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para modificar a denominação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para Comissão de Desenvolvimento Regional, Turismo e da Amazônia*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo,

posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007** (nº 3.913/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *revoga o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas).*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que não será utilizada a numeração 331 para os requerimentos de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 95, de 2011**, na origem, da Senhora Presidente da República que comunica sua ausência do País, no período de 8 a 18 de abril, em viagem oficial à República Popular da China.

A referida matéria foi anexada ao processado da Mensagem nº 37, de 2011.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM N° 95, DE 2011, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País, no período de 8 a 18 de abril de 2011, em viagem oficial à República Popular da China.

Brasília, 8 de abril de 2011. – **Dilma Rousseff.**

Aviso nº 153 – C. Civil

Brasília, 8 de abril de 2011

A Sua Excelência o Senhor

Senador Cícero Lucena

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial,

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica que se ausentará do País, no período de 8 a 18 de abril de 2011, em viagem oficial à República Popular da China.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006** (nº 7.824/2010, naquela Casa), do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.*

É o seguinte o Substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006

(nº 7.824/2010, naquela Casa)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 126. O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e que usufrui liberdade condicional poderá remir, pelo trabalho ou pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho;

II - 1 (um) dia de pena por 12 (doze) horas-aula de atividades de ensino fundamental, médio, inclusive na modalidade profissionalizante, ou superior ou de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

§ 2º As atividades a que se refere o inciso II deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por meio do uso de metodologia de ensino a distância.

S 3º A remição pelo trabalho ou pelo estudo será declarada pelo Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, sendo que, na remição pelo estudo, deverá ser apresentada certificação de frequência e aproveitamento por autoridade educacional competente.

S 4º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

S 5º O condenado que cumpre a pena em regime fechado poderá remir, pelo trabalho ou pelo estudo, parte do tempo da execução da pena, por meio de atividades de trabalho ou de estudo restritas ao presídio ou por metodologia de ensino a distância.

S 6º O instituto da remição da pena pelo estudo ou pelo trabalho não alcançará os condenados por delitos considerados hediondos ou a eles equiparados.

S 7º Não será admitida a cumulação concomitante de cursos para efeito de remição."(NR)

"Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar o direito em até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, começando a contagem de novo período a partir da data da infração disciplinar.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a revogação do tempo remido será total."(NR)

"Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida para todos os efeitos."(NR)

"Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução có-

pia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando e dos dias de trabalho ou de frequência em atividade de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.**

Institui a Lei de Execução Penal.

SEÇÃO IV

Da Remição

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Art. 127. O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Art. 128. O tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará, mensalmente, ao Juízo da execução, ao Ministério Público e à Defensoria Pública cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles. (Redação dada pela Lei nº 12.313, de 2010).

Parágrafo único. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

Art. 130. Constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Altera as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo e por trabalho:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II – 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de acumulação dos casos de remição, deverá haver compatibilidade das horas diárias de trabalho e de estudo.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.” (NR)

“Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.” (NR)

“Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.” (NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

Parágrafo único. Ao condenado será dada a relação de seus dias remidos.” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o seu atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º

.....
IV – ao condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto ou que usufrui liberdade condicional.

§ 1º

§ 2º Para os beneficiários descritos no inciso IV, a bolsa será integral, atendidos o critério previsto no § 1º do art. 1º e requisitos específicos a serem definidos em regulamento, cancelando-se o direito à bolsa em caso de regressão ao regime fechado ou de revogação do livramento condicional.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 153, DE 2011

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 70-A. Os escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas serão aprovados previamente, por voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal, na forma do art. 53, III, f, da Constituição Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação de servidores públicos para desempenharem atividades e missões de caráter permanente como adidos no exterior, é atribuída aos ministérios das respectivas áreas de atuação. Essas indicações são feitas com fundamento em decretos e por meio de portarias próprias. Contudo, a nomeação se dá por ato do Presidente da República.

O que se tem percebido nos últimos anos é um aumento cada vez maior da criação de aditâncias nos principais países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Se até há pouco tempo tínhamos apenas os adidos militares e culturais, hoje se verifica a presença desses servidores junto às embaixadas exercendo missões em outras áreas, como as de adido agrícola, adido tributário, adido policial e adido de inteligência, totalizando de cerca de uma centena de adidos brasileiros, até onde constatamos.

Além de importante papel que desempenham no assessoramento às embaixadas brasileiras em segmentos específicos de interesse do país, os adidos, ao assumirem os cargos, passam a dispor de uma estrutura administrativa e funcional que configura uma autêntica representação brasileira no exterior, incluindo instalações, remunerações e subsídios especiais, além de um quadro de servidores adjuntos, auxiliares e de apoio. Ademais, são responsáveis pela interface entre o Estado acreditado e o Brasil nos assuntos de suas respectivas competências.

Convém destacar que, dentre as prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, consideramos de extrema importância a de natureza fiscalizadora dos atos do Poder Executivo. Além disso, por ser a Casa da Federação, entendemos que o Senado Federal deve participar do processo de escolha dos titulares das nossas aditâncias. Afinal, esses servidores, civis e militares, serão não apenas representantes no exterior das instituições públicas às quais estejam vinculados, mas também, em última análise, do Estado brasileiro.

Ora, o que percebemos é que, apesar dos adidos atuarem no exterior em nome do governo brasileiro, e defenderem os interesses do Estado, não há qualquer tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo acerca de suas atividades, muito menos de prestação de contas das escolhas, gastos, decisões e atividades desempenhadas. Uma vez que a Constituição da República assegura ao Senado Federal a competência privativa de aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar (art. 52, III, f, da Constituição Federal), entendemos que passa da hora de esta Casa exercer essa prerrogativa no que concerne ao processo de escolha dos titulares de nossas aditâncias.

Por todo o exposto, apresentamos este Anteprojeto de Lei, uma iniciativa voltada a tornar efetivo o disposto no texto constitucional.

Sala das Sessões, em

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: ANTEPROJETO N° 1, DE 2011-CRE

ASSINAM O ANTEPROJETO, NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blaíro Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>
GIL MARTELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

*LEGISLAÇÃO CITADA*LEI N° 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.Conversão da MPV nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. Os atuais servidores do Plano de Classificação de Cargos – PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Ministério das Relações Exteriores poderão, em caráter excepcional, ser designados para missões transitórias e permanentes no exterior, aplicando-se-lhes, no que couber, os dispositivos constantes dos arts. 22 e 24 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993.

§ 1º A remoção dos servidores a que se refere o caput deste artigo obedecerá aos critérios fixados nos planos de movimentação preparados pelo órgão de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, observada a ordem de preferência destinada aos Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria para o preenchimento das vagas nos postos.

§ 2º Poderão ser incluídos nos planos de movimentação referidos no § 1º deste artigo os servidores que, além de possuírem perfil funcional para o

II - tiverem sido aprovados em curso de treinamento para o serviço no exterior; e

III - contarem pelo menos 4 (quatro) anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado entre 2 (duas) missões permanentes no exterior.

Art. 59. As disposições desta Lei aplicar-se-ão, no que couber, aos servidores do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores não pertencentes às Carreiras do Serviço Exterior Brasileiro quando se encontrarem em serviço no exterior.

Art. 60. A contagem do tempo de efetivo exercício no posto, para fins do que dispõe o § 2º do art. 52 desta Lei, terá início na data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006, quando se tratar de postos do grupo C.

Art. 61. O Diplomata que se encontrar, na data de publicação da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006, lotado em posto que venha a ser classificado como integrante do grupo D terá a contagem de tempo de efetivo exercício no posto, para fins do que dispõem o § 2º do art. 52 e o § 1º do art. 53 ambos desta Lei, iniciada na data de publicação do ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores que estabeleça a categoria do posto.

Art. 62. Nos casos não contemplados nos arts. 60 e 61 desta Lei, a contagem do tempo de efetivo exercício no posto, para fins do que dispõe o § 2º do art. 52 desta Lei, terá início a partir da data de chegada do Diplomata ao posto.

Art. 63. Será feita aproximação para o número inteiro imediatamente superior sempre que a imposição de limite numérico por aplicação de qualquer dispositivo desta Lei produzir resultado fracionário.

Art. 64. Fica assegurado ao servidor do Serviço Exterior Brasileiro o direito de requerer ou representar.

Art. 65. Durante o período de implementação do preenchimento do Quadro Ordinário, conforme o Anexo I desta Lei, no semestre em que não se verificar a proporção de 2 (dois) concorrentes para cada vaga, os candidatos ao Quadro de Acesso e à promoção, nas classes de Conselheiro, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário poderão, excepcionalmente, ser dispensados do cumprimento das disposições dos arts. 52 e 53 desta Lei, ressalvados, exclusivamente, os requisitos de conclusão do CAE, do CAD e, quando for o caso, do CAP, de que trata o inciso III do caput do art. 52 desta Lei.

Art. 66. Os arts. 21, 22 e 24 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. O instituto da remoção de que trata o regime jurídico dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro não configura direito do servidor e obedecerá aos planos de movimentação preparados pelo órgão de pessoal do Ministério das Relações Exteriores para os Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria." (NR)

"Art.

22.

.....
.....
.....
IV - aprovação no Curso de Habilitação para o Serviço Exterior - CHSE para o Oficial de Chancelaria e no Curso de Treinamento para o Serviço no Exterior - CTSE para o Assistente de Chancelaria.

§ 1º Os requisitos para os referidos cursos serão definidos em ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º O prazo máximo de 10 (dez) anos consecutivos de permanência no exterior poderá estender-se, atendidos a conveniência do serviço e o interesse do servidor, desde que o período adicional seja cumprido em postos dos grupos C ou D, conforme normas a serem definidas em ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores." (NR)

"Art.

24.

I - os que estiverem servindo em posto do grupo A somente poderão ser removidos para posto dos grupos B, C ou D;

II - os que estiverem servindo em posto do grupo B somente poderão ser removidos para posto dos grupos A ou B; e

III - os que estiverem servindo em posto dos grupos C ou D somente poderão ser removidos para posto do grupo A.

§ 1º As remoções que não se ajustem aos critérios estabelecidos nos incisos II e III do caput deste artigo somente poderão ser efetivadas mediante solicitação, por escrito, do interessado, atendida a conveniência da administração e manifestada a anuência do chefe do posto ao qual é candidato.

§ 2º O Oficial de Chancelaria e o Assistente de Chancelaria removidos para a Secretaria de Estado nas condições do § 1º deste artigo, tendo servido apenas em posto do grupo A, só poderão, na remoção seguinte, ser designados para missão permanente em posto daquele mesmo grupo, após permanência de 4 (quatro) anos na Secretaria de Estado.

§ 3º Somente em casos excepcionais, justificados pelo interesse do serviço, serão, a critério da administração, efetuadas remoções de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria para a Secretaria de Estado antes de cumpridos os prazos a que se refere o art. 22 desta Lei.

§ 4º Os prazos a que se referem os arts. 15 e 16 desta Lei poderão ser reduzidos de 1/3 (um terço) caso o Oficial de Chancelaria ou o Assistente de Chancelaria cumpram, na classe, missão permanente ou transitória ininterrupta de duração igual ou superior a 1 (um) ano em posto do grupo D." (NR)

Art. 67. O número de cargos da Carreira de Assistente de Chancelaria é de 1.200 (mil e duzentos), sendo 360 (trezentos e sessenta) cargos na Classe Especial, 390 (trezentos e noventa) cargos na Classe A e de 450 (quatrocentos e cinquenta) na Classe Inicial. (Revogado pela Lei nº 11.907, de 2009)

§ 1º O Assistente de Chancelaria que na data da publicação desta Lei estiver posicionado na Classe A, padrão VII e contar com 20 (vinte) anos ou mais de efetivo exercício no Ministério das Relações Exteriores será automaticamente promovido para a Classe Especial, observado o limite de 360 (trezentos e sessenta) cargos, progredindo 1 (um) padrão para cada 2 (dois) anos de efetivo exercício contados a partir de sua última progressão. (Revogado pela Lei nº 11.907, de 2009)

§ 2º A implementação do disposto neste artigo fica condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. (Revogado pela Lei nº 11.907, de 2009)

Art. 68. Ficam vedadas redistribuições de servidores para o Ministério das Relações Exteriores.

Art. 69. Não haverá, nas unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores no exterior, o exercício provisório de que trata o § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 70. Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei, para que os servidores de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, possam se retratar quanto à opção pelo não enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, conforme § 3º do art. 3º da mencionada Lei.

Art. 71. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 72. Revogam-se a Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, os arts. 40 e 41 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, os arts. 13, 14 e 15 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, o art. 23 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, a Lei nº 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e a Lei nº 10.872, de 25 de maio de 2004.

Brasília, 29 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor, PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Srs Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amélia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 - CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex's que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011**.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 154, DE 2011

Estabelece a obrigatoriedade de nomeação pela Administração Pública Federal dos candidatos aprovados em concurso público, respeitado o número de vagas estabelecido no edital do certame.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatoriedade a nomeação, nos concursos públicos para provimento de cargos ou empregos públicos da União, de todos os candidatos aprovados e classificados até o número de vagas indicado no edital do certame.

Parágrafo único. O número de vagas indicado nos editais dos concursos públicos deve refletir a efetiva necessidade do serviço, vedando-se a realização de concursos públicos exclusivamente para a formação de cadastro de reserva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, não se aplicando aos concursos já iniciados.

Justificação

Há no país milhões de brasileiros dedicando tempo, esforço e dinheiro com o intuito de se tornar servidor público, pela via idônea do concurso público. Em determinados casos, superado o árduo caminho, muitas vezes combinado com vertiginosa concorrência, o candidato não apenas aprovado, mas que também foi classificado dentro do número de vagas estabelecido no edital, deixa de ser nomeado, por decisão discricionária da Administração Pública.

O princípio da moralidade, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal, impõe ao Poder Público a obrigação de corresponder à expectativa criada nos cidadãos pela oferta de vagas. Não é moral, razoável ou justo que o Poder Público publique edital de concurso público, provocando a mobilização de dezenas ou mesmo centenas de milhares de candidatos que, após pagarem inscrição, adquirirem livros, matricularem-se em cursos preparatórios, submeterem-se a rigorosa seleção, e, uma vez aprovados e classificados dentro do número de vagas expressamente estabelecido no edital, veem seus esforços frustrados pela omissão

do Poder Público em nomeá-los para o cargo para o qual tanto lutaram.

O projeto que apresentamos busca corrigir essa distorção, concedendo aos candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecido não apenas a expectativa de direito, mas o direito efetivo à nomeação. Para evitar possível burla a esse direito, vedamos a realização de concursos públicos exclusivamente para formação de cadastro de reserva, nos quais não haveria previsão do número de vagas colocadas em disputa. Introduzimos, ainda, a determinação de que o número de vagas colocadas em disputa reflita as efetivas necessidades do serviço, medida que promove a racionalidade na gestão de pessoal da Administração e resguarda o interesse público.

Para que a União tenha condições de se adaptar às novas obrigações, firmamos o prazo de 90 dias para o início da vigência da lei. Estamos convictos de que esta proposição contribui para a moralização dos concursos públicos, protegendo os direitos dos concursandos e promovendo o interesse público. Por essas razões, rogamos o apoio de nossos Pares a este projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO VII

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de

provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do

Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa

pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º – A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou fun-

ção na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º – A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.”

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório

previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido vai à comissão competente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou manter a minha inscrição como orador inscrito e, se eu perceber que não terei oportunidade de falar como inscrito, falarei mesmo para uma comunicação parlamentar.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está certo, Senador Paim. V. Ex^a, com certeza, terá prioridade regimental.

Lista de oradores inscritos.

Com a palavra, o Senador João Durval, do PDT da Bahia.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wellington Dias, Srs e Srs. Senadores, se há um problema de extrema gravidade que o Brasil não conseguiu resolver, problema capaz de deixar as mais terríveis sequelas para a sociedade, é o da educação. Trata-se de algo que se arrasta ao longo do tempo, cuja origem mais remota encontra-se no período colonial.

Fizemos nossa independência em 1822, demos consistência ao Estado Nacional daí surgido, delimitamos nossas fronteiras, mantivemos a integridade territorial e preservamos a unidade nacional. Tudo isso é verdade, mas não menos verdadeiro é que não fomos capazes de oferecer aos filhos desta Nação um sistema educacional digno do nome, que respondesse aos enormes desafios impostos pela contemporaneidade.

Da Era Vargas, iniciada em 1930, até por volta da década de 60, a educação pública brasileira conseguia

responder razoavelmente às demandas que lhe eram apresentadas. Todavia – e isto faz toda a diferença –, nunca é demais lembrar que apenas parcela muito reduzida da população buscava os serviços educacionais. Uma população majoritariamente rural, que era o que caracterizava o País de então, continuava à margem do processo educacional, mantendo elevados os níveis de analfabetismo que historicamente nos acompanhavam.

Vejo, com preocupação, Sr. Presidente, que, entrando já na segunda década do século XXI e a despeito de inegáveis vitórias obtidas, o Brasil ainda está longe, muito longe, de atingir o ponto minimamente satisfatório no campo da educação. Ao tempo em que conseguimos praticamente universalizar o acesso das crianças ao ensino fundamental, persiste o cenário de baixa cobertura de matrícula na educação infantil e no ensino médio.

Para completar, o aspecto mais trágico a denunciar o fracasso nacional nesta área que é tão estratégica: o desempenho escolar abaixo da crítica. Sucessivos testes de avaliação, tanto internos quanto externos, atestam a fragilidade de nosso sistema educacional. Nossos alunos, com diferença não muito significativa entre os oriundos da rede pública e os da rede particular, obtêm notas muito baixas em relação à compreensão de texto e às operações matemáticas.

Afora o quadro geral de deficiência, no qual avultam prédios inadequados ou em péssimo estado de conservação, bibliotecas depauperadas ou simplesmente inexistentes, material didático-pedagógico defasado ou ausente das escolas, afora tudo isso, estamos diante de um problema ainda maior, com resultados ainda mais perversos para o desempenho de nossos estudantes. Refiro-me aos professores, esses profissionais absolutamente indispensáveis ao processo de educação formal.

Não há como fugir de incômoda verdade, Sr. Presidente: em nosso País, os docentes foram relegados a plano secundário. Disso decorre, entre tantas e tantas consequências perniciosas, a significativa defasagem salarial, o que acabou por aviltar, sob o ponto de vista material, o insubstituível trabalho desses profissionais.

Criou-se um terrível círculo vicioso: baixos salários deixaram de atrair pessoas com maior nível de preparo intelectual para o magistério; profissionais menos qualificados passaram a perceber salários menores. Pior do que isso, no entanto, foi o descuido das autoridades brasileiras – sejam federais, estaduais ou municipais – na formação de nossos educadores. A eles foram oferecidas mínimas oportunidades de transitarem pelo

mundo acadêmico. No mais das vezes, negou-se-lhes o elementar acesso aos cursos de licenciatura.

Agora mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o próprio Ministério da Educação reconhece que mais de duzentos mil professores do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio da rede pública não têm curso superior. À luz da legislação brasileira, trata-se de óbvia situação de ilegalidade. Mais ainda: é evidente que o despreparo dos docentes afeta o aprendizado dos alunos.

Na atualidade, informa o jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 19 de fevereiro último, que “16,8% dos professores da rede pública não têm formação suficiente para exercer a profissão e estão em situação irregular”. Completa a informação: “A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) exige que os docentes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio tenham formação superior, mas 208 mil professores dessas séries concluíram apenas o fundamental ou médio”.

Não há necessidade de ser especialista no assunto para saber que a quase totalidade desses docentes não preparados adequadamente reside e atua nas regiões mais pobres do Brasil, justamente aquelas que necessitam de uma educação aprimorada. Mensagem do Ministro Fernando Haddad, datada de 20 de abril de 2009, ao Presidente da República, para sua apreciação, traz proposta de ato normativo que altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em vigência.

O ato acima citado torna obrigatória a educação continuada, em especial de formação do docente em nível médio e em nível superior. Acredito que assim se inicia uma valorização do trabalho docente, oferecendo-lhe amplo aporte de conhecimento e uma remuneração digna, de acordo com a importância dos professores na sociedade, consequentemente melhorando a qualidade da educação básica e fundamental.

Essa proposta encontra-se em fase intermediária de tramitação no Congresso Nacional.

Ademais, Sr. Presidente, compete à União determinar que Estados e Municípios aprovem seus respectivos planos de educação, por meio dos quais se assegure a dignidade da carreira docente com a correspondente remuneração. Mais: deve a União arregaçar as mangas e fazer, concreta e efetivamente, o que ao longo das décadas deixou de executar. Refiro-me à oferta de cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância, capaz de absorver, sem maiores atropelos e com elevado padrão de qualidade, toda a demanda hoje existente. Só o Governo Federal dispõe de recursos financeiros e capacidade técnica

para suprir essa imensa lacuna na formação de nossos professores.

Resolvido o problema da formação inicial desses mais de 200 mil docentes, o Governo Federal deverá colocar à disposição do professorado brasileiro, independentemente de atuar na rede pública ou privada de ensino, cursos que possibilitem sua formação continuada. Formação continuada, aliás, que é exigência dos tempos atuais, assinalados pela absoluta prevalência da informação e do conhecimento.

Encerro estas minhas breves palavras, Sr. Presidente, na certeza de ter prestado a mais sincera homenagem aos professores brasileiros, ao exigir que o Governo assuma suas responsabilidades no sentido de assegurar a efetiva profissionalização desses abnegados educadores. Só assim a educação brasileira terá condições de cumprir o papel que dela se espera!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo.

Senador Alvaro Dias.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas fui informado errado. Sei agora que o nome do senhor é Wilson Santiago. Desculpe-me a falta.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Não tem problema. Muito obrigado, meu caro Senador João Durval. V. Ex^a corrige no momento oportuno.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, que dispõe do tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje é possível até usar um tempo superior ao regimental em razão do quórum baixo, normal às segundas-feiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a decisão do general romano Júlio César de atravessar o rio Rubicão com suas legiões mudou o rumo da história. A simbologia da expressão cunhada nesse fato histórico já foi usada como moldura em diversos contextos e análises conjunturais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a gestão da Presidente Dilma até o momento não cruzou o seu Rubicão. A Presidente, desde sua posse, permaneceu um longo período enclausurada em uma espécie de zona verde, como se estivesse sendo mantida a distância da opinião pública.

O silêncio ruidoso de uma administração que parecia dirigida por um piloto automático somente foi rompido pela inocultável piora das contas do Governo.

A primeira manifestação concreta no vazio governamental foi o anúncio do corte de R\$50 bilhões no

Orçamento da União, montante, aliás, recentemente ampliado. A piora fiscal acentuada foi apresentada sob o manto eufemístico da consolidação fiscal.

A necessidade de um ajuste fiscal, tantas vezes negado e desdenhado durante a campanha eleitoral, não foi a única quebra do compromisso assumido com a população que a elegeu.

Por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida, incluído no PAC, perdeu R\$5,1 bilhões dos R\$12,7 disponíveis para 2011. O programa sequer terá verbas suficientes para saldar os R\$9,5 bilhões em despesas remanescentes da administração anterior. Por falta de recursos, nenhum projeto dirigido para famílias que recebem até três salários mínimos foi assinado com a Caixa Econômica Federal este ano.

A tentativa de escamotear o cenário real da economia adiou os cortes anunciados. O detalhamento do pacote de contenção de despesas ocorreu de forma atabalhoadas, repleto de inconsistências e desmentidos posteriores.

A austeridade fiscal pretendida ainda é uma meta ficcional.

A fórmula encontrada para economizar R\$50 bilhões inclui no cálculo medidas como o combate a fraudes do seguro desemprego e protelação do pagamento de sentenças judiciais. No primeiro bimestre, contudo, a despesa com os benefícios trabalhistas – seguro-desemprego e abono salarial – cresceu 24%.

A falta de consistência das medidas adotadas é agravada pelo frágil controle dos gastos do Governo, demonstrando que a austeridade implantada é duvidosa. Os gastos do Governo com diárias e passagens, nos dois primeiros meses do ano, cresceram 30% em relação ao mesmo período de 2010.

Estamos falando de R\$158,7 milhões. É pertinente reproduzir a frase do jornalista Guilherme Fiúza: “Cortar intenções é mais ou menos como economizar sonhos. É sonhar com uma mansão em Beverly Hills e, ao acordar, tomar a drástica decisão de não comprá-la. Uma bela economia”.

Em passado recente, a então Ministra Dilma, instada a se posicionar sobre a evolução dos gastos de custeio, retrucou que “gasto corrente é vida”. Essa concepção explica, em alguma medida, o descontrole fiscal em curso.

No primeiro trimestre, os gastos com pessoal e custeio cresceram R\$10 bilhões em comparação ao mesmo período do ano passado. Se forem computados os gastos com juros, o aumento chega a R\$13,2 bilhões, montante suficiente para custear um ano do programa Bolsa Família. Os investimentos diminuíram R\$317,2 milhões.

Sr. Presidente, o Governo acaba de completar os seus primeiros cem dias. A essência doutrinária ou mística dos primeiros cem dias, como prefiram, surgiu nos idos de 1930 para emoldurar o início do governo Roosevelt, governante que conquistou a Casa Branca em meio a uma profunda recessão nacional e obteve maciço apoio do parlamento para enfrentá-la.

Na verdade, os jornais norte-americanos da época importaram o termo da história da França, o retorno do exílio de Napoleão, a reconquista de poder e a derradeira batalha de Waterloo, no horizonte temporal de cem dias, respaldam o referido mote.

A presidente Dilma contou, nesses cem dias, com amplo e irrestrito apoio de sua base de sustentação no Congresso Nacional. Foi capaz de aprovar um salário mínimo que sequer repôs as perdas acumuladas e ainda receber o beneplácito de fixar, por decreto, os futuros valores.

A propósito, em meio às ruas estreitas, pátios e arcos medievais de Coimbra, ela se queixou que “tem um problema sério de maioria” no Parlamento, o que força negociações “caso a caso”, como na votação do salário mínimo.

É o alto custo do modelo que persiste. As nomeações ocorrem como barganha, puxando para baixo a qualidade de gerenciamento do Poder Executivo.

A escalada da inflação, por sua vez, galgou muitos degraus nesses cem dias, obrigando a Presidente Dilma a romper seu isolamento e conceder entrevista exclusiva à jornalista Cláudia Safatle, oportunidade na qual selou um compromisso já bastante abalado, a exemplo de tantos outros, de não permitir que a inflação volte ao Brasil.

O aumento da inflação dos últimos meses inspira cuidados. Os mecanismos informais, indexação de preços, notadamente no campo dos serviços, foram ressuscitados. As promessas de campanha são abandonadas sem qualquer embaraço. A desoneração da folha de pagamento das empresas, carro-chefe de uma proposta de reforma tributária da então candidata, agora está condicionada a um ganho inesperado de arrecadação ou até mesmo ajuste na alíquota de outro imposto.

Até o momento, os cortes anunciados foram inócuos, a rigor, o propalado corte orçamentário de R\$50 bilhões não decorreu da imperativa necessidade de ajuste das contas públicas; a gastança irresponsável de 2010, que assegurou a sua eleição, determinou a mágica geradora de superávits inexistentes.

Ao chegar ao poder, defrontou-se com a inflação dando consistentes saltos de crescimento. O Banco Central foi acionado e, no início de seu Governo, elevou por duas vezes as taxas de juros.

A administração de Dilma Rousseff, nos seus cem dias vive situação surrealista. Herdeira dos erros e danos gerados pelo Governo anterior, encobertos pelo *marketing* propagandístico e ufanista, não pode enfrentar com transparéncia a verdadeira herança maldita recebida, primeiro porque foi responsável e ativa geradora, já que era considerada a administradora geral dos programas governamentais. Segundo, porque a sua eleição deveu-se à acachapante popularidade fabricada pelo festival de irresponsabilidades fiscais do Governo Lula.

É, portanto, herdeira sacramentada e fiel depositária do descontrole das contas públicas, que vem penalizando danosamente os seus cem dias de Governo.

Recolhida ao silêncio palaciano, ela é compelida a sorver os equívocos do seu antecessor. Em vez dos comícios públicos diários, da inauguração de obras inacabadas, de lançamento de projetos ilusórios, o seu Governo vem cultivando o mutismo, não por respeito à liturgia presidencial, mas para evitar confronto com o antecessor. Sua postura tem exibido inegavelmente um contraponto ao comportamento açodado e atropelador da liturgia do cargo do mandatário anterior.

No fundamental, o Governo Dilma falece de vida própria, a estrutura do seu Ministério opaco é a consagração do continuísmo, em que a competência não é ponto forte. O maior exemplo é o fato de que nos cem dias de Governo foi incapaz de formular qualquer projeto ou mesmo proposta exploratória que tivesse valor e importância para o desenvolvimento.

São inúmeras as vertentes trincadas desses cem dias da gestão da Presidente Dilma. Antes de elencá-las por tópicos, cito o crescimento consistente do déficit externo brasileiro em transações correntes. Em 2010 ficou próximo de R\$50 bilhões; para 2011, especialistas em projeções econômicas asseguram que deverá ser superior a R\$65 bilhões; e, para 2012, ultrapassará R\$70 bilhões.

O ingresso de capitais externos vem cobrindo o déficit, todavia, são majoritariamente capitais especulativos atraídos pela mais elevada taxa de juros real do planeta.

Os investimentos produtivos são minoritários. Na outra ponta, a dívida pública federal atingiu em fevereiro o montante de R\$1,670 trilhão. A projeção para o final do ano é que deve atingir R\$1,9 trilhão de reais.

Abro parênteses para destacar: esses são números oficiais, divulgados pelo próprio Governo. Há outros números que levam em conta a mágica contábil adotada pelo Governo para escamotear os números reais da dívida pública interna para o País. Há estudos, análises que apontam estar a dívida pública in-

terna brasileira além de R\$2,4 trilhões, em razão das transferências internas que devem ser contabilizadas também como dívida pública bruta.

Ao contrário de seu antecessor, que se notabilizou pela retórica triunfalista e superficial, Dilma tem conhecimento e domínio dos temas econômicos. Nos seus cem dias de governo, as questões econômicas e financeiras, algumas aqui apontadas, não foram enfrentadas com a determinação que a sociedade brasileira esperava. Falta coragem política para reformar. Não há uma palavra sequer que sinalize a hipótese da reforma administrativa para reduzir gastos correntes e eliminar estruturas ociosas, superpostas e paralelas.

Não há nenhuma palavra sobre a hipótese do compromisso assumido durante a campanha eleitoral de se realizar uma reforma tributária que ofereça ao País um modelo compatível com as aspirações e modernidades da nossa sociedade.

Enumero algumas das vertentes trincadas: a máquina paquidérmica! A Presidente Dilma enviou ao Legislativo projeto que cria mais um ministério, micro e pequena empresa. O titular terá *status*, regalias e estrutura funcional de ministro de Estado. Com isto eleva-se o número para quarenta. Recentemente, foi criada por medida provisória a 39ª Pasta, a Secretaria de Aviação Civil.

As superposições e paralelismo das ações de uma estrutura administrativa rigorosamente inchada compromete a gestão governamental de forma irremediável. E não há a coragem política para a necessária reforma administrativa.

Sem reforma administrativa, os gastos continuarão crescentes, comprometendo a capacidade de investir produtivamente do Estado brasileiro. É um crime que se comete contra a economia nacional. É uma afronta contra os produtores e trabalhadores que pagam impostos e vêm os recursos, oriundos dos impostos pagos com sacrifício, vazando pelo ralo da incompetência de gerenciamento que há neste País, com a consagração da ineficiência administrativa.

Tivemos apagões. Embora dissessem “apagão é coisa do passado”, no início de fevereiro, um apagão de cinco horas atingiu oito Estados, deixando milhões de pessoas sem luz no Nordeste. O Governo afirmou que foi apenas uma falta de energia. As causas do apagão teriam sido falta de fiscalização, falta de manutenção e utilização de componentes de baixo custo.

O corte de R\$50 bilhões anunciado pelo Governo mostra a contradição com a sua campanha eleitoral, quando destacou a necessidade de ajuste. O corte do Orçamento é uma demonstração de que a Presidente não está cumprindo o compromisso assumido com a população brasileira. Durante a campanha eleitoral, a

candidata negou que houvesse motivos para preocupação quanto às contas do Governo, uma vez que o País vinha crescendo e a inflação estava sob controle. Durante a campanha eleitoral, montou-se um cenário ficcional, adotou-se o discurso otimista e o *marketing* trabalhou o imaginário popular. O País vivia um momento mágico. Agora, nesses cem dias, percebe-se que era uma farsa. O que há são dificuldades que devem ser superadas com a eficiência de gestão que está faltando, pelo menos nos cem dias iniciais.

Minha Casa, Minha Vida. Já disse: o programa, uma das prioridades do Governo, acumula fracassos seguidos. Ele perdeu R\$5,1 bilhões e não há nenhuma providência nesses cem dias que sinalize reversão dessa expectativa. Ao contrário. Não se assinou nenhum contrato para atender, com o programa, o trabalhador de baixa renda.

Os concursos públicos. O Ministério comunicou a suspensão, por tempo indeterminado, das autorizações para realização de concursos públicos e de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Durante a campanha, a candidata afirmava que pretendia valorizar o funcionalismo e assumiu o compromisso da realização dos concursos públicos. Por outro lado, duas medidas provisórias e um projeto de lei editados no Governo Dilma propõem a criação de 411 cargos comissionados, de livre provimento, para atender aos aliados. São criados cargos comissionados, mas faltam recursos para empossar aqueles que foram aprovados em árduos concursos públicos. Os cargos comissionados significam a continuidade do aparelhamento do Estado, já de forma visceral aparelhado nos últimos oito anos.

Cartões corporativos. O total de pagamentos efetuados com cartões de pagamentos do Governo Federal até o final de março deste ano alcança R\$12 milhões. Somente os gastos do gabinete da Presidência somaram R\$1,607 milhão. Cerca de 99% dessas despesas aparecem no Portal da Transparência como informações protegidas pelo sigilo. Em 2011, os gastos da Presidência chegaram a média próxima de R\$839 mil por mês. Em 2010, a média não ultrapassou R\$515 mil, ou seja, houve um aumento nos gastos com cartão corporativo da Presidência próximo a 62%. O discurso é de economia, o discurso é de corte.

O caso Erenice. Por unanimidade, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu aplicar censura ética à ex-Ministra Erenice Guerra pelas acusações de tráfico de influência. Em outras palavras, a impunidade vai prevalecer, muito embora a Controladoria-Geral União tenha divulgado um balanço da auditoria no qual afirma ter encontrado irregularidades

graves em contratos firmados pelo Governo Federal com empresas privadas e entidades que teriam sido intermediados com a influência direta da ex-Ministra, inclusive em relação à Anatel.

A complacência é ostensiva. Até mesmo na cerimônia de posse, a ex-Ministra e braço direito da atual Presidente circulava com desenvoltura nos espaços palacianos. Isso é emblemático. Sinaliza que o Governo continuará sendo o da cumplicidade, da leniência, o Governo da complacência em relação aos desvios e à prática da corrupção.

O caso Vale. A intervenção do Governo é uma intervenção indevida com propósitos pouco republicanos. Usar a Vale para indicações política e abrigo de apaniguados – seria esse o objetivo do Governo? A interferência indevida do Governo compromete a imagem do País junto a investidores estrangeiros. Já é observada uma desvalorização considerável das ações da companhia. É a tentativa de expandir o aparelhamento da esfera pública para o setor privado.

Não bastasse o aparelhamento da máquina pública, deseja o Governo o aparelhamento também no setor privado.

Recursos federais, saúde e educação. Falta de fiscalização e transparência na aplicação e transferência de recursos federais na área de saúde e educação. Segundo admitiu o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, esses setores têm a pior fiscalização. A pior fiscalização exatamente em setores essenciais para a vida dos brasileiros: saúde e educação.

Falhas apontadas já haviam sido alertadas em 2009, mas o Governo não tomou as providências propostas pelo órgão. Mais de R\$660 milhões foram desviados, de acordo com investigações da CGU. Investigação que alcançou apenas 2,5% das transferências efetuadas: R\$660 milhões de um setor onde há um caos visível no País e que consagra, de forma absoluta, a incompetência do Governo: o setor de saúde pública. Isso nos levou há poucos dias a comparecer a esta tribuna e afirmar que quem rouba dinheiro na área da saúde pública não é apenas ladrão; é também assassino, porque pessoas morrem em razão da escassez alegada de recursos para oferecer-se um adequado serviço de saúde pública aos mais pobres do País.

Essa é a política que o Governo tem adotado. Isso demonstra a certeza da impunidade, a falta de compromisso, o descaso com a destinação e eficiência dos recursos. Por essa razão, vamos anunciar nesta semana a tentativa de instalação de uma CPI na área da saúde pública do País para a apresentação de um diagnóstico da realidade e certamente apresentação de sugestões.

Na Caixa Econômica Federal, no último dia 24 de março, foram anunciadas mudanças no comando que deveriam privilegiar aliados no Planalto. A *Folha de S. Paulo* noticiou que a entrada de políticos da base aliada na diretoria da Caixa preocupa executivos do setor bancário e até servidores de carreira do Governo Federal, que temem um loteamento político maior na área econômica do Governo e um atraso na expansão do crédito imobiliário brasileiro. A Caixa é detentora do fundo de garantia e responsável por quase 70% do crédito imobiliário do País.

Portanto, o aparelhamento prossegue, o aparelhamento se dá em todas as áreas, inclusive numa área de suscetibilidade e fundamental para o País que é a área financeira. O aparelhamento do Banco do Brasil já é conhecido. O mensalão, o “valerioduto”, buscava em contas do Visa Net, do Banco do Brasil, os recursos para a manutenção de sofisticado e complexo esquema de corrupção. Isso tudo possibilitado pelo aparelhamento que agora avança também na Caixa Econômica Federal.

PAC da senzala. As péssimas condições de trabalho nas obras do PAC resultaram na paralisação de construções. Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* mostrou que pelo menos cinco grandes obras de infraestrutura do PAC foram interrompidas em razão de protestos de trabalhadores.

O número de operários paralisados nos canteiros é de aproximadamente 80 mil. Manifestações atingiram, inclusive, obras do Minha Casa, Minha Vida, no Maranhão, que pararam durante 9 dias em janeiro. As manifestações e paralisações atingiram as usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia; as obras da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; a Petroquímica Suape, em Pernambuco; a termelétrica em Pecém, no Ceará; e o Porto de Açu, no Rio de Janeiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a mais um tempo para concluir o pronunciamento, já que temos apenas uma oradora presente no plenário para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a terá mais três minutos, Senador, se forem suficientes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Três minutos é muito pouco, Sr. Presidente. Assisti aqui, na última semana...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, pela importância do pronunciamento de V. Ex^a, V. Ex^a terá o tempo suficiente para concluir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço, Senador Wilson Santiago, porque considero importante registrar nos Anais do Senado Federal, que são os Anais que fundamentam a história. E, nesses cem dias, é preciso que se escreva a história com os números da realidade. Não podemos admitir que a versão que se propale dos primeiros cem dias de Governo seja a versão da ficção. Nós queremos, neste momento, estabelecer o contraponto. Se há aqui uma maioria esmagadora que proclama os feitos do Governo que não conseguimos enxergar, é preciso que a oposição, minoritária, possa ter espaço para registrar, no contraponto próprio da democracia, os números divergentes da realidade.

Dívida pública federal. Sobre ela já me referi.

BNDES. Nos últimos dois anos, o Tesouro fez transferências elevadas de recursos para o BNDES. Foram R\$100 bilhões em 2009, e R\$104 bilhões em 2010. Agora, em 2011, o Governo edita medida provisória concedendo mais crédito ao BNDES no montante de R\$55 bilhões, numa completa contradição com o anunciado corte de %\$50 bilhões no Orçamento. Essa estratégia tem impacto relevante sobre a dívida bruta, devido ao custo fiscal do subsídio do Tesouro, e injeita, cada vez mais, liquidez no mercado, por meio do aumento da oferta de crédito.

É uma das mágicas contábeis do Governo para não inflar a dívida pública bruta interna e é a estratégia do favorecimento. Empresários privilegiados são favorecidos com juros subsidiados. Quem paga a conta do subsídio é o povo brasileiro que paga impostos, já que esses recursos são públicos e oriundos do Tesouro Nacional. Isso tudo num momento em que o Banco Central trabalha para frear o aquecimento da atividade econômica.

Um aporte no BNDES com essa magnitude pode anular, no longo prazo, o efeito do corte de gastos anunciado pelo Governo, que, na prática, também não está tendo qualquer efeito, tanto para questão fiscal quanto para o combate à inflação.

Aumento de arrecadação. Aqui se configura o chamado estelionato eleitoral. Na campanha, a promessa foi de redução da carga tributária no País. O que se verifica agora é exatamente o oposto. O Governo editou, no último dia 25 de março, dois decretos que visam a aumentar a arrecadação, com o objetivo de compensar a perda de receita decorrente da medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda em 4,5%.

IOF e cartão de crédito. O primeiro deles altera de 2,38% para 6,38% o IOF incidente nas compras com cartão de crédito realizadas no exterior. O Governo espera não só arrecadar mais, como também

que as pessoas comprem dólares antes de viajar, o que ajudaria a amenizar o desarranjo cambial em que o Governo se emaranhou.

Impostos de bebidas. O segundo Decreto, também com intenção arrecadatória, reajusta o IPI, o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre refrigerantes, água, cerveja e energéticos. Os impostos sobre esses produtos vão ter um reajuste médio de 15%. A redução da carga tributária é substituída pelo aumento da carga tributária, contrariando as promessas da campanha eleitoral.

IOF sobre empréstimo. O **Diário Oficial** do dia 29 de março publicou mais uma medida com a intenção de conter a enxurrada de dólares no País e seu efeito na valorização do real. O Governo decidiu cobrar IOF de 6% sobre empréstimos com prazo médio mínimo de até 360 dias. Na última quarta-feira, porém, o Governo editou novo decreto, apertando ainda mais a medida e estendendo a incidência do IOF de 6% aos empréstimos externos com prazos de até 720 dias, assim como para operações de repactuação e assunção de dívidas no exterior por empresas e bancos. Como afirma o economista José Paulo Kupfer, “essa é mais uma volta no torniquete com o qual o Governo tenta estancar a chuva de dólares. Essa história ainda vai longe”.

IOF sobre o crédito. O Governo aumentou em 100% o IOF que incide sobre os empréstimos contruídos por pessoas físicas. A alíquota saltou de 1,5% para 3%. Vale inclusive para o crédito rotativo do cartão de crédito. O objetivo continua sendo de combater a inflação. A providência chegou no dia em que o IBGE divulgou a taxa de inflação do mês de março: 0,79%. No acumulado de doze meses, até março, o índice já alcança 6,30%. Isso sem falar que é mais uma medida que ajudará a aumentar a arrecadação do Governo.

Portanto, o Governo ainda não ousou em apresentar uma proposta para restabelecer a CPMF, mas há aqui mecanismos que substituem a CPMF, jogando no cofre do Governo mais do que com a CPMF ele arrecadava.

A carga tributária terá incentivo para crescer ainda mais com a tributação da água e demais bebidas, além da elevação do IOF, tanto para as compras no exterior com cartões de crédito quanto para empréstimos de prazo inferior a 360 dias.

Juros. Uma fatia considerável dos ingressos de dólares busca aqui o ganho fácil dos juros altamente convidativos. Não custa repetir que o Brasil é o país onde se praticam as mais altas taxas do mundo. Enquanto aqui se paga algo em torno de 6% de juros reais ao ano, a média mundial é de 0,9% negativo.

Medidas cambiais. O excesso de medidas cambiais tem tudo para não surtir qualquer efeito. Elas não

devem inibir a entrada de dólares e muito menos frear as compras no exterior. Não devem ter efeito relevante sobre o cambio. A intenção é, realmente, aumentar a arrecadação.

Poupança doméstica. Isso sem considerar que essas medidas podem trazer problemas para um país que é dependente de financiamentos externos e que não consegue gerar poupança doméstica suficiente para atender sua demanda por investimentos. Ao invés de o Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ao invés de o Brasil aumentar a poupança pública, optou-se por aumentar a dívida pública para tentar controlar o valor da taxa de câmbio, uma política que tem um custo fiscal elevado.

A execução do Orçamento da União nos primeiros três meses do Governo Dilma ainda não reflete a recomendação da equipe econômica de reduzir fortemente os gastos do Executivo com diárias, passagens, locomoção e aquisição de imóveis este ano. De janeiro a março, os gastos com aquisição de imóveis, por exemplo, cresceram 62% em relação ao mesmo período de 2010. Passaram de R\$37 milhões para R\$61 milhões. Os gastos com passagens e locomoção subiram 10% no período, passando de R\$110 milhões para R\$121 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, mais cinco minutos.

Estou pedindo muito menos do que o PT ofereceu ao meu colega Aécio Neves na semana passada. E foi um oferecimento espontâneo do PT, pelo que nós agradecemos. Agora, hoje o PT não está aqui para o debate. Não vejo a presença das Lideranças do Governo e não vejo também o PT presente para comemorar os cem dias do Governo da Presidente Dilma. Mas nós temos uma obrigação. Eu estou excluindo alguns itens do pronunciamento para atender aos apelos de V. Ex^a de conclusão deste o mais rapidamente possível.

Neste momento, Sr. Presidente, quero abordar uma questão que considero essencial para o País antes de concluir o discurso. Trata-se da corrupção e da impunidade.

O Governo da Presidente Dilma não demonstrou postura combativa à corrupção ao longo dos cem dias de gestão, mantendo a mesma postura de complacência que se consolida como marca indelével do governo petista. A presença de sua ex-auxiliar, Erenice Guerra, na cerimônia de posse, além de um acinte à opinião pública brasileira, demonstrou que o atual Governo

banaliza e convive com os envolvidos em desmandos sem qualquer constrangimento.

No episódio das fraudes no Programa Farmácia Popular – apontado o desvio de R\$4 milhões –, o Ministério da Saúde divulgou nota, por meio de sua assessoria, negando que existam fragilidades nos mecanismos de controle do programa.

São as mesmas práticas da Administração anterior: nega o que é visível, o que é ostensivo. Na melhor das hipóteses, de quando em vez, admite-se a existência da corrupção – e, portanto, do crime –, mas não se admite a existência do criminoso, porque a impunidade prevalece sempre.

O exemplo da banalização da corrupção está estampado hoje, nesta segunda-feira, no jornal **O Globo**:

Não há, por parte dos órgãos de fiscalização do Governo Federal, o menor controle sobre os mais de R\$7 bilhões que anualmente são repassados pela União a Estados e Municípios pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Ninguém no Governo assume a responsabilidade do controle direto desse volume de recursos, e a falta de fiscalização dá margem a inúmeras irregularidades, que vão desde licitações fraudulentas e apresentação de notas frias até o desvio de dinheiro que deveria pagar os salários dos professores.

O assalto às verbas da educação se tornaram uma regra, não mais exceção, a ponto de o Procurador Regional da República Fábio Jorge afirmar que “o Fundeb é um dos programas mais fraudados na região Nordeste”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – No tocante ao maior escândalo de corrupção da República, o Mensalão, mesmo diante das novas denúncias, nem mesmo uma nota retórica condenando a prática dos desvios e a promiscuidade estabelecida entre as esferas pública e privada foi emitida.

Com respeito às irregularidades nas concessões de rádios e TVs, empresas abertas em nome de laranjas para fraudar licitações públicas e as últimas denúncias envolvendo a Anatel, o atual Governo admitiu não ter dados oficiais atualizados sobre licitações disponíveis para consulta. Sem dúvida alguma, a constatação presente: o silêncio à sombra da impunidade.

Os fatos econômicos mencionados evidenciam uma herança funesta.

Sr. Presidente, eu repito, para finalizar, que falta coragem política para promover mudanças. Nem uma

palavra sobre as principais reformas que possam desatrelar o País de estruturas retrógradas e superadas, que inibem seu processo de crescimento econômico.

A Presidente Dilma reúne todas as condições políticas para reverter a tendência e alçar a Administração Pública à categoria de competente. Em Coimbra, ela claudicou ao aceitar o receituário do antecessor oferecido às autoridades portuguesas: ajudar financeiramente os portugueses e, quiçá, comprar títulos da dívida dos nossos patrícios. Aqui, um exemplo emblemático dessa herança funesta.

Se sua gestão eleger austeridade, transparência e realismo como diretrizes de governança, destacando a responsabilidade como compromisso inarredável, certamente ela atravessará o Rubicão.

Para concluir, devo destacar a ausência do PT e das Lideranças do Governo neste plenário para debater os cem dias do Governo Dilma Rousseff. Por que será não compareceu o PT? Por que será não vieram aqui os Líderes do Governo?

Eu concluo, Sr. Presidente: já foi dito que “quem passa o Rubicão não pode voltar atrás”.

Muito obrigado pela condescendência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

V.Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Wilson Santiago, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, a Presidenta Dilma Rousseff está iniciando hoje uma visita oficial à China, que, nos últimos dez anos, passou de uma posição de sexto mercado comprador de produtos brasileiros para o primeiro mercado para onde vai a nossa produção, especialmente os produtos agrícolas.

Em 2001, Sr. Presidente, a China comprava do Brasil o equivalente a US\$1,9 bilhão, o que representava, naquela época, 3,27% do total dos produtos exportados ou presentes no exterior.

No ano de 2010 – portanto, ano passado –, nós exportamos o equivalente a US\$30,7 bilhões aos chineses, representando 15,25% das nossas exportações, e a China passou, disparadamente, a ocupar o primeiro lugar na compra dos produtos brasileiros.

Esses números seriam muito maiores, evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se os produtos que exportamos não fossem apenas *commodities* ou matérias-primas. Se tivessem esses produtos, como minério de ferro ou a soja em grão, por exemplo, valor agregado, isso seria muito importante, significativo para

a economia brasileira, não só do ponto de vista estratégico, mas também do ponto de vista da geração de empregos e da geração de receitas tributárias.

A China, aliás, nesse aspecto, dá uma boa lição ao Brasil porque as matérias-primas não são taxadas, enquanto qualquer produto com um mínimo de valor agregado tem uma sobretaxa.

Uma das principais metas dessa visita oficial da Presidente, representando o Governo brasileiro, é aumentar a exportação dos nossos produtos manufaturados ou industrializados para que mantenhamos aí, de fato, uma possibilidade de aumentar o volume da oferta de empregos em nosso País.

Mas tão importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto exportar manufaturados com alto valor agregado é proteger a indústria brasileira da entrada ilegal de produtos chineses no mercado brasileiro, que é hoje disputado por todos os países produtores, desde a chamada quinquilharia até um produto sofisticado do ponto de vista tecnológico.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tive a oportunidade de conversar, em uma visita que fiz à Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, conhecida como a capital brasileira do calçado, e tomei conhecimento daquilo que já se sabia pela imprensa: as empresas chinesas que exportam para o Brasil estão praticando uma triangulação e criando problemas muito sérios de concorrência para um setor altamente competitivo, que é a indústria coureiro-calçadista.

No caso, em 2009, o Governo brasileiro, seguindo um julgamento que ocorreu na Organização Mundial do Comércio, a Câmara de Comércio Exterior definiu a sobretaxa de US\$13.85 para cada par de calçado chinês que entrasse no mercado brasileiro. Essa sobretaxa foi uma medida antidumping, aplicada para combater a competição desleal no mercado internacional de comércio, o que a China vinha praticando com esses produtos, especialmente os calçados esportivos.

Para fugir dessa obrigação ou dessa sobretaxa de US\$13.85 por par de calçado importado, os chineses estão utilizando um artifício mais desleal ainda, que é o da triangulação, falsificando certificados de origem e exportando seus calçados para o mercado brasileiro como se fossem produzidos no Vietnã, na Malásia ou na Indonésia.

Essa ilegalidade pode ser conferida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo aumento da entrada de produtos – no caso, calçados esportivos – oriundos desses países. Enquanto a sobretaxa provocou uma diminuição de 62,4% na importação de calçados chineses – portanto, prevalecendo a medida restritiva da sobretaxa –, a importação dos calçados procedentes

da Malásia, no mesmo período, aumentou 58%; de Hong Kong, 75%, e, da Indonésia, 238%.

É claro que esses mercados não produzem calçados em quantia suficiente para representar um crescimento tão acentuado nas compras feitas pelo Brasil desses mercados asiáticos. E é aí que está o grande problema: a triangulação.

Portanto, seria muito oportuno que o Governo brasileiro buscasse uma solução para esse problema junto ao governo chinês, aproveitando a visita que a Presidente Dilma Rousseff está realizando, a partir de hoje, à China. Tal atividade pode provocar, de novo, um grave problema de desemprego, como já aconteceu em tempos recentes não só na região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana, mas também na região de Francel, em São Paulo, e em outras regiões produtoras de calçados de nosso País.

Outro grupo que acompanha, com muita atenção, a viagem da Presidente Dilma Rousseff são os outros setores exportadores. Mas as informações que me foram fornecidas pela Fátima Daudt, presidente da ACI, de Novo Hamburgo, empresária que comanda a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, e também o Marco Aurélio Kirsch, são extremamente preocupantes, na medida em que a gente não vê, por parte do Governo brasileiro, uma fiscalização mais rigorosa nessa triangulação e também para pedir que a própria OMC acabe aplicando uma regra de sobretaxa semelhante a esses países, já que estão participando dessa falsificação na entrada, ou na enganação do comércio internacional. Logo a China, que está querendo o apoio do Brasil para entrar na OMC, sem respeitar exatamente as regras do comércio internacional no campo da legalidade e do respeito aos concorrentes!

Como eu disse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a expectativa gerada por essa visita diz respeito ao interesse que milhares de suinocultores, exportadores do Rio Grande do Sul, o meu Estado, de Santa Catarina, grande exportador, do Paraná e de algumas outras regiões do Brasil que têm vocação exportadora e uma qualidade sanitária extraordinária na exportação da carne suína para os mercados internacionais.

De acordo com as projeções, Sr. Presidente, da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, se as tratativas avançarem, daqui a três anos, os brasileiros podem ser os responsáveis por metade das importações chinesas de carne suína, o que representa atualmente cerca de US\$ 500 milhões.

A China, neste momento, consome 50 milhões de toneladas de suínos, consumo estimado anualmente. Isso é quase metade do consumo mundial! Imaginando a população da China, que tem 1 bilhão e 300 milhões

de habitantes, é natural que os números também sejam, em matéria de consumo, todos gigantescos.

A maior parte desse consumo interno chinês de carne suína, de 50 milhões de toneladas, é produzida pelos próprios chineses.

Ainda assim, este ano, eles devem importar 480 mil toneladas de carne. E os brasileiros, especialmente os produtores de suínos da Região Sul, querem participar desse negócio em condições competitivas, que têm em suficiente medida para realizar tais operações de venda para o mercado chinês.

No ano passado, o Brasil exportou 540 mil toneladas de suínos para o mundo, principalmente para a Rússia, que ficou com 43% das exportações brasileiras de carne suína. Se a China, Sr. Presidente, permitir a importação de carne suína brasileira e se a previsão do mercado se concretizar, haverá um crescimento de pelo menos 40% das exportações.

A dependência ao mercado russo tem provocado certa instabilidade nessas exportações, o que não é nem um pouco confortável para os exportadores, tampouco para a estabilidade nesse mercado de exportação.

O acordo comercial para a venda da carne suína para a China, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, existe desde 2004 – portanto, lá se vai um longo tempo –, mas a China, até agora, não credenciou os frigoríficos brasileiros que podem exportar para aquele mercado gigantesco. No ano passado, o Brasil apresentou à China uma lista de 26 frigoríficos com condições sanitárias para exportação, mas, até agora, nenhum deles foi habilitado.

Seria conveniente, é claro, que a Presidenta Dilma Rousseff conseguisse agilizar esse processo e, enfim, os nossos produtores de suínos pudessem contar ou disponibilizar de mais um mercado para o seu produto, que é de grande qualidade.

O Governo brasileiro precisa, portanto, conseguir que a avaliação do Ministério da Agricultura seja reconhecida e evite que os chineses chancelem a exportação para poucos frigoríficos, restringindo o comércio internacional da carne a poucos grupos. A aprovação das exportações deve acontecer de fato, no caso do Brasil para a China, reconhecendo a qualidade dos bons frigoríficos, independentemente da sua localização e do seu poder econômico.

O Brasil vem ampliando os seus mercados para a exportação de alimentos; porém, o ritmo é bastante lento. O exemplo dessa lentidão, Sr. Presidente, pode ser medido pelas relações comerciais do Brasil com grandes mercados importadores, como é o caso do Japão, por exemplo, que é o terceiro maior importador de alimentos do mundo. Vou repetir: o Japão é o terceiro maior importador de alimentos do mundo! E o Brasil

é o terceiro maior exportador de alimentos do mundo. Porém, para os japoneses, em matéria de alimentos, nós só conseguimos exportar 3% dos alimentos que os japoneses importam de várias partes do Planeta.

Portanto, as relações diplomáticas, políticas e econômicas precisam levar em conta também esse equilíbrio nas relações comerciais, já que temos grandes interesses, e os japoneses grandes interesses aqui no Brasil do ponto de vista das suas empresas, que têm uma presença muito acentuada em vários setores da economia, a começar, apenas para citar, a indústria automobilística.

Os mercados que foram abertos, Sr. Presidente, para a suinocultura brasileira nos últimos anos são pequenos e não chegam a impulsionar a indústria ou os frigoríficos brasileiros.

Abrimos mercado nas Filipinas, que é um país pequeno, e no Chile, nosso vizinho do Mercosul aqui próximo onde a comercialização sequer acontece, por conta de restrições legais impostas pelos chineses e também algumas restrições sanitárias.

As negociações com a União Europeia, como se sabe, são lentas e sem previsão de conclusão, até porque os europeus são useiros e vezeiros em proteger as suas indústrias, a sua produção local, e, pelas barreiras e pelo protecionismo excessivo, nunca abrem os mercados aos produtos brasileiros, especialmente nesse setor competitivo. Daí também advém a grande dificuldade daqueles acordos que se querem fazer entre os blocos Mercosul e União Europeia.

Um dos maiores entraves à comercialização da carne suína brasileira certamente está ligado aos problemas enfrentados com a febre aftosa no passado. Nós avançamos muito, Sr. Presidente, mas credibilidade internacional só se conquista com o tempo. Por isso, precisamos continuar investindo muito nas ações de vigilância sanitária que demonstrem a capacidade do Brasil de conter os surtos epidemiológicos.

Faz mais de 20 anos que, graças ao empenho dos nossos fiscais federais agropecuários, o Brasil debelou e erradicou a peste suína africana. Isso foi um passo importante do ponto de vista da qualificação dos nossos produtos, especialmente dos produtos alimentícios, em particular da carne suína.

Nesse contexto, eu queria até enfatizar novamente o papel que os fiscais federais agropecuários representam e desenvolvem para todo o Brasil, porque, com dimensões continentais, é preciso um controle muito rigoroso sobre isso, especialmente sobre a aftosa. Que haja regiões sem necessidade de vacinação, mas que nós ampliemos esse controle sanitário para abrir, cada vez mais, os mercados internacionais.

Alguns Estados brasileiros são produtores livres de aftosa sem vacinação, mas o rebanho necessita

ser vacinado em outras regiões. Com o trabalho dos fiscais e com o rígido controle das fronteiras, o Brasil certamente vai alcançar esse nível de qualidade sanitária, o que deixará de ser barreira para quem quiser comprar alimentos do nosso País.

Outro problema, Sr. Presidente, que não é exclusivo dos suinocultores é a desvalorização do dólar frente ao real. Isso é um impacto negativo muito grande não só para a produção de alimentos e para a exportação, mas para toda a exportação de manufaturados.

A indústria brasileira perde competitividade com o real supervalorizado, e um mercado ainda em expansão, como é o caso da carne suína, tem ainda mais dificuldades para se firmar no exterior com a conjuntura atual do câmbio, e ainda mais com tributação, com exigências, com rigorismo com a carga tributária e com a falta de logística, todos impactando negativamente sobre uma atividade que é altamente produtiva e que tem condições de avançar muito no mercado internacional.

A carne suína é a proteína mais consumida no mundo, Sr. Presidente, com uma produção anual de 115 milhões de toneladas, sendo quase a metade produzida na China e outro terço na União Europeia e também nos Estados Unidos da América.

A participação do Brasil tem crescido no mercado mundial. O Brasil é o quarto maior produtor, com 3% da produção e 11% das exportações. O comércio internacional de carne suína movimenta 5,4 milhões de toneladas e gera uma receita anual estimada em US\$11,9 bilhões. Ela está concentrada em cinco países importadores: Japão, Rússia, México, Coreia do Sul e também Hong Kong.

Os Estados Unidos, a União Europeia, o Canadá, o Brasil e a China são responsáveis por 96% das exportações mundiais de carne, no contexto internacional do comércio.

O principal destaque dos últimos anos é o desempenho das vendas externas brasileiras, que, em dez anos, ampliaram sua participação nas exportações mundiais de 4% para 11%, fruto de um intenso trabalho de marketing, de uma intensa melhoria genética da produção e da melhoria da qualidade sanitária da produção brasileira. Mesmo com as barreiras sanitárias, com o aumento dos subsídios europeus e com o crescimento da concorrência internacional, as exportações brasileiras cresceram acima da média dos nossos principais concorrentes, Sr. Presidente.

Portanto, esse é um mercado que merece toda atenção das políticas públicas, para que se possa continuar uma expansão, gerando riqueza, emprego e renda aos brasileiros, fazendo do mercado da produção de alimentos o grande espaço que a economia

brasileira tem não só para assegurar a estabilidade do abastecimento interno, mas também para conseguir superávit comercial numa área em que o Brasil já tem excelência de qualidade na produção.

Agradeço muito a gentileza, Sr. Presidente, e me despeço desta tribuna.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a, que sempre esteve preocupada com a questão produtiva deste País, fez um pronunciamento chamando a atenção das autoridades, com a experiência que tem de uma região produtiva como o Rio Grande do Sul.

Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. Tenho certeza de que um pronunciamento desse nível engrandece e fortalece muito não só a classe produtiva como também todos aqueles que estão engajados no desenvolvimento e no soerguimento econômico das regiões produtivas deste País. Parabéns a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Santiago, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me apropriar de suas palavras, Presidente, e enaltecer o brilhante pronunciamento da Senadora Ana Amélia, agora, há pouco, falando sobre um tema de profundo conhecimento de S. Ex^a, com habilidade e perspectiva com relação à economia nacional. Este, sem dúvida alguma, deverá ser um dos belos momentos da Senadora nesta Casa, principalmente para o suinocultor, para a classe produtiva do seu Rio Grande.

Embalado pela discussão nacional do Código Florestal, trago à Casa, na tarde de hoje, uma preocupação que me atormenta há muitos anos, no que diz respeito à soberania nacional e a um processo avançado de internacionalização das nossas terras. Há muitos anos, o Brasil lida com um grave problema que parece crônico: a ocupação ilegal e a venda indiscriminada de terras para grupos mineradores, empresas agrícolas e outras grandes companhias internacionais.

Desde o início do século passado, nós nos acostumamos a ouvir incontáveis histórias sobre invasão e aquisição ilícita de terras por estrangeiros em toda a Região Norte do País, notadamente na Amazônia, e numa grande faixa de fronteira na Região Centro-Oeste. Certamente os mais velhos ainda se lembram da onda de protestos que eclodiu em todo o País, lá pelos anos 60, contra dois megaprojetos internacionais, que tinham como alvo a “colonização” da Amazônia.

Naquela época, a mídia denunciou amplamente os dois casos nos seus espaços mais nobres de repercussão. Dessa forma, o governo militar e o povo brasileiro foram alertados inúmeras vezes sobre os perigos

da execução desses dois projetos, que já haviam sido liberados junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca).

Um deles, o Projeto de Construção dos Sete Grandes Lagos – esse era seu nome –, fora preparado por uma entidade com sede nos Estados Unidos, o Hudson Institute, dirigido, na ocasião, por um sombrio cidadão americano, um futurólogo chamado Herman Kahn. Em síntese, a ideia era inundar imensas áreas de florestas virgens na Amazônia, para construir sete grandes lagos para produzir energia suficiente para abastecer toda a América do Sul.

Além da enorme destruição ambiental, o caso poderia provocar todas as outras especulações. Falava-se que esse instituto, o Hudson Institute, era um braço da Central de Inteligência Americana (CIA), que tinha como objetivo principal consolidar interesses militares e políticos na região.

Não podemos esquecer que, naquela conjuntura, o Brasil estava em ebulição política, o regime militar estava sendo contestado nas ruas e os Estados Unidos manifestavam, em relatórios secretos, extrema preocupação com o futuro político do nosso País.

É impossível, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar de considerar que toda essa instabilidade culminou com a edição do AI-5, Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que resultou em novas cassações de mandatos parlamentares e no fechamento do Congresso Nacional.

Eu me sinto vitimado por este ato de força, que ceifou a vida pública e política de jovens lideranças da época. Rememoro, no meu Estado, na minha família, as figuras de Vital do Rêgo e Pedro Gondim.

Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria contra a então União Soviética seguiram a todo vapor.

O outro grande projeto, igualmente denunciado pela mídia, levantou também vozes nas ruas, nas universidades e nos meios políticos. Ele foi o responsável pelo surgimento, em 1967, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, para apurar a grilagem e a venda ilegal de terras na Amazônia. O empreendimento era comandado por um rico empresário americano, Daniel Keith Ludwig, que empregava até um exército particular para proteger as suas terras griladas. E ele se fazia dono de uma imensa região da Amazônia.

De acordo com o relatório final da CPI, todo esse patrimônio havia sido adquirido de maneira fraudulenta. O império do milionário americano incluía mineradoras, madeireiras e o gigantesco Projeto Jari, que ocupava uma área de 1 milhão e 500 mil hectares, equivalente à metade do território belga. Lá, ele pretendia plantar

milhões de árvores chamadas gmelina, de crescimento rápido, que tinha ação destinada à produção de celulose. A ideia do empresário americano seria abastecer o mundo com papel produzido na Amazônia em terras ocupadas ilegalmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como acabei de relatar, ao longo dessas últimas décadas, os acontecimentos de invasão, grilagem e compra ilegal de terras por estrangeiros só aumentaram e continuam a ameaçar o nosso controle institucional. Esses argumentos que trago a V. Ex^{as}, argumentos históricos, fundamentam a preocupação do presente. Hoje, além da cobiça pelas matérias-primas, pela biodiversidade extraordinária, pelos minerais, que continuam a motivar a ânsia dos estrangeiros por novas áreas em nosso território, existe a questão da produção de alimentos, tão bem mencionada agora há pouco pela Senadora Ana Amelia, de biocombustível, que são, indiscutivelmente, os grandes desafios do século XXI.

Não é mais nenhuma novidade que o Brasil tem posições privilegiadas nesses dois campos. Por isso, nossas terras são desejadas por muitos países que não têm condição de produzir a sua própria comida e a energia de que necessitam. A cada dia que passa o mundo inteiro precisa consumir mais e mais toneladas de grãos. Isso se torna impossível para pequenos países, com áreas infinitamente menores do que as suas necessidades.

Assim, torna-se cada vez mais grave a falta de alimentos e mais clara a urgência que muitos países demonstram em adotar em larga escala o biocombustível como uma fonte alternativa importante entre as suas matrizes energéticas. Aliás, esses dois assuntos têm sido dominantes e prioritários em todas as rodadas de negociações internacionais, já é tema, já é pauta da viagem da Presidenta Dilma Rousseff à China, um dos grandes compradores do mercado brasileiro. Diversos relatórios, pesquisas e estatísticas com credibilidade informam que os investimentos estrangeiros em compra de terras e aluguéis de áreas têm aumentado consideravelmente no Brasil.

De acordo com a pesquisa recente, anotem os senhores, realizada pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar, com sede em Washington, nos Estados Unidos, entre 2006 e 2010 – quatro anos –, investidores estrangeiros arremataram mais de 20 milhões de hectares de nossas terras – entre 2006 e 2010 –, em operações financeiras que ultrapassam US\$30 bilhões. Um dado alarmante. Entre 2006 e 2010, mais de 20 milhões de hectares foram arrematados por empresas estrangeiras.

Segundo a mesma fonte, o Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar, essas transações envolvem empresas, fundos de investimentos, gover-

nos e pessoas físicas em negociações, na maioria das vezes, suspeitas, cujos contratos são recheados de artifícios, que servem para burlar a legislação existente nos países alvos.

O mesmo Instituto, Senador Mozarildo, assinala que a maior parte desses solos é adquirida na África e no Brasil, onde os custos de produção e dos imóveis rurais ainda estão baixos para a capacidade de cada um desses megaempresários grileiros.

De acordo com o Incra, mais de 4 milhões de hectares de terras agrícolas brasileiras já estão registrados em nome de estrangeiros. É outro dado estarrecedor: mais de 4 milhões de hectares estão registrados em nome de estrangeiros.

Consulto V. Ex^a se deseja um aparte, que é mais bem-entendido que eu nessa área, porque vive este problema na sua Região Amazônica, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Vital do Rêgo, eu vinha ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, resistindo em fazer um aparte para não interromper o seu brilhante raciocínio. Realmente, é muito preocupante a questão das terras no Brasil, mais notadamente na Amazônia. É bom que se frise que a Amazônia responde por 61% do território brasileiro. Então, se continuarmos esta política de não ligar para a questão da Amazônia... O interessante é que há um paradoxo, Senador Vital: para aqueles que estão lá, os 25 milhões de habitantes, há todo tipo de entrave para haver uma regularização fundiária. Inclusive já se editou uma MP, chamada MP da Regularização Fundiária da Amazônia e, mesmo assim, os recursos para proceder a essa titulação são muito precários por parte dos órgãos, seja dos governos estaduais, seja por parte do Governo Federal. Quando se trata de governo estadual, aí a coisa entra por um “pantanal” de complicações e de corrupção que é absurdo. No meu Estado mesmo, quanto a esta questão das terras, o Ministério Público Estadual já está pesquisando, a Polícia está investigando, porque são terríveis os indícios de uma espécie de cartel, formada por um grupo de proprietários, no caso específico do Mato Grosso, mas podem ser só laranjas. O certo é que precisa, sim, ser feita a regularização das terras, porque existe muita gente que tem terra na Amazônia, morando lá há décadas e décadas, e não consegue regularizá-la, e outros que chegam do dia para noite e conseguem essa regularização. Então, essa questão das terras, no Brasil todo, mas notadamente na Amazônia, é uma questão, diria, de soberania nacional, de segurança nacional.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – O que é pior: até na faixa de fronteira, em que a Constituição prevê uma série de impedimentos. No entanto, isso não vem sendo respeitado. Eu quero aqui, inclusive, dizer que me solidarizo inteiramente com o alerta que V. Ex^a faz, com dados inclusive, dados importantes, e chamar a atenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, para a questão das terras no meu Estado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo, V. Ex^a ilustra este modesto pronunciamento, trazendo casos concretos. Como disse na apresentação do seu aparte, V. Ex^a tem muito mais base pela experiência *in loco* na região, para discutir esta matéria. Eu recolho o pronunciamento de V. Ex^a e digo que a sua presença ao meu lado, ombreando-me nesta discussão, é superiormente importante.

Estou levando esta matéria para a Comissão de Relações Exteriores, para a Comissão de Meio Ambiente e também para a Comissão de Justiça. Estamos tentando fazer uma audiência conjunta. Estou conversando com os Srs. Presidentes dessas Comissões, para que esse assunto ganhe a repercussão necessária. O Governo Federal já está bastante preocupado. No final do Governo Lula, o Presidente, por vezes, anunciarava medidas para conter as brechas da lei que possibilitam essa grilagem muitas vezes oficial. Por isso, o Congresso Nacional não pode ficar alheio a essa matéria, que repto de soberania nacional, como bem frisou V. Ex^a.

De acordo com o Incra, mais de quatro milhões de hectares de terras agrícolas brasileiras estão registrados em nome de estrangeiros. Todavia, na opinião do próprio Instituto, como os proprietários não declaram a nacionalidade, no cartório de registro – e V. Ex^a acabou de falar sobre a corrupção que muitas vezes impera nessas negociações e que um pequeno proprietário nativo tem profundas dificuldades para fazer a sua regularização fundiária, esses estrangeiros estão hoje, segundo o próprio Incra, com mais de quinze milhões de hectares. Quatro milhões estão registrados, mas, segundo o próprio Incra, na Região Amazônica e no Centro-Oeste há expectativas de mais de quinze milhões nas mãos dessas empresas, dessas pessoas que vêm de fora para ocupar no nosso espaço.

No Mato Grosso, por exemplo, as terras produtivas estão em alta. Nessas extensões, as empresas “proprietárias”, de origem asiática, árabe, europeia e norte-americana, investem, principalmente, na produção de grãos, cana-de-açúcar, algodão e na plantação de eucalipto para a indústria de celulose.

Segundo especialistas em política agrícola, a competição com o capital internacional já gerou uma especulação desenfreada e elevou o preço das terras em mais de 300% em várias partes do Centro-Oeste.

É importante salientar que o Governo atual, a maioria da sociedade e dos meios políticos e diversas entidades representativas do setor agrícola estão muito preocupados com a continuidade dos abusos praticados pelo capital internacional no meio rural brasileiro. Todos acham que esse avanço sobre terras no Brasil está se tornando perigoso e exige uma fiscalização rigorosa.

No apagar das luzes do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio de sua Consultoria-Geral, encaminhou ao Palácio do Planalto parecer recomendando o fechamento de brechas à compra de terras por estrangeiros, acima dos limites estabelecidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971. Apesar dessa decisão, os negócios de compra e fusão, por estrangeiros, de empresas brasileiras detentoras de imóveis rurais no País, continuam à deriva, sem a devida obediência às novas determinações.

Em face da continuidade desses abusos, no dia 15 de março passado, a Presidente Dilma Rousseff decidiu bloquear todos os novos negócios de terras envolvendo investidores estrangeiros, com intuito de burlar relações já estabelecidas. Avisou mais ainda, que, a partir desse novo prazo, qualquer operação que contrarie as normas legais poderá ser suspensa pela Justiça.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a determinação do Palácio do Planalto é mais uma tentativa que visa a enquadrar o avanço ilegal de estrangeiros sobre nossas terras e a atuação de testas de ferro brasileiros que se recusam a respeitar a lei. É preciso que o Congresso Nacional se envolva nessa matéria.

Como disse a V. Ex^{as}s, estamos encaminhando uma solicitação de audiência pública com estas três Comissões, Comissão de Justiça, Comissão de Relações Exteriores e Comissão de Meio Ambiente, para que nós possamos discutir, nesta audiência, essa questão, visando a aperfeiçoar a Lei 5.709, que, por força da sua longevidade, por ter sido produzida em outro momento, encontra-se permeada de brechas em que escala o capital especulativo internacional na compra e na grilagem de terras.

Ao final deste pronunciamento, Senador Wilson Santiago, gostaria de agradecer ao Senador Aníbal mais este gesto carinhoso de S. Ex^a, permitindo com este orador o seu tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Vital do Rêgo, pelo pronunciamento que V. Ex^a faz no dia de hoje!

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Apenas para registrar o apelo da Associação dos Profissionais de Níveis Superior, Técnico e Médio dos Correios.

Solicita a intercessão [...] no sentido de evitar a aprovação dos artigos 44 e 45 da proposta de revisão estatutária da ECT, em tramitação na Casa Civil da Presidência, que preveem a ocupação de funções técnicas e gerenciais por pessoas estranhas aos quadros da empresa. Pela proposta, vinte mil funções de confiança, hoje preenchidas por profissionais do quadro permanente, poderão ser ocupadas por pessoas sem vínculo com a ECT, algo sem precedente na Administração Pública brasileira. Em outras empresas públicas federais, como CEF e Infraero, as funções gerenciais e técnicas são privativas de empregados.

A aprovação dos citados artigos, propostos sem o mínimo debate com o corpo técnico, configura a continuidade do processo de desprofissionalização da ECT, que se tem acentuado nos últimos anos, conduzindo a empresa à situação de ascendente deterioração do nível de qualidade dos seus serviços.

Esse apelo vem assinado por Luiz Alberto Menezes Barreto, presidente da Associação dos Profissionais de Níveis Superior, Técnico e Médio da ECT.

Sr. Presidente, é mais uma tentativa de aparelhamento da máquina pública, substituindo técnicos qualificados por, evidentemente, nomeações de caráter político para cargos comissionados. Isso puxa para baixo a qualidade da administração de uma empresa tão importante para o País como é a Empresa de Correios e Telégrafos.

Feito o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Mozarildo, pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, no curso dos últimos anos, a segurança pública tem sempre figurado entre as maiores preocupações da sociedade brasileira. Dados recentes do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam a esse respeito que quase metade da população não se sente segura nas cidades em que vive. A percepção de insegurança é

ainda mais preocupante na Região Norte, da qual faz parte o meu querido Estado de Roraima.

Com efeito, o suplemento Características da Victimização e do Acesso à Justiça no Brasil, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, indica que 47,2% das pessoas manifestaram insegurança nas suas cidades no ano de 2009. O trabalho realizado apresenta inúmeras clivagens, como índices maiores de sensação de segurança no abrigo da residência do que no bairro, e de índices maiores nos bairros do que nas cidades.

A Região Norte, porém, apresentou os menores percentuais de indivíduos com 10 anos ou mais que se declararam seguros: 71,6% nos domicílios, 59,8% no bairro onde moram e apenas 48,2% nas cidades da Região Norte. Os números nacionais são um pouco melhores: 78% dos brasileiros se sentiam seguros nos seus domicílios, 67,1% no seu bairro e apenas 52% na cidade.

Isso é um indicador de que, embora a gente pense que nos grandes centros a insegurança é maior, também nas pequenas e médias cidades da Região Norte, e até mesmo nas grandes, a sensação de insegurança é maior ainda.

No que tange aos dados mais concretamente relacionados à criminalidade, a Pnad revela que 7,3% da população de 10 anos ou mais sofreram crime de furto ou roubo, sendo que 1,6% sofreram agressão física. Aparentemente, falar em 1,6% parece ser pouca coisa; mas, se lembrarmos que somos 200 milhões de habitantes, é muito, principalmente se considerarmos que a violência a cada ano aumenta, e nós não vemos, por parte do Poder Público, nenhuma ação concreta no sentido de coibir, de diminuir a violência e a criminalidade. As vítimas, por exemplo, de tentativa de roubo ou furto aumentaram de 1,6%, em 1988, para 5,4% em 2009. Vejam o salto: de 1,6% para 5,4%! Ou seja, vem aumentando ao invés de diminuir. E, entre as pessoas maiores de 18 anos, 9,4% se viram envolvidas em situações de conflito no ano passado, com maiores percentuais nas esferas trabalhista, familiar e criminal.

Parece-nos ocioso esmiuçar todos os detalhes da extensa pesquisa, que merece ser analisada com muito cuidado e que aponta, *grosso modo*, para a maior sensação de segurança de homens, em relação às mulheres, e de moradores da área rural, em relação aos moradores das áreas urbanas. Isto é, as mulheres se sentem menos seguras do que os homens, mas não sei se, de fato, essa sensação de menos segurança das mulheres é só porque elas realmente tenham menor capacidade de reação ou de se defender. Não creio que seja por isso, mas porque realmente, de fato, não

há uma preocupação de dar segurança maior às mulheres e às crianças.

Também apresentam índices mais elevados de segurança, de sensação de segurança os brasileiros de cor branca quando comparados aos concidadãos de outras etnias. No que diz respeito às faixas etárias, a sensação de segurança é inversamente proporcional ao aumento da idade dos entrevistados.

Por conta da percepção generalizada de insegurança, aproximadamente 60% das residências fazem uso de múltiplos dispositivos de segurança dos mais variados tipos e preços. Aqui também a pesquisa revelou que a Região Norte ficou em penúltimo lugar, com 54,3% dos lares com equipamento de segurança, contra 63,9% das residências no Sudeste.

Ora, essa é outra coisa para a qual se precisa chamar a atenção. O cidadão precisa, no mínimo, colocar vidros ou arame em cima dos seus muros, cerca elétrica – quando pode –, câmeras – quando pode –, alarmes... Para quê? Para se sentir seguro. E a segurança é um dever, um dever do governo, tanto federal, quanto estadual, quanto municipal. No entanto, como o Estado não cumpre a sua parte, não oferece realmente ao cidadão a segurança, que é dever dele, o cidadão tem que se cuidar às suas expensas, colocando esses dispositivos de segurança caríssimos, quando deveria isso estar acontecendo por parte das ações públicas do Estado, no sentido de garantir a segurança da população.

Outro dado preocupante no País diz respeito à ocorrência de furtos (expropriação de bens sem violência direta contra a vítima), e roubos (em que a expropriação ocorre mediante violência ou grave ameaça à vítima). A pesquisa abrangeu um universo de 162,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, dos quais 11,9 milhões (7,3%) foram furtadas ou roubadas entre os dias 27 de setembro de 2008 e 26 de setembro de 2009.

Ora, veja, Sr. Presidente, como é impossível que a criminalidade esteja aumentando num País que diz estar avançando economicamente, em que os governos arrecadam cada vez mais, em que o cidadão paga cada vez mais imposto e que ainda se cogita de aumentar mais impostos para uma sociedade que não tem saúde, não tem educação e não tem segurança.

Aí é inacreditável que ainda estejamos hoje a ver esses dados, mas é importante que não deixemos esses dados ficarem só, digamos, guardados ou bem arquivados nas áreas técnicas, um estudo profundo como esse do IBGE. Mereceria que as comissões do Senado se debruçassem sobre esses dados e promovessem urgentemente a adoção de medidas para diminuir essa insegurança que se alastra pelo País todo.

Quero aqui chamar a atenção justamente, Senador Wilson Santiago, para o fato de que pior é que, na Região Centro-Oeste e na Região Norte – até diria assim, de maneira surpreendente para muitas pessoas –, a insegurança é maior. Lá a sensação que o cidadão tem de insegurança é maior. E, no entanto, é onde se investe menos, é onde o Estado investe menos na defesa do cidadão.

Só para ter uma pequena abordagem no sentido de solucionar tais diferenças, basta dizer que a pesquisa do IBGE revela que, nada menos do que 12,6 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 18 anos, ou seja, 9,4% do total avaliado, estiveram em situação de conflito nos cinco anos que antecederam a data da entrevista.

Nesse quesito, de novo, a Região Norte apresentou os menores percentuais do País, tanto para homens quanto para mulheres. Com o objetivo de solucionar tais diferenças, a ação judicial foi o instrumento mais utilizado. Desse modo, 57,8% dos 12,6 milhões de brasileiros em situação de conflito acionaram o Poder Judiciário, sendo que outros 12,4% recorreram aos juizados especiais em todo o País. Quanto ao Juizado Especial, o mecanismo de solução de controvérsias foi o mais utilizado na Região Norte, que liderou com 15,8% das lides solucionadas por essa via.

Ora, Sr. Presidente, é evidente que ao cidadão que não tem a segurança promovida pelo policiamento ostensivo, pelo policiamento repressivo, pela ação rápida e eficaz da investigação policial, só resta realmente buscar a ação judicial. E, muitas vezes, não acontece a solução dos seus conflitos, porque as polícias estão, de modo geral – aqui já fiz questão de mostrar o que acontece com a Polícia Rodoviária Federal –, com seus quadros muito aquém do que é necessário, e seus equipamentos são precaríssimos, considerando a necessidade da sua atuação. A Polícia Federal está do mesmo jeito. Concursos são feitos e as pessoas não são chamadas. Na Região Norte, posso dizer especificamente do meu Estado, tanto a Polícia Rodoviária Federal quanto a Polícia Federal estão, como se diz popularmente, “fazendo das tripas coração” para dar conta do recado. Nem se fala, Senador Wilson, da questão da Polícia Civil.

Hoje, aqui, houve comentários sobre os cem dias de governo da Presidente Dilma. Eu diria assim: após cem dias do atual governador, depois da sua reeleição – uma reeleição já contestada, que já foi inclusive objeto de cassação pelo Tribunal Regional Eleitoral –, temos, a cada dia, postos policiais sucateados, viaturas também sucateadas, policiais mal pagos e uma precária assistência à população.

Hoje, justamente cem dias após a reeleição – já foi comprovada pelo TRE que, de fato, foi roubada –

sabe-se que foi conseguida mediante todos os mecanismos de roubo, de corrupção, de condutas vedadas, de todo o tipo e toda a sorte de maracutaias.

Pois bem, conseguida a reeleição, os policiais hoje, no centésimo dia após a posse do novo Governador, decidem paralisar na próxima quinta-feira por 24 horas. Não é possível pensar em ter segurança com o aparato policial sucateado.

Falei aqui da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, mas quero me apegar às polícias estaduais, porque realmente da forma como trabalham, tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, é impossível pensar sequer em ter, por exemplo, ... A arma mais importante das polícias é a inteligência, é a informação; a arma talvez menos importante é justamente qualquer tipo de arma de fogo. As polícias não têm equipamentos adequados, não têm pessoal em número suficiente e o pessoal que está lá é mal pago.

No meu Estado, inclusive, os policiais civis vão parar por questão de gratificações, por questão de enquadramento, de progressão funcional, porque realmente não há nenhum tipo de preocupação com a segurança das pessoas.

Senador Wilson Santiago, peço que esse estudo seja considerado na íntegra, pois não vou lê-lo todo, porque são várias páginas, exatamente onze, mas quero que faça parte dos Anais da Casa. Ele é importante, não por causa da violência que vem acontecendo no Rio de Janeiro, seja nos morros que foram, digamos assim, retomados pelas Forças Armadas, pela Polícia Civil e Militar, ou dessa tristeza, dessa barbaridade que aconteceu agora na escola de Realengo, no Rio de Janeiro, mas pelo noticiário da violência que vemos todos os dias, em todos os lugares do País, contra a vida, contra o direito do cidadão de ir e vir, agora até de ir à escola, Srs. Senadores.

Quero dizer que lamento que o meu Estado esteja numa situação talvez das piores do Brasil, porque, realmente, o atual Governador não se preocupa em prestar ao policial, aquele homem e aquela mulher que vão cuidar do policiamento ostensivo, do policiamento repressivo ou até mesmo aqueles que se dedicam à questão da inteligência, do serviço intermediário, serviço da burocracia necessário para que todo o sistema funcione bem.

Então, quero deixar este registro lamentável de que a segurança no País vai muito mal, mas no meu Estado vai pior ainda. Espero que possamos continuar vigilantes, porque, se não continuarmos denunciando, cobrando, exigindo, fica muito fácil para que essa situação fique cada vez mais relaxada e se priorizem coisas que não são prioritárias, como, por exemplo,

algumas atividades que não são superiores à saúde, à educação, à segurança e à moradia.

Encerro reiterando o pedido de transcrição, na íntegra, da matéria que compõe o meu pronunciamento hoje e dessa matéria do jornal **Folha de Boa Vista**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)



Policiais civis decidem paralisar na quinta-feira durante 24 horas

YANA LIMA

Em assembleia realizada na manhã do sábado, cerca de 300 policiais civis deliberaram a favor de uma paralisação de advertência, a ser realizada na próxima quinta-feira, 14, por 24 horas. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Roraima (Sindipol), a principal reivindicação é que haja uma reestruturação nas leis que regem a Polícia Civil, de forma que as dez categorias tenham direito aos mesmos benefícios.

O setor prisional também será afetado, visto que as atividades são supridas por 180 agentes carcerários cedidos à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc). Por volta das 8h de quinta-feira, as classes devem se reunir em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado para negociar uma audiência a fim de debater a questão com o Executivo. Segundo o Sindipol, cerca de 750 policiais devem aderir à paralisação, respeitando os 30% que serão mantidos no serviço.

As categorias eram regidas pela Lei Complementar Estadual 055/2001, mas o impasse se deu a partir de 2008, quando foram criadas duas leis complementares estaduais (LCE) para regimento da categoria: a LCE 131 e LCE 132, que regem a classe dos delegados e as demais categorias - escrivões, agentes de polícia, papiloscopistas, agentes carcerários, peritos criminais, médicos legistas, odontolegistas e auxiliares de perito e necropsia - respectivamente.

De acordo com o presidente do Sindipol, José Nilton Pereira, conforme a lei destinada aos delegados, os policiais precisam apenas de dois anos em cada uma das quatro classes para chegar ao topo da carreira em oito anos de trabalho, enquanto as outras categorias possuem subníveis e, para chegar ao topo da carreira, seria necessário, em tese, 40 anos de trabalho. "Já enviamos diversos documentos solicitando audiência para tratar destes assuntos com o governo. Como nunca obtivemos, a única alternativa foi a paralisação para tentarmos entrar em uma negociação sobre o assunto", disse.

A remuneração é um dos pontos de discussão. Nove cargos recebem salário base mais gratificações – como a Gratificação de Exercício Policial (GEP), Gratificação de Risco de Vida (GRV), adicional noturno, insalubridade e interiorização. Caso estes policiais se aposentem, nos atuais moldes, passariam a receber apenas o salário base. Já a remuneração em forma de subsídio, na qual as gratificações são incorporadas ao salário e a aposentadoria é feita com base no salário integral, estaria sendo concedida apenas aos delegados.

O salário mensal do delegado, regido pela lei 131, gira em torno de R\$ 9 mil. Após oito anos, quando chega ao topo da carreira, o valor recebido é de aproximadamente R\$ 17 mil. Quanto ao cargo de policial, abrangido pela norma 132, os proventos giram em torno de R\$ 2.700,00 brutos. Só depois de decorridos 40 anos de atuação, ele chegaria ao topo da função e passaria a ter um salário mensal de R\$ 7 mil.

Outro ponto que deve ser levado à pauta de reivindicações diz respeito às promoções. Os policiais civis do Estado tomaram posse em julho de 2004, após aprovação no concurso público realizado em 2003, e com base na lei complementar 055/01, após o prazo de estágio probatório de três anos, os policiais estariam aptos a receber as promoções, o que até agora não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti! A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Queremos registrar a presença dos alunos do 7º ano do Centro de Ensino Fundamental da Ceilândia, no Distrito Federal.

Parabéns a todos os alunos que aqui se fazem presentes, que vieram acompanhar, de perto, especialmente o trabalho do Senado Federal e também visitar as dependências do Congresso Nacional! Parabéns a todos! Que Deus os ajude a conseguir os objetivos principais em suas vidas!

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Wilson Santiago; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiros que nos acompanham por meio da TV Senado, ocupo a tribuna para convidar o conjunto dos Senadores a estar, amanhã, na Comissão de Infraestrutura.

Nesta semana, uma medida provisória está trancando a nossa pauta. Temos de votar até quinta-feira essa medida provisória, que, julgo, merece muito a nossa atenção, o nosso cuidado. Trata-se da medida provisória que estrutura a empresa pública brasileira para implantar o trem de alta velocidade. Constitui-se em uma tentativa do Governo Federal de implantar o trem de alta velocidade entre a cidade de Campinas e a cidade do Rio de Janeiro.

Esse é um tema bastante polêmico, com muitas incertezas. Amanhã, na Comissão de Infraestrutura, teremos a oportunidade de contarmos com a presença do Dr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e também do Dr. Marcos Pontes, consultor desta Casa, entre outros especialistas. Essa será uma belíssima oportunidade para fazermos uma discussão técnica, uma discussão em que se consideram os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) sobre esse que é o maior empreendimento, o maior investimento que o Governo Federal pretende fazer no campo da infraestrutura. Sr. Presidente, o trem de alta velocidade significa um investimento superior, em dobro, ao que foi investido no conjunto da malha ferroviária brasileira nos últimos dez anos. Ou mais, significa dez vezes mais do que foi investido nos aeroportos brasileiros.

Então, trata-se de tema relevante. Amanhã, teremos a oportunidade, na Comissão de Infraestrutura, de fazermos um debate técnico qualificado, de fazermos não apenas um enfrentamento político, mas também

um enfrentamento técnico acerca desse projeto, sobre o qual o Plenário terá de se pronunciar até quinta-feira desta semana, para podermos desobstruir a nossa pauta e os nossos trabalhos no plenário.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros, de investimento superior a R\$35 bilhões. É um investimento complexo, pesado, um desafio muito grande, porque pelo menos 30% dessa ferrovia serão construídos sob túnel. Então, temos de avaliar isso com muito cuidado e com muita atenção.

Teremos oportunidade, amanhã, então, na Comissão de Infraestrutura, de aprofundarmos o debate, para que, chegando a matéria ao plenário da Casa, possamos fazer o debate político e todo o esclarecimento com relação a essa proposta.

Sr. Presidente, ocupo também a tribuna da Casa na condição de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de matéria relativa a um dos maiores absurdos que identificarmos no sistema público brasileiro. Trata-se de uma dessas coisas que não conseguimos entender, cujo sentido não conseguimos compreender. Mas conseguimos entender suas consequências. Estou falando do famigerado instituto de terreno de marinha, presente não apenas em meu Estado, onde alcança pelo menos 80 mil capixabas, mas também em todo o Brasil. Mais de 500 mil brasileiros, todos os anos, são alcançados por este absurdo chamado terreno de marinha. Evidentemente, já consideramos, *de per si*, antecipadamente, um completo e abusivo anacronismo a existência e a manutenção de terreno de marinha, que não existe, Sr. Presidente, em nenhum lugar do mundo. Trata-se, portanto, de uma jabuticaba, porque só o encontramos na legislação brasileira.

Evidentemente, a consequência desse instituto não tem outro sentido a não ser a compulsão, por parte do Governo, em tributar os contribuintes brasileiros. Como se não bastasse os quase 36% de tributação sobre o Produto Interno Bruto (PIB), o brasileiro é obrigado a conviver com taxas, com cobranças, com foros, com laudêmios que não fazem sentido. Essa não é uma cobrança que atinge um segmento social especificamente, ela atinge todos, os mais pobres, os mais humildes, o trabalhador, o empresário.

Os terrenos de marinha são, naturalmente, propriedades da União e são aqueles terrenos alcançados pela influência das marés, situados numa faixa de 33 metros da linha de preamar, pela legislação de 1831. Sr. Presidente, vou repetir: o marco da legislação de terreno de marinha, que delimita o que é terreno de marinha, que é situado numa faixa de 33 metros da linha de preamar, é de 1831. Naquele tempo, Sr. Presidente, um tiro de canhão atingia aproximadamente

33 metros. Isso ficou configurado como o limite de uma bala de canhão. Digo isso, para analisarmos o quanto isso é anacrônico na nossa legislação brasileira. Na época, obviamente, os portugueses implantaram isso com o sentimento de prevenir de ataques não só a nossa costa, mas também as margens de rios e de oceanos. O império português, portanto, determinou que nada poderia ser construído nessa faixa de terra. Era, então, uma questão de segurança, o que, obviamente, não faz mais sentido em nossa conjuntura, nos dias atuais, Senador Mozarildo Cavalcanti.

A concessão dos terrenos de marinha data de 1868. Em 1946, a legislação incorporou os acrescidos de marinha, ou seja, os aterros realizados em seguimento aos terrenos de marinha, em função do aprofundamento do adensamento populacional, sobretudo nas megas e grandes cidades que estão na costa brasileira.

As consequências dessa figura jurídica completamente obsoleta são as piores possíveis, Sr. Presidente, a começar pelo agravamento da já delicada questão fundiária em nosso País.

Terrenos de marinha ocupam grande parte da extensão territorial de muitos Municípios em nosso País. São mais de 500 mil brasileiros alcançados por esse instituto, inclusive em áreas densamente povoadas, o que dificulta a promoção de políticas de planejamento e desenvolvimento urbano por parte da administração pública local.

Problema grave é também a cobrança de taxas anuais por parte da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). No caso de foro, em que a União transfere grande parte da propriedade, a taxa é de 0,6% sobre o valor do terreno. No caso de ocupação, em que não há transferência de propriedade, a taxa varia de 2% a 5% do valor do terreno. Em qualquer situação, é preciso recolher também o laudêmio, correspondente a 5% do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias. Ocorre que a cobrança de laudêmio sobre as benfeitorias é inconstitucional, porque a terra é, de fato, da União, por imperativo constitucional. Ou seja, o laudêmio cobrado sobre as benfeitorias que são edificadas sobre esse terreno transforma-se em apropriação indevida. As benfeitorias são fruto exclusivo do investimento de quem ocupa a propriedade. A cobrança de laudêmio sobre elas fere, portanto, os princípios constitucionais da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa do Estado.

Mais: como a maior parte dos aforamentos em terrenos de marinha foi constituída há várias décadas, muitas vezes o valor de tais áreas já foi revertido aos cofres públicos, eminente Senador Aloysio Nunes Fer-

reira, por meio do pagamento de taxas que se arrastam ao longo de dezenas e dezenas de anos.

Há inúmeros casos de pessoas que, no momento da compra de seus imóveis, não são sequer informadas de que se trata de terreno de marinha e que, de uma hora para outra, são surpreendidas com a cobrança das taxas. Elas nem podem contestar a cobrança, por não terem sido notificadas pessoalmente. É um completo desrespeito, uma desorganização na relação do Estado com o cidadão brasileiro.

Como Vice-Governador do meu Estado, nós já vínhamos participando de uma militância e de um debate muito forte, porque o meu Estado, o Espírito Santo, assim como São Paulo, o Rio de Janeiro, Pernambuco e o Maranhão, é muito agravado por essa questão. Também na nossa Assembleia Legislativa, há comissões debatendo esse assunto. Inclusive, ações estão sendo propostas, para que possamos coibir que o braço do Estado se aproprie indevidamente daquilo que não lhe pertence. É uma briga longa, uma briga complexa, um combate ao qual precisamos dar um enfrentamento, que precisamos fazer. Tive a oportunidade de conversar, na semana passada, com um dos maiores especialistas desse tema em nosso País, o Procurador da República Carlos Fernando Mazzoco, que, há cinco anos, vem travando um permanente enfrentamento a respeito desse tema.

Também vamos realizar, espero eu, audiências públicas no Congresso Nacional, para que possamos convidar não apenas as autoridades da Marinha, mas também representantes do Serviço do Patrimônio da União, para que possamos fazer perguntas, questionamentos, para podermos detalhar essa questão, que tem trazido grande preocupação e que tem angustiado não apenas os brasileiros da costa, mas também os brasileiros do interior do nosso País, porque também se cobra essa taxa de terreno de marinha da população que vive à margem dos rios.

Então, na condição de relator, estamos aprofundando os estudos relacionados ao tema. Vamos voltar a esta tribuna mais vezes, para que, periodicamente, a cada semana, possamos trazer informações adicionais.

O meu desejo é o de que, até o mês de junho, possamos relatar esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e possamos, quem sabe, a bem da justiça, contar com o apoio do Srs. Senadores, para que disciplinemos melhor essa relação abusiva do Estado com os contribuintes brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Ferraço, eu estava aguardando a oportunidade de fazer um aparte a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com alegria, ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Gostaria de corroborar o que V. Ex^a diz, porque, de repente, quando se fala em terreno de marinha, dá-se a ideia de que isso atinge só quem está à beira-mar. Mas isso atinge também quem está à beira dos rios, inclusive dos rios da Amazônia. Então, é importante que a gente, realmente, atualize essa legislação, que, como bem disse V. Ex^a, vem da época do Brasil colônia, do Brasil império, que tinha sua razão de ser naquela época, mas que hoje tem de ser, no mínimo, atualizada, levando-se em conta todos os argumentos que V. Ex^a utiliza muito bem. Não podemos, evidentemente, perder de vista alguns itens que têm a ver com a segurança da nossa fronteira marítima, como também não podemos perder de vista o que diz respeito à nossa fronteira terrestre. E aí é outro debate. A Constituição atual – inclusive, fui um dos constituintes que a elaborou – prevê uma faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura. Hoje em dia, com as modernas tecnologias, com a possibilidade de segurança, sem precisar de faixa terrestre, essa faixa parece estar exagerada. Por exemplo, há um projeto do Senador Zambiasi que a reduz, o que permite, portanto, a instalação de atividades econômicas com mais facilidade. Quero me somar às ponderações de V. Ex^a e dizer que, realmente, essas legislações têm de ser atualizadas, principalmente reparando as injustiças que V. Ex^a mencionou muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em 2010, o Governo Federal, com a Secretaria de Patrimônio da União, arrecadou R\$700 milhões em todo o País. A arrecadação foi de R\$700 milhões! São mais de 500 mil brasileiros que já pagam, há anos, anos e anos, essas taxas, esses foros, e, no caso de transferência, pagam também os laudêmios.

É esse o debate e a contribuição que queremos trazer à atenção das Sr^{as}s Senadoras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago, do PMDB da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais pessoas que nos acompanham, o Governo da Presidenta Dilma completa cem dias.

Venho a esta tribuna para parabenizar a Presidenta e confirmar nossa confiança em suas diretrizes.

Essa confiança, além de minha, é de todos os brasileiros. Senão vejamos os dados levantados pela pesquisa realizada pelo Ibope, em que 56% dos entrevistados consideram o Governo ótimo ou bom.

Só esses números, Sr. Presidente, pelo que testemunhamos nos últimos dias, já incomoda parte da própria oposição.

Nesses cem primeiros dias, vimos um Governo empenhado em continuar a atender à população carente do Brasil. Programa como o Rede Cegonha, que atenderá prioritariamente às regiões da Amazônia Legal e especialmente ao Nordeste; incentivo ao programa Minha Casa Minha Vida; programa Saúde Não Tem Preço, com distribuição de remédios para pressão e diabetes; além, Sr. Presidente, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, de tantos outros programas que têm dado certo neste Brasil. Graças a Deus, quem ganha com isso é a classe menos favorecida do nosso País.

A luta incansável da própria Presidente Dilma, como também, precisamos registrar, de outros governos no sentido de combater a inflação, tem feito com que, no Brasil, de fato se tenha, por meio de sua população, uma visão mais longa no que se refere aos seus investimentos e à própria administração dos seus salários.

Na política externa, tivemos a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, demonstrando o interesse na aproximação dos dois países, e, hoje, a visita da Presidenta à China, onde cerca de vinte acordos deverão ser efetuados naquele país.

Economistas brasileiros e também de outros países elogiam a gestão Dilma, a exemplo do conhecido e competente brasileiro economista, Antonio Delfim Netto, que se disse otimista como atual governo. Segundo Delfim, o Brasil está “caminhando para uma situação muito melhor do que estava”. Ele considera a evolução como “muito positiva”, no que se refere à economia e ao desenvolvimento brasileiro.

Tudo o que vivemos nesses cem dias acena para um Governo forte e equilibrado em todos os setores: no setor econômico, no setor social, enfim, em todas as áreas que interessam à grande maioria do povo brasileiro.

Impulsionado por recursos de anos anteriores, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, chega aos cem dias do Governo da Presidente Dilma com crescimento em relação ao ano passado. De 1º de janeiro até ontem, domingo, segundo matéria divulgada pelo Portal Brasil, o Governo gastou R\$6,559 bilhões com ações do programa, espalhado em todo o território nacional, montante superior ao gasto nos quatro

primeiros meses do ano passado, que tinha sido de R\$5,379 bilhões.

As obras de transporte estão na frente se forem consideradas as áreas de atuação do PAC. O Ministério dos Transportes é o principal responsável pela execução do programa neste ano, com R\$3,112 bilhões gastos até então, dos quais R\$2,939 bilhões estão concentrados no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. Em seguida, vêm o Ministério das Cidades, com R\$2,605 bilhões executados, e o Ministério da Integração Nacional, com R\$ 432,862 milhões.

Consideradas as ações individuais, no entanto, o Programa Minha Casa Minha Vida lidera os gastos do PAC, ações essas que têm beneficiado inúmeras famílias pelo Brasil afora. As transferências de recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial somam R\$1,7 bilhão, quantia que corresponde a 26% do total gasto no PAC em 2011. Em segundo lugar, está a subvenção econômica à moradia popular, Senador Aloysio Nunes Ferreira, em cidades de até 50 mil habitantes, com R\$162,1 milhões. O levantamento analisou 1.288 ações que integram o PAC – e digo até, mais uma vez – em todo o território nacional.

Entre as obras de infraestrutura, a recuperação da BR-101 em Alagoas, a construção da BR-163 entre Mato Grosso e Santarém, no Pará, e a manutenção de trechos da BR-116 em Minas Gerais foram as que mais gastaram neste ano. As três obras somam R\$353,847 milhões executados.

Só isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já justifica, em apenas cem dias, um Governo voltado para a continuidade das ações espalhadas em todo o território nacional, possibilitando à população visualizar com facilidade as ações do Governo, a intenção e a determinação do Governo de, nos futuros dias, nos futuros meses e eu digo até anos, cumprir de fato sua meta, realizando ações que interessam à grande maioria da população brasileira. Foi para isso que a Presidenta foi eleita e quer retribuir, com ações, ao seu povo a confiança dada nas urnas.

Se forem levadas em conta não as ações individuais, mas os programas que englobam várias ações e obras, os encargos da União, impulsionados pelo Minha Casa Minha Vida, lideram com R\$1,920 bilhão. Em segundo lugar, estão as obras do Votor Logístico Leste, que abrangem projetos de melhoria do escoamento da produção, aqui também na região do Distrito Federal, em Goiás, em Minas Gerais, no Espírito Santo e chegando ao Rio de Janeiro, com R\$837,896 milhões. Em seguida, vem o Votor Logístico Nordeste, que teve R\$646,104 milhões investidos e gastos nas ações do próprio Governo.

Por tudo isso, reafirmo que o Governo Dilma está no caminho certo, no caminho do desenvolvimento, com o Brasil ingressando em um ciclo de 30 gloriosos anos, para repetir a opinião do economista Octavio de Barros, além de tantos outros economistas que, de fato, ajudaram, e contribuem, e direcionam, e se posicionam em relação à economia brasileira, possibilitando e, digo até, dando rumo a todos os investidores e, além de tudo, a toda a opinião pública deste País para tomarem conhecimento daquilo que interessa à população nacional.

Quero aqui, por questão de justiça, Sr. Presidente, reconhecer que a economia brasileira está cada vez mais sendo respeitada pelo mundo inteiro, em decorrência de os sucessivos governos de fato terem se preocupado com a estabilidade econômica, com a questão fiscal e com os programas que têm atendido às demandas e às necessidades da grande maioria da população brasileira.

Nós sabemos, todos nós somos conscientes de que não foi feito tudo aquilo que de fato nós queremos e de que o Brasil precisa, mas essas determinações, essas conquistas são satisfatórias porque atendem o desejo da população e, além de tudo, fazem com que o Brasil vá para frente e também, em conjunto, realize as ações que todos nós pretendemos e que todos nós almejamos.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Paim – não só eles como todos os que pertencem a esta Casa – sabem que não é fácil administrar um País com desigualdades regionais, com turbulências até internacionais que incomodam e perturbam o direcionamento, as necessidades, o posicionamento e as decisões do Governo. Mas, mesmo assim, não só o Presidente Lula como também a Presidenta Dilma têm feito de tudo para corresponder à expectativa do povo brasileiro e, com isso, realizar um governo à altura das aspirações e do desejo da grande maioria do seu povo.

Fico por aqui, Sr. Presidente, meus caros Senadores e Senadoras, dizendo a esta Casa e ao Brasil que nós teremos muitos desafios ao longo do tempo, Senador Paim, mas tenho certeza de que a democracia, que deu ao Brasil a oportunidade de cada brasileiro se posicionar no momento e na hora que achar conveniente, dará condição de ajudar, de contribuir com o Governo, para, além de tudo, realizarmos aquilo que os brasileiros desejam de todos nós.

Muito obrigado a todos.

Se Deus quiser, vamos fazer com que o Brasil, num futuro bem próximo, seja para todos, direcionando aquilo que todos esperam de um Governo comprometido com todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Wilson Santiago, aceite o cumprimento da Mesa pelo seu brilhante pronunciamento. Esse assunto dos cem dias de Governo da Presidenta Dilma certamente será abordado por outros Senadores nesta Casa.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Estando ausente, com a palavra o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, no dia de hoje, venho à tribuna falar mais uma vez do Dia Nacional do Sistema Braille, transcorrido na última sexta-feira, dia 8 de abril. Essa data faz com que a gente venha à tribuna refletir sobre a situação de cerca de 2,5 milhões de homens e mulheres deste País que têm dificuldade na visão ou, como diz um dos meus assessores – e repito aqui –, que são cegos.

Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, atendi a um requerimento, votado no último dia 24 de março, para que esta manhã realizássemos uma sessão de homenagem ao Dia Nacional do Sistema Braille.

O Dia Nacional do Sistema Braille simboliza a possibilidade de as pessoas cegas, em todo o mundo, terem acesso à leitura. Nesse dia, o objetivo é que as entidades públicas e privadas realizem eventos que reverenciem a memória de Louis Braille, além de promover, naturalmente, debates sobre os direitos da pessoa com deficiência visual, sua inserção no mercado de trabalho e orientação sobre a prevenção da cegueira.

A data escolhida coincide com o nascimento, em 1834, de José Álvares de Azevedo, que foi responsável pela introdução do sistema Braille no Brasil. Após passar seis anos aprendendo o funcionamento do sistema Braille no Instituto de Jovens Cegos de Paris, Azevedo retorna ao Brasil em 1850 e começa, então, a transmitir o que aprendeu para que as outras pessoas cegas também soubessem ler.

Ele passou, inclusive, a escrever em jornais, divulgando as possibilidades da educação voltada para os cegos. Com suas ações, sensibiliza o próprio Imperador D. Pedro II, o que culminaria na fundação, em 17 de setembro de 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro – e ficou claro, na audiência pela manhã, que nós não aceitaremos que fechem o instituto. Convém lembrar que essa foi a primeira escola a receber pessoas cegas em toda a América Latina.

Falei, hoje pela manhã, que, neste dia 11 de abril, estamos cultivando o dia de uma importante semente, a responsável por levar alimento às almas: o Dia Nacional do Sistema Braille.

Na audiência pública desta manhã, estiveram presentes representantes das entidades representativas dos cegos no Brasil, entre os quais destaco: Geovane Alziró Frois Lima, estudante do Centro de Ensino Médio do Setor Leste de Brasília; Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade); Jonir Bechara Cerqueira, Professor Especialista em Educação de Deficientes Visuais, autor de um belo poema que um jovem lá declamou em homenagem ao sistema Braille; Regina Fátima Caldeira de Oliveira, Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos; Telma Nantes de Matos, Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Antonio José do Nascimento Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência; Paulo Roberto Pereira Brandão, aqui do Senado, uma das pessoas que coordena a Gráfica do Senado, que tem, eu diria, a melhor gráfica do sistema Braille deste continente.

Foram feitas lá, Sr. Presidente, algumas denúncias sobre o sistema de cotas para deficientes, porque algumas empresas, não todas, não cumprem. Pelos depoimentos, notamos, e lá também me posicionei, o quanto existe ainda de preconceito contra a pessoa com deficiência. Por exemplo, em cada cem deficientes que são colocados no mercado de trabalho, apenas três são cegos, o que mostra uma discriminação contra a pessoa com deficiência. Nem as cotas são preenchidas. Contra o cego é dupla a discriminação: por ser deficiente e por ser cego.

Existem no Brasil dois milhões e meio de cegos e, segundo o IBGE, desses dois milhões e meio, somente dez mil estão no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, esse problema não existe somente na área privada. Tivemos denúncias lá de pessoas cegas que tiraram o primeiro lugar em concurso no Judiciário, como também no Legislativo e no Executivo, e tiveram problemas para receber o que tinham de direito, ou seja, o cargo pelo qual eles disputaram.

Eu queria destacar aqui que um deles fez uma denúncia muito grande contra a Prefeitura, se não me engano, de Campo Grande. Ela estava aqui, inclusive. Ela é uma intelectual preparadíssima, fez uma bela palestra, tirou primeiro lugar e não foi colocada. Com outro, lá no meu Rio Grande, no Judiciário, ocorreu algo semelhante. Eu me comprometi, assumo toda a responsabilidade, a fazer uma carta, em nome da Comissão de Direitos Humanos, ao Prefeito de Campo

Grande, como também a esse órgão do Judiciário lá do Rio Grande do Sul.

Sempre dou o exemplo – e quem não está entendendo que a pessoa com deficiência tem que ter seu lugar ao sol não entende nada da vida –, e tenho uma grata experiência – repito isso seguidamente aqui só como exemplo, não é porque sou bonzinho ou sou Papai Noel –, dou o exemplo, porque deu certo comigo, Senador Aloysio: o meu coordenador político há nove anos é cego. Ele estava aqui hoje de manhã e deu um depoimento. É o Santos Fagundes.

Para vocês terem só uma idéia, ele mora no interior do Rio Grande, numa cidade pequena chamada Caí; e não pensem que tenho que mandar carro para buscá-lo. Ele sai de casa, com a sua bengala, espera o ônibus, pega o ônibus, vai para Canoas e cumpre o seu papel.

Se eu chegar e disser para ele: “Tu tem que ir à Bahia” – contei uma vez e conto de novo –, ele pega um avião e vai para a Bahia. Chega lá, se informa, e faz a palestra. E vou dar um exemplo de São Paulo. Uma vez ele foi me representar em São Paulo – e ele contou e vou repetir aqui. Quando retornava, ele se perdeu em São Paulo. Sabe quem o auxiliou? Foi o pessoal de rua, os chamados homens e mulheres que vivem na rua. Em todo o País tem, não é? Eles o orientaram, colocaram-no no táxi, e um deles disse: “Eu vou contigo” – essas pessoas que moram na rua mesmo. E foi até lá e disse: “Aqui está bom?” “Está bom”. É a solidariedade daqueles homens de rua, no caso de São Paulo. Ele nos contou de forma emocionada. Claro que não estou transmitindo aqui a emoção dele ao contar – ele sabe contar – um episódio como esse.

Tenho dois cegos. Tenho o Luciano no gabinete também, que anda com aquele cachorro aqui dentro. Vocês aqui todos assinam para ele e tal. Ele escreve grande parte dos discursos que trago para cá. Desse aqui, ele participou da elaboração.

E agora estou contratando uma menina cega: negra, mulher e cega, três preconceitos, eu diria. Estou contratando porque ela mostrou que é capaz mesmo, e vai trabalhar também conosco aqui na Casa.

Quero aqui destacar também que esse foi um momento muito bonito. Falou lá o Chalés Jatobá, fez uma bela exposição; a Srª Loni Elizabeth Mânicca, que falou sobre o trabalho que a CNI e o Sesi estão fazendo, um trabalho interessante também em relação às pessoas com deficiência; falaram ainda Marcos Bandeira, Rita de Cássia de Souza Barros, Fernando Cotta. Enfim, todos falaram da importância desse momento e do Dia Nacional do Sistema Braille.

Quero destacar também o trabalho do Senado aqui. Um belo trabalho. Todo ano aqui se comemora a

Semana da Pessoa com Deficiência. Há um grupo de funcionários do Senado que fazem essa articulação entre a Casa e a sociedade. Esse grupo traz artistas, depoimentos de pessoas com deficiência nas mais variadas áreas, e quero aqui cumprimentá-lo.

Destaco aqui também que hoje, para o Senado Federal, é um momento de reconhecimento sobre a importância da persistência e da criatividade, pois foram eles que organizaram grande parte desses momentos bonitos. Dizia hoje, pela manhã, que uma sessão como aquela me dá um orgulho enorme de ser Senador e estar ali no plenário com cerca de 250 cegos, a maioria jovens, que estavam assistindo, debatendo, participando e apontando caminhos, dando luz para a gente, eles dando luz para a gente. Então, foi uma reunião para mim das melhores.

Um deles leu a seguinte frase: “Se os olhos não me deixam obter informações sobre os homens e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma”. Essa frase que o menino leu é de Louis Braille.

Quero aqui destacar a grandeza do francês Louis Braille, que nasceu em 4 de janeiro de 1809, na França. Seu pai era um fabricante de arreios. Aos 3 anos, ao brincar na oficina do pai, feriu-se no olho esquerdo com uma ferramenta pontiaguda. A infecção passou para o outro olho também, provocando cegueira total. Na tentativa de que Louis tivesse uma vida mais normal, seus pais e o padre Jacques Pallury, o responsável pela igreja local, o matricularam numa escola.

Louis Braille tinha facilidade em aprender o que ouvia. Com essa qualidade, foi selecionado como líder da turma. Com apenas dez anos, ganhou uma bolsa no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris.

O fundador desse instituto foi Valentin Haüy, um dos pioneiros na criação do programa para ensinar cegos a ler. Em 1821, quando Louis Braille tinha 12 anos de idade, o capitão reformado da artilharia francesa Charles Barbier de la Serre visitou o Instituto, onde apresentou um novo sistema de comunicação chamado escrita noturna, que ficou conhecido como o Serre; mais tarde veio a ser chamado de sonografia. Tratava-se de um método de comunicação tátil que usava pontos em relevo, dispostos num retângulo em seis pontos de altura por dois de largura. Louis Braille dedicou-se a essa fórmula, aperfeiçoou-a, e ela acabou levando seu nome.

Em 1824, com apenas 15 anos de idade, Louis Braille terminou seu sistema de células com apenas seis pontos. Pouco depois, ele mesmo começou a ensinar no Instituto; em 1829, publicou seu método exclusivo de comunicação. Na França, a invenção de

Louis Braille foi reconhecida em 1854, dois anos após sua morte.

Felizmente hoje, em plena era digital, existem novos sistemas de leitores de tela que facilitam o acesso da pessoa cega à informação. Entretanto, o sistema criado por Louis Braille há quase 200 anos permanece sendo o único instrumento que garante efetivamente a alfabetização de cegos.

O acesso a textos através de um leitor de tela é um acesso auditivo e não pode ser considerado uma leitura pessoal. O ato de ler de uma pessoa com deficiência visual só pode se dar por intermédio da adaptação de textos para o sistema Braille.

Nesse processo de adaptação de textos em sistema comum de uso para o sistema Braille, é fundamental a figura do transcritor e revisor de Braille. Destaco que apresentei o projeto de reconhecimento dessa profissão de transcritor e revisor do Braille. O objetivo desse projeto é garantir em leis direitos trabalhistas para essas pessoas que executam uma tarefa de importância extraordinária na promoção da acessibilidade.

Enfatizo aqui que tramita no Congresso também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi agora, recentemente, um dos eixos do debate na Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Nesse debate, foi recomendada a aprovação do estatuto com a devida adequação à Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Enfim, para tentar simplificar ao máximo aqui, ratificando as palavras do Antonio Gomes Leitão, recebido do poeta gaúcho Waldin de Lima pequenos poemas que destacam a grandeza e a importância histórica desse tipo de evento para as pessoas cegas.

No poema Cela Braille, incluído no livro **Canção das Flores**, o autor diz:

Seis pontinhos em relevo,
Belo quadro sem moldura
Das pessoas que não veem.
Cela Braille, luminosa,
Constelação que fulgura
Jorrando luz e cultura
Naqueles dedos que leem.

Leem com o tato!

Do mesmo livro **Canção das Flores**, também de Waldin de Lima, ele me enviou o seguinte:

Soneto a Louis Braille

Aquele menino genial, inquieto,
Dos cegos transmudou a própria vida,
Quando em sua alma a glória foi concebida
Na grandeza de um tátil alfabeto.

Louis Braille, pedagogo ou arquiteto,
Se teve um dia sua visão perdida,
Buscou em sua alma brava e destemida
Seu tesouro real e predileto.
Sistema de pontos bem ordenados,
Representam os sinais convencionados:
Outra forma de ler e escrever.

Sistema novo de escrita e leitura
Tirou os cegos da vida obscura
Que levavam à margem do Saber.

O sistema Braille mostrou ser muito, muito importante. Quero aqui dar todo o meu apoio às pessoas que ensinam, mestres e professores, àqueles que aprenderam a ler, aos que estão lendo.

Nós estamos vivendo um momento bonito.

Quero encerrar, homenageando a Organização Nacional dos Cegos do Brasil, por meio do seu Presidente Moisés Bauer e de todas as lideranças que estiveram hoje conosco.

Aqui temos uma frase dita por uma professora que foi muito homenageada, Dorina Nowill: "Todas as histórias têm um fim, mas a minha continua..."

Ou seja, sempre caminhando com as pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, este pronunciamento.

Quero dizer que a sessão foi para mim muito gratificante e, tenho certeza, para todos que assistiram a essa audiência pública de hoje pela manhã. Deram-nos uma verdadeira aula de cidadania, de saber, como eu disse, dando luz, mostrando que muitas vezes as pessoas cegas enxergam muito mais do que nós que, em tese, não temos deficiência visual.

Lá, fiz um apelo para que todos tenham a sensibilidade não só de contratar uma pessoa com deficiência – deficiência visual ou não, com algum tipo de deficiência –, mas também de olhar a sua ascensão e promoção. Que não fique assim: "Eu contrato porque a lei diz que tenho de contratar de 3% a 5% dos meus empregados; coloco lá e fiz a minha parte". Não, tem de se olhar o potencial. Eu posso dizer, com orgulho, que o Santos entrou no patamar, digamos, mais baixo do meu gabinete e hoje ele está numa política de ascensão, com a devida promoção; a mesma coisa, o Luciano e, tenho certeza, o mesmo com a menina que está entrando agora.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda dizer que, amanhã, vai ser criada, na Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão da Mulher. A Senadora Angela Portela deve ser indicada Presidente dessa subcomissão. Já está confirmada a presença de duas Ministras e um Ministro. Isso se dará em torno das dez horas,

porque, às nove horas, o Presidente Sarney vai receber as mulheres. Vamos instalar a subcomissão e vamos para a Comissão de Assuntos Sociais, onde coordeno a Subcomissão de Trabalho e Previdência, em que vamos discutir amanhã a questão dos fundos de pensão.

Estamos muito preocupados com a questão da Previ, do Banco do Brasil, e, principalmente, pela gravidade dos fatos, do Aerius. Teremos lá, amanhã, a discussão com a Graziella, do sindicato, e com o Dr. Maia, também do sindicato da categoria, os aeronautas. Já acertamos aqui com a Senadora Ana Amelia, com o Senador Alvaro Dias e com outros Senadores que, na quarta-feira, vamos ao Supremo para ver se votam a questão de uma vez por todas. Um comandante de um avião que recebia em torno de R\$12 mil a R\$13 mil do seu fundo, que ele pagou religiosamente, hoje está recebendo em torno de R\$150,00. Eles têm uma campanha no Rio Grande do Sul: Viva a vida. Muitos já morreram, ganhando um salário muito triste – para não usar a palavra “vergonhoso” -, infelizmente por falta de fiscalização dos Governos ao longo da história.

A Varig foi à falência e pegaram o dinheiro dos aposentados, consumindo-o. Na hora de devolver, então, não havia fundos. Só que entendemos que, na hora da falência, a prioridade é para os trabalhadores e para o fundo. Por isso, há uma ação no Supremo, a que o sindicato deu entrada. A líder Graziella vai estar aqui conosco, amanhã. Vamos ter uma audiência também no Ministério da Previdência, com o mesmo objetivo. Espero que a gente construa uma alternativa. Nós apresentamos aqui um decreto legislativo para criar o que foi chamado de conforto legal, um acordo entre os aposentados e pensionistas do Aerius e o Governo, para que eles possam, então, ter direito à sua aposentadoria.

Por fim, Sr. Presidente, nestes últimos quatro minutos, estamos nos aproximando do chamado Abril Indígena. Eu falarei, outro dia, sobre os povos indígenas e sobre o quanto eles são discriminados. Temos de ter muito carinho com eles. V. Ex^a, Senador Moarildo, tem falado muito aqui sobre os povos indígenas. Eu quero aqui falar não só do choro, da lágrima e da tristeza, mas de um exemplo muito positivo. Registro hoje, em homenagem a todos os povos indígenas, a história da primeira mulher indígena a se tornar militar no Brasil. Em fevereiro deste ano, houve um fato inédito que registro neste momento.

É um exemplo de vida, de superação e de boa vontade. Estou falando da primeira mulher indígena a se tornar militar no Brasil. Seu nome é Silvia Nobre Waiápi. Ela saiu da floresta amazônica aos 14 anos e resolveu ir para cidade. Foi para o Rio de Janeiro.

Só para conhecimento, da aldeia em que Silvia vivia até o centro urbano mais próximo são, pelo menos – e V. Ex^a conhece bem essa questão – dois dias de viagem de barco e caminhada. Ela havia sofrido grave acidente aos quatro anos de idade. Ficou hospitalizada por meses em Macapá; aproveitou o tempo para estudar. Esse estudo, com o tempo, a ajudou e, um dia, ela saiu da aldeia. Num primeiro momento, ela mendigou, passou fome, depois foi vender livros de porta em porta. Depois de ser incentivada a escrever pela Associação Profissional de Poetas do Estado do Rio de Janeiro, onde participou de encontros literários em Copacabana, ganhando dinheiro declamando poesias, resolveu estudar mais. Estudou Artes e ganhou prêmios por seus poemas, entre eles a Medalha Cultural Castro Alves.

Logo depois, ela se apaixona por esporte; deixou as artes e direcionou os estudos para a área de saúde e fisioterapia ligada ao esporte. Em 2003, ela e outros colegas de fisioterapia do Centro Universitário Augusto Mota formaram uma equipe de atletas que recebiam bolsas da universidade para competir.

De atleta, Silvia passou a ser coordenadora da equipe de atletismo da universidade. Foram tricampeões no circuito esportivo da Universidade de São Paulo, conhecido como a Volta da USP, em 2003, 2004 e 2005.

Pois bem, quando trabalhava como fisioterapeuta, acompanhou um grupo de fuzileiros navais, resolveu concorrer, aí sim, a uma corrida de obstáculos, à carreira militar. Prestou concurso em 2009, mas foi reprovada. No ano seguinte, tentou pela segunda vez, a Marinha e o Exército. Passou nos dois e escolheu o Exército. Segundo ela, a seleção foi dura. Ela prestou todas as provas. Teve análise de títulos e de currículo e depois fez um teste físico. Silvia divide seu tempo hoje no Exército em cursos de especialização em saúde pública, gênero, sexualidade, e está começando a cursar sua terceira graduação em gestão hospitalar em uma universidade particular.

Quanto veio ao Rio, ela já era mãe do menino, Ydrish, que hoje tem 22 anos e estuda farmácia. Aos 15 anos, teve Tamudjim, que cursa Direito, e, cerca de dois anos depois, teve Yohana, que está começando a estudar Relações Internacionais. Ela afirma que carrega a responsabilidade de “abrir espaços ainda não alcançados” pelas mulheres indígenas. É colaboradora do Conselho Nacional da Mulher Indígena, onde defende o fortalecimento da expressão das mulheres indígenas.

Enfim, Sr. Presidente, sinto-me honrado em fazer este registro e vejo na história dessa mulher toda

a força, a determinação, a coragem a fibra e a raça da nossa nação indígena.

Parabéns a você, Sílvia, e a todas as mulheres pelo exemplo de vida que vocês dão. Nós todos sabemos que temos uma dívida impagável com a nação indígena. Que Deus abençoe a nação indígena, os quilombolas, os deficientes, enfim, todos aqueles que de alguma forma são discriminados neste País.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo. Considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA INTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos mais uma vez diante do Dia Nacional do Sistema Braille, transcorrido na sexta-feira, dia 08 de abril, e de todas as reflexões possíveis a respeito do tema.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, atendendo ao requerimento votado na Comissão no dia 24 de março passado, tive a grata satisfação de realizar na manhã de hoje uma audiência pública em homenagem as pessoas com deficiência visual.

Ponderei no meu pronunciamento que o Dia Nacional do Sistema Braille simboliza o profícuo sistema para a inclusão das pessoas cegas em todo o mundo ao acesso à leitura.

Nesse dia, o objetivo é que as entidades públicas e privadas realizem eventos que reverenciem a memória de Louis Braille, além de promover debates sobre os direitos das pessoas com deficiência visual, sua inserção no mercado de trabalho e orientações sobre a prevenção da cegueira.

A data escolhida coincide com o nascimento, em 1834, de José Álvares de Azevedo, responsável pela introdução do sistema Braille no Brasil. Após passar seis anos aprendendo o funcionamento do sistema Braille no Instituto de Jovens Cegos de Paris, Azevedo retornou ao Brasil em 1850 e começou então, a transmitir o que aprendeu para outras pessoas.

Ele passou, inclusive, a escrever em jornais divulgando as possibilidades de educação voltadas aos cegos. Com suas ações, conseguiu até sensibilizar o imperador Dom Pedro Segundo, o que culminaria na fundação, em 17 de setembro de 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

Convém lembrar que essa foi a primeira escola a receber pessoas com deficiência visual na América Latina.

Disse também, hoje pela manhã, que neste dia 11 de abril, estamos cultivando o dia de uma importante semente responsável por levar alimento às almas, que é o Dia Nacional do Sistema Braille.

Na audiência pública dessa manhã estiveram presentes representantes das entidades representativas dos Cegos no Brasil. Fizeram parte da mesa de trabalho:

Geovane Alzirô Frois Lima, Estudante do Centro de Ensino Médio do Setor Leste de Brasília.

Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o CONADE.

Jonir Bechara Cerqueira, Professor Especialista em Educação de Deficientes Visuais.

Regina Fátima Caldeira de Oliveira, Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Telma Nantes de Matos, Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil.

Antonio José do Nascimento Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência.

Paulo Roberto Pereira Brandão, Consultor em Sistema Braille aqui do Senado.

Foram feitas denúncias sobre o Sistema de Cotas para Deficientes nas empresas e serviço público em geral. Pelos depoimentos vimos o quanto existe de preconceito contra a pessoa deficiente.

Trago aqui os dados:

Em cada 100 deficientes no mercado de trabalho apenas três são cegos. Existem dois milhões e meio de cegos no Brasil, segundo dados do IBGE e destes apenas 10 mil estão no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, este problema não existe no meu gabinete onde há dois assessores cegos. Um deles trabalha aqui em Brasília, Luciano Ambrozio e o outro é o meu coordenador político, Santos Fagundes que trabalha no meu escritório no Rio Grande do Sul e coordenou as minhas duas campanhas para o Senado.

Falaram também durante a audiência pública de hoje:

Loni Elizabeth Mânicá que explanou sobre o desenvolvimento das ações pelos deficientes no Sistema SESI/ CNI.

Chalés Jatobá que é cego pediu providência para que o governo não extinga o Instituto Benjamin Constant e nem o programa de acessibilidade promovido pelo Governo Federal.

Marcos Bandeira do Conselho CONADE falou sobre o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência.

Rita de Cássia de Souza Barros, também cega pediu a divulgação e editoração das publicações em Braille de autoria do Ministério da Educação.

Fernando Cotta, Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência– CORDE– Do Distrito Federal pediu mais políticas de inclusão por parte dos governos estaduais e nova tecnologias para o sistema Braille. Porque há falta de notebook, livros especiais e sistema de informação aos cegos no Brasil.

Portanto volto a falar sobre a importância de Louis Braille.

Ele é o responsável pelos seis pontinhos Braille com o formato de sementes e cultivados pelos dedos das pessoas cegas que fazem germinar nas suas almas o conhecimento que por sua vez é responsável pela formação intelectual e profissional.

Hoje para o Senado Federal é um momento de reconhecimento sobre a importância da persistência e da criatividade, pois foram através delas que Louis Braille buscou criar instrumento para ele acessar o conhecimento.

Leio aqui uma frase que ele escreveu em seu diário:

Se os olhos não me deixam obter informações sobre os homens e eventos, sobre idéias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam a grandeza desse francês.

Louis Braille nasceu em 04 de janeiro de 1809 na França. Seu pai, Simon– René Braille, era um fabricante de arreios e selas. Aos três anos, ao brincar na oficina do pai, Louis feriu-se no olho esquerdo com uma ferramenta pontiaguda, possivelmente uma sovela. A infecção que se seguiu ao ferimento alastrou-se ao olho direito, provocando a cegueira total.

Na tentativa de que Louis tivesse uma vida o mais normal possível, seus pais e o padre Jacques Pallury, que é era o responsável pela igreja local, matricularam-no na Escola.

Louis Braille tinha facilidade em aprender o que ouvia e por esta qualidade de vida, foi selecionado como líder da turma. Com apenas 10 anos de idade, Louis ganhou uma bolsa do selecionado Instituto Real de Jovens Cegos de Paris.

O fundador deste instituto, Valentim Hauy, foi um dos pioneiros a criar o programa para ensinar os cegos a ler. Em 1821, quando Louis Braille tinha 12 anos de

idade, o então capitão reformado da artilharia francesa, Charles Barbier, visitou o Instituto onde apresentou o sistema de comunicação chamado de escrita noturna que ficou conhecido com o serre, mais tarde veio a ser chamado de sonografia.

Tratava-se de um método de comunicação tátil que usava pontos em relevo dispostos num retângulo com seis pontos de altura por dois de largura. Louis Braille dedicou-se de forma entusiástica ao método e passou a efetuar algumas melhorias.

Em 1824, com apenas 15 anos de idade Louis Braille terminou o seu sistema de células com seis pontos. Pouco depois, ele mesmo começou a ensinar no Instituto e em 1829, publicou o seu método exclusivo de comunicação. Na França a invenção de Louis Braille foi reconhecida em 1854 dois anos após a sua morte.

Felizmente hoje estamos em plena era digital e existem novos sistemas de leitores de tela que facilitam o acesso da pessoa cega à informação. Entretanto, o sistema criado por Louis Braille, há quase duzentos anos, permanece sendo o único instrumento para alfabetização de cegos.

O acesso à textos através de um leitor de tela é um acesso auditivo e não pode ser considerado uma leitura pessoal. O ato de ler para uma pessoa com deficiência visual só pode se dar por intermédio da adaptação de textos para o sistema Braille.

Nesse processo de adaptação de textos em sistema comum de uso para o sistema Braille é fundamental a figura do transcritor e revisor de Braille. Reconhecendo a importância desse profissional, apresentei o Projeto de Lei do Senado 67/2011 que cria a profissão de transcritor e revisor de Braille.

O objetivo do meu projeto é garantir em Lei, direitos trabalhistas a essas pessoas que executam uma tarefa de importância extraordinária na promoção da acessibilidade.

Quero enfatizar aqui, que tramita no Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa com Deficiência, PL 3638/2000, de minha autoria. No momento a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debate o assunto.

Lembro a este Plenário que a Lei 12.266 de 21 de junho de 2010 sancionada ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o dia 08 de abril como o Dia Nacional do Sistema Braille.

Nesta data é recomendado às entidades públicas e privadas a realização de eventos destinados ao debate sobre o sistema Braille. O propósito da Lei é fortalecer o debate social acerca dos direitos da pessoa cega e a sua plena integração na sociedade, bem como difundir informações sobre a acessibilidade ma-

terial, à informação e à comunicação, pela aplicação de novas tecnologias.

Aqui na Capital foi realizado na sexta-feira passada, o Primeiro Encontro Brasiliense em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braille no Centro Especial número Um de Brasília. Foi um evento aberto à comunidade. Para o diretor do Centro Especial número UM, Antonio Gomes Leitão, o encontro despertou a atenção da comunidade para o debate e a conscientização da sociedade a respeito da educação do deficiente visual e enfatizou a importância do Sistema Braille para as pessoas cegas.

Ratificando as palavras do diretor Antonio Gomes Leitão, recebi do poeta gaúcho Waldin de Lima pequenos poemas que destacam a grandeza e a importância histórica deste tipo de evento para as pessoas cegas.

No poema Cela Braille incluído no livro **Canção das Flores** o autor diz:

Seis pontinhos em relevo,
Belo quadro sem moldura
Das pessoas que não vêem.
Cela Braille, luminosa,
Constelação que fulgura
Jorrando luz e cultura
Naqueles dedos que lêem.

Do mesmo livro “**Canção das Flores**” Waldin de Lima, ele enviou-me o seguinte poema:

Soneto a Louis Braille
Aquele menino genial, inquieto,
Dos cegos transmudou a própria vida,
Quando em sua alma a glória foi concebida
Na grandeza de um tâtil alfabeto.

Louis Braille, pedagogo ou arquiteto,
Se teve um dia sua visão perdida,
Buscou em sua alma brava e destemida
Seu tesouro real e predileto.
Sistema de pontos bem ordenados,
Representam os sinais convencionados:
Outra forma de ler e escrever.

Sistema novo de escrita e leitura
Tirou os cegos da vida obscura
Que levavam à margem do Saber

O Sistema Braille provou ser muito adaptável como meio de comunicação. Quando Louis Braille inicialmente inventou o sistema de leitura, aplicou-se à notação musical. O método funciona tão bem que a leitura e escrita de música é mais fácil para os cegos do que para os que vêem.

Vários termos matemáticos, científicos e químicos têm sido transpostos para o Braille, abrindo amplos depósitos de conhecimento para os leitores cegos. Relógios com ponteiros reforçados e números em relevo, em Braille, foram produzidos, de modo que os dedos ágeis possam sentir as horas.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, aproveito este momento para saudar o senhor Moisés Bauer, da Organização Nacional de Cegos do Brasil pelo cargo assumido junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o CONADE.

Tenho certeza que ele fará um bom trabalho junto aquele colegiado, uma vez que o CONADE é um espaço privilegiado entre iniciativa privada e governo para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigida a esse grupo social.

Para encerrar este pronunciamento quero homenagear, neste dia, duas pessoas que tive a alegria de conhecer aqui no Congresso Nacional. Infelizmente elas já nos deixaram fisicamente, mas acredito que, espiritualmente, estão entre nós. Refiro-me ao professor Adilson Ventura, que foi presidente do CONADE e que esteve colaborando conosco em vários momentos dos debates sobre a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Bem, e tivemos também a participação de uma mulher guerreira e muito atuante na área da educação, que foi a professora Dorina Nowill. Ela foi presidente da fundação que leva o seu nome e que é uma Entidade que distribui material em Braille e áudio para escolas e entidades de pessoas com deficiência em todo o Brasil.

A esses dois abnegados colaboradores, meu muito obrigado.

Encerro homenageando a Organização Nacional de Cegos do Brasil, através de seu presidente, Moisés Bauer, e a todas as lideranças que estão nos assistindo pela TV Senado Federal.

Aqui vai a frase da professora Dorina Nowill “Todas as estórias tem um fim, mas a minha continua...”

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores. Em fevereiro deste ano, aconteceu um fato inédito que desejo registrar nesta tribuna, porque é também um exemplo de superação e boa vontade. Estou falando da primeira mulher indígena a virar militar no Brasil. Seu nome é Silvia Nobre Waiãpi.

Ela saiu da floresta amazônica aos 14 anos e resolveu ir para a cidade, para o Rio de Janeiro. Só para conhecimento, da aldeia onde Silvia vivia até o centro

urbano mais próximo são, pelo menos, dois dias de viagem de estrada de terra batida e barco.

Ela havia sofrido um grave acidente, aos 4 anos e ficara hospitalizada por meses na capital Macapá. Ela diz que aproveitou o tempo para estudar. Esse estudo lhe ajudou quando abandonou a aldeia. Num primeiro momento, ela mendigou e passou fome. Depois foi vender livros de porta em porta.

Ela foi incentivada a escrever pela Associação Profissional de Poetas do Estado do Rio de Janeiro. Participava de encontros literários em Copacabana, onde declamava poesias.

Resolveu estudar artes e ganhou prêmios por seus poemas, entre eles a medalha Cultural Castro Alves.

Logo depois ela se apaixonou por esporte. Deixou as artes e direcionou os estudos para a área da saúde e fisioterapia ligada ao esporte.

Em 2003, ela e outros colegas de fisioterapia do Centro Universitário Augusto Motta, formaram uma equipe de atletas que recebiam bolsa da universidade para competir.

De atleta, Silvia passou a ser coordenadora da equipe de atletismo na universidade. Eles foram tricampeões no circuito esportivo da Universidade de São Paulo, conhecido como a Volta da USP em 2003, 2004 e 2005.

Pois bem, quando trabalhava como fisioterapeuta, acompanhou um grupo de fuzileiros navais. Resolveu concorrer à carreira militar e prestou concurso em 2009, mas foi reprovada.

No ano seguinte, tentou pela segunda vez a Marinha e o Exército. Passou nos dois e escolheu o Exército. Segundo ela a seleção foi dura. Ela prestou prova oral, teve análise de títulos e currículo e, depois fez um teste físico.

Silvia divide seu tempo, hoje, no Exército, em cursos de especialização em saúde pública, gênero e sexualidade e está começando a cursar a sua terceira graduação, em gestão hospitalar, numa universidade particular.

Quando veio ao Rio, ela já era mãe de Ydrish, que hoje tem 22 anos e estuda farmácia. Aos 15 anos teve Tamudjim, que cursa direito, e, cerca de dois anos depois, teve Yohana, que está começando a estudar relações internacionais.

Ela afirma que carrega a responsabilidade de “abrir espaços ainda não alcançados” pelas mulheres indígenas e é colaboradora no Conselho Nacional da Mulher Indígena, onde defende o fortalecimento da expressão das mulheres indígenas.

Sr. Presidente, eu sinto-me honrado em fazer esse registro e vejo na história dessa mulher toda a

força e determinação que tantas vezes nós homenageamos nesta Tribuna.

Parabéns a Silvia Waiápi e a todas as mulheres pelos exemplos de vida que vocês nos dão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mozarildo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de forma muito especial Senador Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques, venho à tribuna, na tarde de hoje, para fazer alguns comentários acerca do debate sobre a revisão do Código Florestal.

Quero manifestar a minha convicção de que o Congresso Nacional, especialmente o Senado, terá capacidade para produzir um texto equilibrado, de bom senso, que seja bom para o Brasil, que possa garantir tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais; que possa permitir que o Brasil continue sendo grande produtor de alimentos, grande produtor de agroenergia, mas que possa fazê-lo de forma sustentável, Senador Aníbal Diniz, fazendo com que o Brasil seja não apenas uma potência agrícola, mas também uma potência ambiental.

Quero dizer que nos debates que temos realizado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tem-me chamado atenção não apenas o interesse desse debate, que tem reunido em algumas reuniões quase 30 Senadores, mas, também, sobre os subprodutos que esse debate vai oferecer ao Brasil, seja no que se refere à necessidade de um zoneamento ambiental, seja em relação à necessidade, prezados visitantes, de recuperarmos todo o sistema nacional de pesquisa agropecuária, em que as universidades têm um papel fundamental no que se refere à pesquisa básica; a Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias; as organizações estaduais de pesquisa, que precisam ser resgatadas na adaptação dessas tecnologias à realidade local, e ao fortalecimento do sistema de assistência técnica e extensão rural.

Eu gostaria de registrar que não tenho nenhuma posição cristalizada sobre o tema. Fiz uma imersão na

Embrapa, com técnicos de lá, procurando conhecer a opinião de diversos cientistas da Embrapa; mas tenho também conversado com técnicos do Governo, com produtores rurais, com organizações ambientalistas para poder construir uma posição de equilíbrio que contribua para oferecermos ao Brasil uma legislação moderna, que regularize os passivos ambientais, mas que, sobretudo, tenha os olhos voltados para o futuro.

Mas quero aqui, Senador Pedro Taques, comentar alguns temas que estão em debate dentro do próprio Governo. O Senador Aloysio Nunes Ferreira tem cobrado a participação mais efetiva do Governo nesta discussão, apresentando uma posição. Quero registrar que nós teremos, sim, o Governo com uma posição unitária de consenso entre os diversos ministérios acerca do Código Florestal.

Eu gostaria de mencionar alguns temas que estão sendo estudados, estão sendo cogitados neste debate. O primeiro deles, que se refere à área de preservação permanente, é o cômputo das áreas de preservação permanente na área de reserva legal.

Entendo que isso é razoável. É um debate propositivo, que caminha para a compreensão, ou seja, mantemos o instituto da reserva legal, que é uma característica da legislação brasileira – isso é extremamente positivo, porque estamos fazendo, na verdade, uma grande reserva de biodiversidade para usos futuros em biotecnologia –, mas incorporando no cômputo da reserva legal as áreas de preservação permanente.

Outro ponto que defendo é a permanência de 30 metros para as áreas de preservação permanente. Aqui eu quero fazer um parêntese para me referir a diversas pesquisas realizadas pela Embrapa que demonstram o potencial fantástico, a capacidade que os polinizadores, especialmente as abelhas, promovem no sentido do aumento da produtividade em diversas lavouras e produtos da agricultura brasileira. É realmente impressionante.

A produtividade da soja, por exemplo, Senador Mozarildo, cresce mais de 50% em função da polinização realizada pelas abelhas. Algumas culturas, como o maracujá, dependem 100% da polinização das abelhas; o melão e diversas outras culturas têm uma dependência muito grande na sua produtividade com a presença dos polinizadores.

É importante ressaltar que as áreas de preservação permanente como as áreas de reserva legal são as que acolhem esses animais, esses insetos, esses polinizadores...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Rollemberg, V. Ex^a me permite uma breve interrupção no seu pronunciamento? É para registrar a presença aqui nas galerias dos estudantes

da Faculdade Escola da Cidade – Arquitetura e Urbanismo, de São Paulo.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sejam muito bem-vindos, estudantes de Arquitetura e Urbanismo, a esta cidade que é patrimônio cultural da humanidade. Já deixou de ser patrimônio apenas dos brasileiros para se transformar em patrimônio cultural da humanidade.

Eu dizia, Sr. Presidente, do papel que esses insetos, que essas aves polinizadoras representam no aumento da produtividade e da necessidade de terem áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, onde se abrigam em alguns períodos do ano, onde buscam alimentos em alguns períodos do ano, até porque essas lavouras não são permanentes. Portanto, esses animais também precisam se alimentar e se abrigar em outras áreas durante o ano.

É importante ressaltar o que técnicos da Embrapa afirmaram, ou seja, na definição de uma área de preservação permanente, mais importante do que definir se serão 30, 15 ou 50 metros, é perceber a declividade do terreno, a espessura do terreno, do solo, e a textura dele.

Esses são condicionantes fundamentais, além de saber o que aquela mata ciliar pode produzir de serviços ambientais e se pode servir como garantia de preservação dos recursos genéticos ali existentes.

Ao reduzir a área de preservação permanente, é importante ressaltar que podemos estar dando um tiro no pé na produtividade da agricultura brasileira. E, se mais adiante, entendermos que foi um erro reduzir as áreas de preservação permanente, corremos um risco muito grande de já não ter mais condições de recuperar essas áreas plenamente, com toda a sua biodiversidade, o que pode gerar prejuízos enormes. É muito melhor termos precaução em relação a isso, investirmos fortemente em conhecimento, em inovação tecnológica, para aumentar a produtividade das nossas áreas, inclusive com tecnologias já desenvolvidas pela Embrapa, de integração lavoura, pecuária, silvicultura, ou seja, otimizando a produção, aumentando a produtividade sem precisar avançar em novos biomas, sem precisar avançar em novas fronteiras agrícolas, mas utilizando, sobretudo, as áreas de pastagem degradadas do Brasil, que são milhões e milhões de hectares.

Ouço, com muito prazer, o Senador Aníbal Diniz.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Rollemberg, esse seu pronunciamento vem em sintonia com a reflexão que fiz aqui, da tribuna do Senado, na sexta-feira passada, em um reconhecimento público de que a audiência pública que aconteceu, no

esforço conjunto entre a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, envolvendo a comunidade científica, foi da máxima importância para nortear, para dar a nós, legisladores, algumas diretrizes do ponto de vista da ciência nessa discussão do substitutivo ao Código Florestal, com a relatoria do Deputado Aldo Rebelo. Por quê? Porque a comunidade científica, a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências e também os pesquisadores da Embrapa, são unâimes em dizer que temos, sim, que aumentar a produtividade; temos, sim, que aumentar a produção de alimentos, mas isso não é incompatível com a preservação do meio ambiente, ou seja, nós temos que aumentar os nossos índices de produtividade, mas temos que assegurar a nossa proteção ao meio ambiente, porque é a nossa garantia para as gerações futuras. E, no que diz respeito à reserva legal de 80% especificamente, veja só, se a comunidade científica tem quase como ponto pacífico que é possível a gente desenvolver sempre novas tecnologias no sentido de aumentar a produção, por que temos de atacar a reserva legal se nós sabemos que há tantos milhares de hectares subaproveitados tanto na Amazônia quanto fora dela e podemos, à luz da ciência, buscar um aproveitamento melhor dessas áreas sem colocar em risco a biodiversidade da Amazônia com a redução da reserva legal de 80% para 50%, como propõe o relatório do Deputado Aldo Rebelo. Então, eu acho que a gente deve fazer coro com a comunidade científica no sentido de não ter uma atitude de apressar essa discussão. Essa discussão pode ser feita, sim, com profundidade, pode exigir um tempo maior. Acho que nós temos que estar disponíveis para discutir o tempo que for necessário. Agora, com relação às multas que estão colocando na ilegalidade muitos produtores, aí, sim, talvez a gente tenha que fazer uma separação e buscar junto ao Ministério do Meio Ambiente e junto ao Ibama um caminho alternativo, que já tem uma luz apontada a partir do Programa Mais Ambiente, e isso tem, tranquilamente, a aceitação do Ministério do Meio Ambiente para encontrar uma saída, porque o que não pode é, nesse momento de descontentamento de agricultores que têm multas, dizerem que a gente tem que passar a toque de caixa e aprovar um código florestal que pode ser desastroso para as gerações futuras. Nós temos que ter ciência de que a decisão que vamos tomar agora não diz respeito só a gente, mas, fundamentalmente, às gerações futuras, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aníbal Diniz. Acolho as suas sugestões, incorporo-as ao meu discurso, V. Ex^a que é um Senador de um Estado amazônico.

Antes de ouvir o Senador Pedro Taques, eu só queria ressaltar que foi decisão da Comissão de Meio Ambiente, da qual os eminentes Senadores fazem parte, fazer esse debate, antecipar esse debate num ambiente livre de radicalização, com a participação conjunta da Comissão de Agricultura, buscando um equilíbrio.

Tivemos a oportunidade de ouvir o relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, o representante da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências, o ex-Ministro Alysson Paulinelli, um grande brasileiro, o Presidente Pedro Arraes, da Embrapa, trazendo informações técnicas para que a Comissão possa fazer o seu juízo de valor e dar maior colaboração.

Para mim, o que ficou de mais importante de todas essas audiências e que apareceu de forma muito clara na apresentação do Presidente da Embrapa é que, nos últimos anos, o Brasil aumentou em apenas 45% a sua área plantada, enquanto aumentou a sua produção, portanto a sua produtividade, em 250%. Isso mostra que a forma mais inteligente, mais eficiente, mais duradoura de preservar o meio ambiente, ou seja, de aliar produção agrícola, pecuária e agroenergia com preservação de meio ambiente, é investindo em inovação tecnológica, investindo em novas tecnologias, que vão permitir o uso intensivo do solo com técnicas saudáveis, com manejos adequados do solo, aumentando a produção e garantindo a sustentabilidade.

Ouço, com prazer, o Senador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Rodrigo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esse tema é de suma importância. O que me preocupa, Senador Rodrigo, é um pouco de maniqueísmo que nós estamos vendo e antevendo, quando o projeto aqui chegar, nesse tema. Alguns ainda estão a entender o seguinte: quem é favorável ao relatório, ao substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, é favorável ao desenvolvimento; e quem é contra alguns pontos seria favorável ao meio ambiente. Esse maniqueísmo não pode existir. Esse é o primeiro ponto. Nós temos que debater no Senado cada um dos pontos do substitutivo do Deputado Aldo Rebelo. Eu, junto com V. Ex^a, acompanhei o seu depoimento na Comissão do Meio Ambiente. Um segundo ponto que eu gostaria de ressaltar é a necessidade de que a ciência seja ouvida. A ciência não é estática; ela é dinâmica, ela muda, e nós ouvimos isso naquela audiência pública que V. Ex^a presidiu, com a presença do representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências também. A ciência precisa ser ouvida. Eu

vou só citar um ponto. V. Ex^a disse que o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo diminui a APP dos leitos até cinco metros de trinta para quinze metros. Isso não pode ser feito assim sem nenhum critério científico, porque a diminuição precisa levar em conta a declividade, o tipo de solo, o tipo de leito que ali existe. Isso faz com que nós cheguemos à conclusão de que não podemos tratar o que é diferente de forma igual. Portanto, a ciência precisa ser ouvida também nesse particular. Eu expresso a V. Ex^a a minha preocupação com um adágio que existe no Estado de Mato Grosso, que diz o seguinte: "o apressado come cru". Nós temos dois meses para discutir o projeto do Código Florestal. É interessante que possamos trazer a esse tema a segurança jurídica, porque a insegurança jurídica está a impedir que brasileiros possam cultivar para fazer com que o Estado, o nosso País cresça. Agora, nós temos que discutir, ponto a ponto, esse substitutivo aqui no Senado da República, sem pressão de nenhum lado. Assim, eu empresto a V. Ex^a o meu apoio nessa discussão, e esse tema precisa ser debatido com total tranquilidade, porque nós não estamos a debater qualquer código, mas um código que trará desenvolvimento para o Brasil. Precisamos debater sem pressa, mas também não podemos ficar debatendo muito tempo esse código aqui, como ocorre na Câmara há tantos anos. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Tenho convicção de que V. Ex^a dará uma contribuição para que tenhamos segurança jurídica no setor.

Quero defender a manutenção dos trinta metros para áreas de preservação permanente, podendo abrir exceções para aquelas áreas já consolidadas. Onde já houver área consolidada, nós podemos trabalhar com os quinze metros, aplicando, inclusive, a resolução do Conama, salvo engano a Resolução nº 429, que diz que, para a recuperação da mata ripária, da vegetação originária, basta isolá-la. Isso já seria considerado como em processo de recuperação.

Quero dizer também que, com relação à isenção de reserva legal colocada no relatório do Deputado Aldo Rebelo, defendo que admitamos a isenção da reserva legal apenas para a agricultura familiar.

E aqui, Sr. Presidente, eu precisava fazer o esclarecimento de que, em uma leitura apressada do relatório do Deputado Aldo Rebelo, as pessoas podem chegar à conclusão de que ele está isentando do cálculo da reserva legal apenas as propriedades até quatro módulos fiscais. E não é isso. Na verdade, ele está isentando do cálculo das reservas legais até quatro módulos fiscais, o que faria com que uma propriedade,

por exemplo, de dez módulos fiscais só precisaria fazer reserva legal em torno de seis módulos fiscais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Portanto, solicitando a benevolência de V. Ex^a para que eu possa concluir, eu entendo que o instituto, a isenção de reserva legal deve ser permitida apenas para a agricultura familiar.

Quero fazer aqui uma reflexão sobre o instrumento da compensação ambiental, outra questão que está em debate no âmbito do próprio Governo. Alguns defendem que a compensação ambiental se dê no mesmo Estado, podendo até ser em biomas diferentes; outros defendem que deve ser no mesmo bioma, e em Estados diferentes. Eu defendo que essa compensação se dê na mesma bacia de terceiro grau.

E por que digo isso, Senador Pedro Taques? Porque, se nós formos fazer a compensação ambiental no mesmo bioma, a pessoa que desmatou mata atlântica em São Paulo vai poder recuperar, fazer a compensação ambiental, por exemplo, em uma área do Maranhão, do Piauí ou de outro Estado qualquer de muito menor valor econômico, e nós precisamos estimular o mercado de compensação ambiental, o mercado verde.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Então, se incentivarmos aqueles produtores a preservarem áreas maiores do que as exigidas por lei no Estado de São Paulo, isso vai se transformar num grande ativo ambiental para ser negociado com aqueles que precisam fazer a compensação ambiental. Com isso, estaremos tomando uma medida inteligente, que é estimular o mercado de compensação ambiental, o mercado de serviços ambientais, o mercado verde, ou seja, estaremos transformando o problema em uma alternativa econômica.

Entendo também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisamos simplificar ao máximo a averbação da reserva legal. Hoje é uma **via crucis** para um pequeno produtor que quer averbar a sua reserva legal, pois depende do órgão ambiental do Estado, que não está preparado, e ele acaba indo para a ilegalidade.

Temos de transformar a averbação em um processo simplificado, declaratório, que posteriormente pode até ser verificado, mas temos de simplificá-lo ao máximo para não penalizar o produtor rural.

É importante registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que temos uma concentração fundiária muito grande no Brasil: 86% dos proprietários rurais detêm 23% das terras, enquanto 14% dos proprietários

detêm 77% das terras. É claro que grande parte dos produtores rurais, dos pequenos produtores rurais tem muita dificuldade de ter acesso aos órgãos ambientais, de ter acesso aos recursos necessários para fazer essas averbações. Portanto, nós precisamos facilitar ao máximo esse procedimento, para dar segurança jurídica aos produtores rurais do nosso País.

Essas são, portanto, algumas contribuições que eu gostaria de trazer para o debate, deixando muito claro, reiterando que não tenho posição nenhuma cristalizada sobre o tema.

Tenho orgulho de dizer, Senadoras e Senadores, que, na Câmara dos Deputados, eu fazia parte da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar da Agropecuária. Acho que estamos sob o falso dilema do “ou somos a favor do desenvolvimento e da agricultura, ou somos favoráveis ao meio ambiente”.

A grande condição diferenciada de que o Brasil dispõe neste momento, em função de todo o seu território e de termos aqui o maior desenvolvimento em agricultura tropical do Planeta, de termos grande abundância de água, de fontes energéticas, de biodiversidade, é fazer com que continuemos, cada vez mais, a ser grandes produtores de alimentos, grandes produtores de energia, mas também um país de grande biodiversidade, utilizando, inclusive, essa biodiversidade com inteligência, produzindo riquezas para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Mas aqui quero reiterar a nossa convicção de que teremos a capacidade, o Congresso Nacional terá a capacidade, o Senado Federal, em especial, terá a capacidade de construir uma legislação equilibrada, uma legislação com os olhos voltados para o futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rolemberg, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Rodrigo, pelo seu pronunciamento.

Falará, para uma comunicação inadiável, a Senadora Marisa Serrano, pelo tempo regimental. (Pausa.)

Falará agora o Senador Aloysio Nunes, por permuta com a Senadora Marisa Serrano.

Senador Aloysio, V. Ex^a terá o tempo regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Com revi-

são do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr's Senadoras, no início desta legislatura, esteve entre nós a Presidente da República, num gesto de deferência, de reconhecimento da importância do Poder Legislativo para o funcionamento das instituições. E aí, Sua Excelência, de viva voz, comunicou-nos a sua mensagem anual do Presidente da República.

Passados três meses, Sr. Presidente, dessa data importante, penso que o balanço que se pode fazer das iniciativas concretas decorrentes das intenções anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff é decepcionante.

V. Ex^a seguramente se lembra da ênfase da Presidente Dilma ao tema da reforma política, apresentando esse tema como prioridade da Nação.

Era de se esperar que viesse do Governo presidido por ela uma palavra que fosse, uma linha, uma orientação, um ponto de vista. Nada!

O Senado concluiu agora, num período de 45 dias de estudos por uma comissão presidida pelo Senador Dornelles, enquanto a Câmara estuda o tema numa comissão que terá, para concluir seu trabalho, um prazo de 180 dias.

Até este momento, não houve sequer uma palavra, seja da Presidente, seja da sua coordenação política, seja da chefia da Casa Civil, a respeito daquele sistema que, no entender do Governo, o qual alçou a reforma política como prioridade nacional, seria o mais conveniente para o País.

Na mesma ocasião, a Presidente Dilma Rousseff apontou a reforma tributária como exigência inadiável da justiça, do desenvolvimento e da saúde fiscal do Governo. Chegou até a enunciar um método para o estudo e a implementação dessa reforma: o método do fatiamento. Pois até agora não chegou ao Congresso nenhuma ínfima fatia. Nada!

Sua Excelência chegou a dizer que começaria por desonerar a folha de pagamento de tributos, que hoje dificultam a contratação da mão de obra e a sua formalização. Era de se esperar que o Governo tivesse elaborado, durante o período da transição, período entre a eleição e a posse, pelo menos um rascunho do que fosse a desoneração da folha de pagamento. Pois até agora nada! Nenhuma linha, nenhuma sugestão, nenhuma insinuação do que poderia vir a ser a desoneração da folha de pagamento, apresentada pela Sr^a Presidente há três meses, como medida urgente e inadiável.

De medidas urgentes e inadiáveis, a pauta do Congresso está entupida, que são as medidas provisórias.

Em matéria de iniciativa legislativa, de substância, o Governo praticamente se retirou da arena do debate

com o Congresso Nacional, subtraindo ao Congresso, inclusive, mediante um projeto de lei aprovado pela maioria governista, a decisão anual sobre o reajuste do salário mínimo. No mais, são medidas provisórias: medida provisória atrás de medida provisória.

Ainda esta semana deveremos votar uma medida provisória que autoriza mais uma transferência do Tesouro Nacional para o BNDES, para o financiamento do trem bala, um projeto enunciado pelo Governo, pela então Ministra da Casa Civil, há pelo menos três anos. E agora chega ao Congresso como algo urgente e inadiável. Enquanto isso, os leilões do trem bala são sucessivamente adiados, um leilão depois do outro. Mas o Congresso não; o Congresso tem de votar porque é urgente e inadiável.

Essa é a situação do Congresso Nacional no Governo Dilma Rousseff.

Outra prioridade nacional como as demais, é o combate à inflação. Disse Sua Excelência que não permitiria, em hipótese alguma, a volta da inflação, reafirmando, com isso, um compromisso que o Governo brasileiro vem mantendo há 16 anos – desde o início do governo Fernando Henrique, passando pelo governo Lula e, felizmente, reafirmado pela Presidente Dilma Rousseff.

Acontece que a inflação, nesses três meses de Governo, já vem se aproximando, perigosamente, do teto da meta, de 6,5%, estabelecida como máximo para os 12 meses.

E o Governo, diante da inflação, está perdido como barata tonta. Basta que se note as declarações do Ministro da Fazenda, onde sucessivos diagnósticos são formulados e são tomadas medidas que nada têm a ver com o diagnóstico: Ah, é o aumento de preço internacional das *commodities*, e aí se aumenta o IOF sobre compra com **cartão** de crédito no exterior.

Rigorosamente o Governo não sabe o que fazer. Aumenta os juros para, com isso, provocar o desaquecimento da demanda. A consequência: se de um lado derruba a inflação, por outro, provoca uma inundação ainda maior de divisas em nossa economia, com o custo fiscal correspondente.

Deixa o real se valorizar, como vem se valorizando, batendo recorde, encostando no nível que estava antes de 1999, e o resultado é a aceleração da desindustrialização do Brasil.

E as divergências no Governo já começam a aparecer. O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em uma reunião recente de empresários na Confederação Nacional das Indústrias, declarou – dizendo que falava não apenas em seu nome, mas também em nome de dois importantes Ministros do Governo, o Ministro Mercadante e o Ministro Pimentel – que o

Ministro da Fazenda, com a sua política de combate à inflação mediante valorização do real, está “matando” a indústria brasileira.

É isso o que está acontecendo no Governo. Um conflito de opiniões que, seguramente, ao ser enunciado, não ficaria restrito a um grupo de empresários numa confederação patronal. Deveria vir a público, como veio.

Ora, nós estamos nos aproximando de problemas graves. Estamos vivendo um momento de deterioração da nossa conta corrente, com nossas transações no exterior. A situação fiscal brasileira é grave. O corte de 50 bilhões até hoje não se viu onde vai incidir. Aparentemente, está se cortando os excessos que o governo cometeu na elaboração do Orçamento de 2010, como, aliás, comete em todos os anos, superestimando receitas para sustentar dotações fadadas a não se realizarem. Enquanto isso, o Governo continua gastando. Mais dois Ministérios são anunciados, um deles, inclusive, para acomodar politicamente o Presidente do PT.

Enquanto isso, o BNDES continua a receber recursos do Tesouro, que são captados a uma taxa maior do que é cobrado pelo Tesouro ao BNDES, para subsidiar empréstimos a grandes empresários. Enquanto isso, o Presidente do Banco Central vem ao Senado e afirma que o Governo brasileiro vai continuar com a sua política de acumulação de reservas, cujo custo fiscal é misterioso, mas que foi anunciado por ele como sendo de R\$24 bilhões por ano.

Enfim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejo o Governo perdido em contradições e sem saber para aonde ir. Enquanto isso, continuam alguns problemas fundamentais do País, na área da segurança, na área da educação, na área de saúde – lembro que a Emenda Constitucional nº 29 ainda aguarda regulamentação, sem que o Governo impulsione o projeto que está parado na Câmara. Enquanto isso, a taxa de investimento no Brasil continua em torno de míseros 18% ao ano do PIB. Ou seja, nem os problemas do dia a dia são resolvidos, nem os problemas de longo prazo são enfrentados.

Eu lamento fazer essa constatação. Desejo sucesso à Presidente, mas tenho receio de que esteja desperdiçando um capital político, um capital político que todo governante recém-empossado detém. Ela traz consigo a legitimidade que vem de uma eleição disputada e renhida, em que recebeu a maioria absoluta dos votos, por ter sido eleita no segundo turno. Mas, por falta de iniciativa, por falta de coerência, por falta de vigor na ação administrativa, no enfrentamento dos reais e fundamentais problemas do País, pode se desvanecer em pouco tempo. E aí vai ser muito difícil recuperar. Quando começa a cair, é muito mais difícil

recuperar. Com um Governo fraco – à medida que se enfraquece, perde apoio popular, e a volta da inflação é o caminho certo para o esvaziamento político de um Governo –, mais difícil se torna a adoção de medidas necessárias, duras, difíceis, para reverter a situação em que se encontra.

Essa é a situação.

Lamento, mas não faço coro com os Senadores governistas que aqui vieram exaltar os feitos do Governo. Há, sim, ações de continuidade, ações importantes, mas que em nada revertem os problemas angustiantes e urgentes que o povo brasileiro vive neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência anuncia a presença nesta Casa do Dr. Sandro José Neis, Corregedor Nacional do Ministério Público e membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Seja bem-vindo, Dr. Sandro.

Falará, pela Liderança do PMN, o Senador Sérgio Petecão, pelo tempo regimental.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de fazer um registro especial, a presença de membros da Confebraq, Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Juninas, que teve sua eleição e realizada sua posse hoje, da qual tive o prazer de participar. (Palmas)

Temos aqui representantes do Brasil todo. Eu sempre fiz questão de apoiá-la, de estar perto, acompanhando o trabalho que a Liga de Quadrilhas realiza no meu Estado, o Estado do Acre.

Então, eu queria aqui parabenizar o Sr. Célio Torres, aqui presente, que assumiu hoje essa missão, uma missão árdua – ele é do Estado de Sergipe –, substituindo o Claudemir, do Distrito Federal. Com muito orgulho, temos um acreano, que é o companheiro Aurimar, que assume a responsabilidade de ser o tesoureiro dessa entidade,

Com todo respeito aos movimentos culturais, mas o movimento na Liga das Quadrilhas, no meu Estado, é um dos maiores movimentos culturais que temos no nosso Estado e no País também. Eu vi alguns dados hoje, e só no Nordeste, nós temos em torno de 600 mil pessoas envolvidas nesse movimento cultural.

Então, eu queria aqui parabenizar a todos, desejar boa sorte aos que estão aqui participando desta sessão e dizer que estamos juntos. O meu mandato está à disposição. No meu mandato de Deputado Federal, com certeza, nós estivemos contribuindo e, neste mandato de Senador, nós pretendemos estar juntos,

fazer grandes parcerias tanto no meu Estado como no Brasil como um todo.

Outro assunto, Sr. Presidente, aqui eu tenho uma lista de presentes, que é importante citar. Aqui estão os Estados de Sergipe, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco, Brasília, Minas, Tocantins, Pará, Roraima, o Acre, meu querido Acre, Rondônia, Roraima, Goiás, Paraíba. Outros que não estão presentes aqui porque tiveram que pegar o voo, mas que estiveram se destacando nas suas cidades. Com certeza, deixo a eles também o nosso abraço.

Trago a esta tribuna um outro assunto. Eu estava vendo aqui nos *sites*, nos jornais a respeito da situação em que se encontra nossa querida Rio Branco. As águas do rio Acre têm subido muito, e as pessoas têm ligado, pedindo que façamos alguma coisa.

(Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A Defesa Civil nos dá a informação de que, a cada três horas, o rio tem subido 10 cm, o que é muito. Já há alguns bairros que estão sofrendo, como o 06 de Agosto, bairro onde nasci e me criei, o Taquari, um bairro pelo qual tenho um carinho muito grande, as pessoas estão tendo de sair, o que causa um transtorno muito grande àquelas pessoas mais humildes, a Baixada da Habitasa, o Airton Senna, o Triângulo Novo.

Vários bairros já estão sendo atingidos. Eu vi as fotos pelo *site* AC 24 horas, e já tem muitas famílias desabrigadas. Então, fica aqui o nosso apelo à Defesa Civil Nacional para que ajude o Governo do Estado, pois. A defesa civil do meu Estado não está dando conta de retirar as pessoas, que estão interditando as ruas, colocando os seus bens no meio da rua. Inclusive, já há algumas ruas interditadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Então, fica aqui o nosso apelo à Defesa Civil Nacional para que ajude o Governo do Estado do Acre, para que possamos amenizar o sofrimento daquelas pessoas que estão precisando muito do nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago aqui um outro assunto que tem causado um prejuízo muito grande ao nosso Estado. Nesse final de semana, estive no Acre e conversei com alguns empresários que beneficiam castanha, a nossa castanha, a castanha que o povo brasileiro conhece como castanha do Pará, mas que não tem nada a ver com o Pará, a castanha é do Acre. O Pará pegou a fama, mas a castanha é produzida no Acre.

Hoje está tendo uma concorrência desleal porque a nossa castanha está saindo para a Bolívia...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) –

Um minuto, Sr. Presidente, para concluir. Como os tributos pagos na Bolívia são muito pequenos e a carga tributária do nosso Estado é grande, esses bolivianos injetam dinheiro, dinheiro de que nem sabemos a origem, no Estado e compram a castanha. Por exemplo, hoje, um empresário brasileiro paga 12% de imposto estadual, 5,93% de imposto federal e outros tributos, enquanto que na Bolívia, para ser bem preciso em Cobija, os empresários bolivianos estão levando toda a produção da castanha acreana, o que deixa de gerar emprego no nosso País, deixa de gerar renda, o que tem causado um transtorno muito grande.

Então, fica o nosso apelo aqui à Receita Federal, à Secretaria de Fazenda do meu Estado, para que se crie mecanismos para que essa castanha não saia do Acre. Nos números que vão ser apresentados, o Acre não está mais produzindo castanha, porque a castanha está saindo praticamente toda pela Bolívia, o que está gerando um desemprego no nosso Estado. Então, fica aqui o apelo ao Governo do Estado do Acre, para que faça alguma coisa, porque isso tem trazido um transtorno muito grande à economia do nosso Estado.

Então, parabéns, mais uma vez, a todos os membros da Confebraq. Desejo sucesso ao nosso amigo Célio Torres, nesses três anos em que vai ficar à frente dessa instituição que é da maior importância para o Brasil. Parabéns.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Com muita honra, passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz, que falará como orador inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, telespectadores da TV Senado, começo fazendo um registro de algo muito importante para os internautas, para as pessoas que se utilizam dos serviços da Internet: a Presidenta Dilma já determinou ao Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que intensifique as ações do Plano Nacional para Banda Larga, aumentando a velocidade de 600KBPS, que seria **kilobytes** por segundo, para um **megabyte** por segundo. Dessa forma, garantindo maior velocidade e impondo às operadoras a importância de operarem ao preço popular de R\$35,00 mensais. Vale a pena ressaltar que, nos Estados que concederem isenção de ICMS nos pacotes vinculados

ao Plano Nacional para Banda Larga, o preço mensal será de R\$29,80.

Agora, quando se fala dessa velocidade de Internet no Brasil, que é algo que se reclama muito, principalmente na Região Norte, onde há muita dificuldade de receber os sinais via rede de fibra ótica, é importante ressaltar alguns comparativos. Por exemplo, a Presidenta Dilma está determinando que a gente opere com, pelo menos, um **megabyte** por segundo. Nos Estados Unidos, já se opera com cem **megabytes**, ou seja, os Estados Unidos oferecem, em termos de velocidade, cem vezes mais e, na Coréia, oferece-se de um a dois **gigabytes**, ou seja, de dez a vinte vezes mais do que é oferecido pelos Estados Unidos. Então, mesmo com todo o esforço da Presidenta Dilma e mesmo com todo o esforço do Ministro Paulo Bernardo, a gente sai muito atrás, e a gente vai ter que correr muito em termos tecnológicos para garantir plena acessibilidade às pessoas no mundo da Internet, que é praticamente uma necessidade vital hoje. As pessoas necessitam tanto de informação quanto de alimentos, e, por isso, a gente precisa de velocidade. Assim, todos os esforços têm que ser empreendidos nesse sentido. A Comissão de Ciência e Tecnologia aqui do Senado está muito atenta a essa discussão com o Presidente, Senador Eduardo Braga, no sentido de a gente contribuir da melhor maneira possível para fazer com que o Brasil tenha as condições infraestruturais necessárias para garantir uma velocidade que permita uma acessibilidade plena a estudantes, a jovens, a todos que dependem da Internet no seu trabalho diário.

Ao mesmo tempo, eu gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar as notícias que saíram no final de semana em relação aos cem dias de Governo da Presidenta Dilma. As notícias veiculadas na imprensa apresentam avaliações extremamente positivas em todas as áreas e atestam sua firmeza na condução do mandato.

E atestam sua firmeza na condução do mandato.

Além do reconhecimento ao trabalho da Presidenta, muitos expandem esse reconhecimento ao ex-Presidente Lula, que teve a percepção de identificar na Presidenta Dilma a pessoa que poderia sucedê-lo.

Para não extrapolar o tempo que me é dado para esse pronunciamento, quero ressaltar apenas alguns comentários publicados.

Folha de S.Paulo, no seu editorial de hoje:

Como era de se prever a tônica tem sido a continuidade em relação ao governo anterior. Isso não se deve somente ao fato de a candidata Dilma ter prosperado no bojo da imensa popularidade do então Presidente Lula. Qualquer sucessor seria levado a manter a orientação

geral de um governo que, merecendo críticas pertinentes, apresentou um saldo muito favorável em suas políticas econômica e social".

O jornal **O Globo** inicia seu editorial de ontem com o título "*Saldo positivo em início de governo*". Também faz toda uma análise de que esses primeiros cem dias da Presidenta Dilma foram cem dias muito profícuos para o Brasil.

É bastante pertinente também o artigo do sociólogo e presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, que afirma: "Nos seus primeiros cem dias, Dilma corresponde à expectativa da maioria que a elegeu. E mostra que Lula estava certo: ela é realmente uma boa Presidente da República. Está sendo aquilo que o Presidente Lula disse que ela seria".

Senhoras e senhores, quero falar também da viagem que a Presidenta Dilma está fazendo à China e da busca de aproximação econômica entre o nosso Estado do Acre, o distante Estado do Acre, e este gigante asiático que é a China.

A Presidenta Dilma viajou a esse país a convite do governo chinês, onde cumpre compromissos entre os dias 11 e 15 de abril, participa da reunião de cúpula do BRICS – bloco formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e também participa do Fórum Econômico Asiático.

Embora já tenha estado naquele país em 2004 na qualidade de Ministra das Minas e Energia, este é o primeiro encontro em que Dilma Rousseff participa na condição de Presidenta com as autoridades chinesas. Na pauta, além do fortalecimento do intercâmbio econômico-comercial e da abertura de novos mercados, o Brasil pretende ampliar os laços de amizade e fortalecer a confiança política com aquele país.

A agenda a ser cumprida pela Presidenta é bastante extensa e diversificada. Em Pequim, ela tem participação da abertura do diálogo de alto nível Brasil-China, em ciência, tecnologia e inovação. Faz o discurso de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-China, que tem como tema "Para Além da Complementaridade". E faz reunião com o Presidente Hu Jintao e assinatura de vários acordos.

A Presidenta terá encontros também com o Presidente da Assembleia Popular chinesa, Wu Bangguo, e com o Primeiro-Ministro, Wen Jiabao.

Participará da reunião de cúpula do BRICS, em Sanya, sobre "Visão Amplia: Prosperidade Compartilhada", e do Fórum Econômico Asiático em Bo'Ao sobre "Desenvolvimento Inclusivo, Agenda Comum e Novos Desafios".

Em seu compromisso final fará visita ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Xian.

Na área comercial, o Brasil está trabalhando para diversificar a pauta de exportações de modo a agregar valor aos produtos brasileiros. A intenção é promover uma parceria de reciprocidade, aumentando o acesso aos produtos brasileiros no mercado chinês e a participação das empresas no desenvolvimento nacional chinês.

O objetivo é fazer com que o Brasil tenha cada vez mais inserção, de tal maneira que o empresariado brasileiro, as empresas brasileiras possam usufruir cada vez mais desta relação econômica entre Brasil e China.

Já houve importantes avanços na área de carne bovina e de frango; agora a expectativa é abrir o mercado chinês a novos produtos alimentícios, como a carne suína e frutas.

Com relação aos produtos industriais, o Brasil tem feito, com o Itamaraty e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Apex, um grande esforço de promoção comercial e de diálogo empresarial. Ainda nessa área, existe a possibilidade de fechamento de acordo para compra dos aviões Embraer 190 por empresas chinesas.

No campo da ciência e tecnologia, há grandes expectativas de progressos na área de inovação e na formação de parcerias e acordos a serem assinados.

A Ásia é o principal mercado das exportações brasileiras, e essa participação cresce ano a ano: em 2009, correspondeu a 26,8% do total exportado pelo Brasil; em 2010, correspondeu a 27,9% de tudo o que o Brasil exportou.

O quadro demonstrativo das exportações, da relação comercial Brasil/China dos últimos 12 anos, tem mostrado um crescimento significativo das exportações do Brasil. O Brasil tem crescido em exportações e também em importações. Agora, é importante tratar dos últimos 12 anos. Nós tivemos no ano de 1999, no ano de 2000, no ano de 2007 e no ano de 2008, o Brasil importando mais e exportando menos para a China, ou seja, o Brasil estava exportando numa relação não superavitária, ele estava em déficit porque exportava um montante e importava muito mais que isso. Por exemplo, em 1999, o Brasil exportou US\$676 milhões e teve uma importação equivalente a US\$865 milhões. Essa relação passou a ser superavitária. Em 2001, por exemplo, o Brasil exportou US\$1,902 bilhão e importou apenas US\$1,326 bilhão, em 2009, por exemplo, o crescimento das exportações foi muito maior. O Brasil exportou US\$21 bilhões e importou aproximadamente US\$15 bilhões. Em 2010, bateu todos os recordes: exportou mais de US\$30 bilhões e importou o equivalente a US\$25,5 bilhões.

As relações comerciais Brasil-China datam de 1949, quando da criação da República Popular da China. De lá para cá, alternando momentos de transações comerciais mais acanhadas ou mais sólidas, o comércio bilateral foi contínuo e desde o final de 1999 vem crescendo de forma consistente.

Em 2004, os dois países selaram o Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. O início do texto do acordo atesta a solidade dessa ligação: "Constatando que, ao longo dos 30 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China e, sobretudo, com o surgimento da Parceria Estratégica Sino-Brasileira, as relações entre os dois países têm-se desenvolvido de forma altamente satisfatória, apresentando significativos frutos em todas as áreas (...)".

Em 2010, a Comissão elaborou o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014, com o objetivo de intensificar mais ainda as relações entre os dois países.

Relações entre o Acre e a China

Traço marcante dos últimos governos do Acre... Porque ao mesmo tempo em que houve esse esforço todo do Governo Federal na ampliação das relações comerciais, diplomáticas e políticas e de amizade com a China, nós também, no Estado do Acre, tivemos alguns passos importantes, e o traço marcante dos últimos governos do Acre foi o forte investimento para romper o isolamento econômico do Estado e abrir novas oportunidades e atrair investimentos. As ações não buscaram somente a união das nações sul-americanas – de importância estratégica para o desenvolvimento da região –, como também parcerias do outro lado do mundo, como é o caso da China.

Ainda em 2005, como Presidente interino desta Casa, o então Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, recebeu a delegação chinesa em visita ao Senado, da qual faziam parte a Vice-Presidente do Senado da China e o Embaixador da China no Brasil. Na ocasião, se tratou, dentre outros assuntos, da aproximação comercial entre a China e o Acre.

Em abril de 2010, o então Senador Viana, acompanhado de um grupo de empresários acreanos, fez uma visita de negócios à China. A missão do Acre à China coincidiu com a reunião de membros do Bric no Brasil, ocasião em que o Presidente Lula e o Presidente Hu Jintao estreitaram ainda mais as relações comerciais Brasil-China.

Na agenda da viagem dos acreanos à China, houve uma visita à cidade de Guangzhou, às margens do oceano Pacífico, para conhecer de perto o

funcionamento das Zonas de Processamento de Exportações, as ZPEs chinesas, que contribuíram enormemente para a inspiração inclusive e a formulação da Zona de Processamento de Exportações do Acre, a nossa ZPE, que está em pleno andamento, agora, com o Governador Tião Viana.

Essa ZPE foi aprovada no ano passado pelo Presidente Lula e já está sendo implantada, com toda a infraestrutura implantada pelo Governador Tião Viana na atualidade.

Um negócio no qual a China escora um bom percentual da sua fantástica balança comercial são os produtos de exportação. O objetivo era dar início ao intercâmbio comercial e econômico do Estado com a China, descobrindo suas potencialidades econômicas e as possibilidades de formação de futuras parcerias com aquele país, nas áreas de comércio e tecnologia e outros setores.

A equipe acreana também fez uma visita à 107ª Feira de Cantão, considerada a maior feira do mundo, pois envolve negócios da ordem de um quarto do PIB da China. Nessa ocasião, o então Vice-Governador César Messias, que também se fazia presente, falou sobre a importância da ligação rodoviária que temos do Acre com o oceano Pacífico, passando pelo Peru com a chamada rodovia do Pacífico, porque vai permitir o acesso aos portos do Pacífico no Peru e, de lá, uma ligação via oceano Pacífico à costa oeste americana e aos portos asiáticos.

Dessa maneira, Sr. Presidente, realço aqui a importância dessa visita da Presidente Dilma à China. Os resultados certamente virão dessa relação comercial porque os chineses, com seu crescimento excepcional, tendem a nos desafiar a crescermos também, de tal maneira que nós, brasileiros, empresários e governos, temos que nos mobilizar ao máximo para fazer justiça a esse esforço nessa relação comercial.

Como bem disse o ex-Presidente Lula, o empresário brasileiro precisa ser ousado e ter visão de longo prazo, buscando parceiros em mercados consumidores para os nossos produtos. Nós, que temos o desafio de aumentar, cada vez mais, a produção principalmente na área agrícola, temos na China uma grande possibilidade de expansão do nosso superávit comercial.

A Presidente Dilma está de parabéns por essa opção de ampliar nossos laços com o mundo asiático. Faço essa referência aqui com o meu contentamento pleno de que isso vai contribuir enormemente para o Brasil e, especificamente, para os Estados que aderirem a esse esforço empreendido no momento pela Presidente Dilma.

Então, posso afirmar que, no Estado do Acre, o Governador Tião Viana está atento a isso, buscando

caminhos para exportar produtos certificados, ambientalmente corretos, produzidos com sustentabilidade para fazer também a balança comercial do Acre ter um salto de qualidade e isso ser traduzido em melhoria da qualidade de vida do povo acreano nas próximas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Falará pela Liderança do Governo o Senador Romero Jucá. Logo depois, falará como orador inscrito S. Ex^a o Senador Francisco Dornelles.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, agradeço a deferência, Sr. Presidente, em me conceder a palavra.

Estamos prontos para ouvir o Ministro, Professor, Senador de grande competência, Ministro Dornelles, que vai falar sobre a balança comercial e as ações que o Brasil está fazendo.

Em rápidas palavras, queria fazer aqui um registro da prioridade que a Presidente Dilma está dando à questão da banda larga.

Na semana passada, o *Estado de S. Paulo* publicou um editorial, no dia 5, dizendo: “Internet lenta e cara.” Muitas matérias também de jornal foram publicadas, durante toda essa semana, reclamando que o Brasil perdeu posições no ranking mundial de velocidade da banda larga, tem perdido qualidade. No meu Estado, tenho reclamado muito dessa questão da banda larga. Chamei a direção da Empresa Oi, fizemos um pacto para que a empresa faça investimentos, leve banda larga a todo o Estado. E até o final deste ano, a banda larga estará em todos os municípios de Roraima, inclusive do interior. Vamos ampliar a qualidade da banda larga na Capital, Boa Vista também, mas, mesmo assim, a qualidade ainda é sofrível.

Então, estamos aqui registrando a prioridade que a Presidente Dilma deu ao Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para que o investimento que deve ser feito no Plano Nacional de Banda Larga, por meio da Telebrás, que pode chegar até R\$12 bilhões, seja feito com rapidez.

Queremos efetivamente interligar o País. É fundamental para que a sociedade brasileira participe do desenvolvimento, do crescimento, da integração mundial, que tenhamos qualidade.

As tarifas também vão cair. Discute-se a diminuição ou a retirada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), exatamente para baratear o custo da banda larga, que é vital nas pequenas localidades, no interior, para toda a população, inclusive a população de mais baixa renda.

Então, eu gostaria de fazer esse registro e fazer um apelo ao Ministro Paulo Bernardo, que já se comprometeu comigo, com a bancada federal, de que o Plano Nacional de Banda Larga estará no Estado de Roraima como um todo, como estará também no Estado do Amapá, que tinha ficado fora do plano inicial, no sentido de que esses investimentos sejam feitos rapidamente. Assim, que a Telebrás, a Anatel, enfim, que os instrumentos do Ministério das Comunicações atuem rapidamente para ampliar a qualidade e resgatar a posição brasileira nesse ranking. Essa é uma classificação que não vale a pena para o País. Não podemos perder posições; temos que ganhar posições nesse ranking da velocidade no mundo na questão da banda larga. A prioridade da Presidente Dilma agora é fazer o investimento maciço e atuar firmemente nessa questão.

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Francisco Dornelles, que falará como orador inscrito.

V. Ex^a terá o tempo regimental.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os resultados da Balança Comercial brasileira, no período de janeiro a março deste ano, merecem atenção especial. Por um lado, mostram que o comércio exterior brasileiro tem tido desempenho positivo em termos absolutos: o Brasil exporta cada vez mais, a pauta é diversificada e seus produtos são consumidos em quase todo o mundo. Por outro lado, quando analisados do ponto de vista qualitativo, é clara a perda de importância relativa dos produtos industrializados e, além disso, é evidente a preponderância desses produtos em nossas importações.

Isso sugere que o Brasil tem obtido êxito em sua política de promoção comercial. No entanto, Sr. Presidente, o País precisa implementar medidas que assegurem à nossa indústria condições de competir nos mercados externos, como a desoneração tributária das exportações, e o aperfeiçoamento do sistema brasileiro de proteção contra práticas desleais de comércio internacional, para evitar competição predatória no mercado doméstico.

No acumulado dos primeiros três meses deste ano, as exportações brasileiras apresentaram um valor recorde, US\$51 bilhões, um crescimento de quase 30% em relação ao mesmo período de 2010. As importações também bateram recordes, da ordem de US\$48 bilhões. Com isso, o superávit comercial acumulado

chegou a mais de US\$3 bilhões, quase três vezes mais que o resultado do mesmo período de 2010. Assim, a corrente de comércio atingiu quase US\$100 bilhões nos primeiros meses de 2011, uma evolução de cerca de 26% se comparado com os mesmos resultados do ano passado.

No período de janeiro a março, todos os três grupos de produtos registraram um crescimento em relação a 2010: os básicos, os semimanufaturados e os manufaturados.

Do lado das importações, houve também crescimento generalizado em todas as categorias, em comparação com o mesmo período de 2010. O Brasil gastou 30% em bens de consumo estrangeiros, mais 30% em combustíveis lubrificantes e mais de 27% em bens de capital.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Balança Comercial, como se vê, está equilibrada. Mas há uma ameaça que precisa ser objeto de medidas por parte das autoridades e pelo Congresso Nacional, a bem da indústria nacional.

A ameaça é de que se fortaleça a tendência, em vias de consolidação, de um descompasso entre o crescimento das receitas com exportação de produtos primários e aquele de produtos de maior valor agregado. Ressalto que a Balança Comercial brasileira mostrou: as receitas com exportação de primários aumentaram em 45%, enquanto os semimanufaturados cresceram 29% e os manufaturados 14%.

É evidente que a inversão dos pesos das receitas geradas pelos produtos primários e por manufaturados está sendo, em alguma medida, influenciada pelo aumento generalizado dos preços das **commodities**.

O Brasil deve, assim, tratar de amparar sua indústria, em especial no sentido de garantir-lhe competitividade para reverter o quadro de redução de importância relativa na geração de receitas de exportação.

Chamo a atenção de V. Ex^{as}s para o excesso de ônus tributário a que estão submetidas as indústrias brasileiras, o que também contribui para reduzir a sua capacidade de resistir aos avanços dos produtos manufaturados produzidos no exterior.

Sr. Presidente, o sistema de proteção comercial no Brasil é lento e burocratizado. A experiência mostra que esses defeitos, em muitos casos, já contribuíram para o fechamento de empresas e a perda de número relevante de empregos. Mesmo quando lhe é concedido o direito à proteção, a indústria beneficiada já foi seriamente prejudicada. É necessário que se possa, inclusive, aplicar direitos provisórios no momento em que a reclamação é feita.

Sr. Presidente, os resultados da Balança Comercial brasileira nos primeiros três meses de 2011 são

positivos. O Brasil está exportando mais se comparado com o primeiro trimestre de 2010. Trata-se de uma pauta diversificada de produtos, com penetração relativamente equitativa nos diferentes blocos econômicos. Mas os números revelam dificuldades de crescimento das vendas de produtos manufaturados. É absolutamente aconselhável, nesse caso, que o Congresso Nacional e os Governos Federal, estaduais e municipais reconheçam os problemas do elevado custo de se produzir no País, em especial o ônus tributário das empresas exportadoras e, igualmente, assumam, de maneira empenhada, a defesa da indústria nacional contra práticas desleais de comércio.

Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a e peço que o meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, os resultados da Balança Comercial Brasileira no período de janeiro a março deste ano, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior merecem atenção especial. Por um lado, mostram que o comércio exterior brasileiro tem tido desempenho positivo em termos absolutos: o Brasil exporta cada vez mais, a pauta é diversificada e seus produtos são consumidos em quase todo o mundo. Por outro, quando analisados do ponto de vista qualitativo, é clara a perda de importância relativa dos produtos industrializados na pauta do que vendemos ao exterior e, além disso, é evidente a preponderância desses produtos em nossas importações.

Isso sugere que o Brasil tem obtido êxito em sua política de promoção comercial. No entanto, o País precisa implementar medidas que assegurem à nossa indústria condições de competir nos mercados externos, como a desoneração tributária das exportações, e o aperfeiçoamento do sistema brasileiro de proteção contra práticas desleais de comércio internacional, para evitar competição predatória no mercado doméstico.

Sr. Presidente, no acumulado dos primeiros 3 meses deste ano, as exportações apresentaram valor recorde, de 51,2 bilhões de dólares, um crescimento de 28,5% em relação ao mesmo período de 2010. As importações também foram recordes, da ordem de 48 bilhões de dólares. Com isso, o superávit comercial acumulado chegou a aproximadamente 3,2 bilhões de dólares, 2,6 vezes mais que o resultado do mesmo período de 2010, de 882 milhões de dólares. Assim, a corrente de comércio atingiu quase 100 bilhões de

dólares nos 3 primeiros meses de 2011, uma evolução de cerca de 26% se comparado com o resultado dos 3 primeiros meses ano passado.

No período de janeiro a março deste ano, todos os três grupos de produtos registraram crescimento em relação a 2010: são 45% de variação para os básicos, que geraram 22,8 bilhões de dólares em receita; aproximadamente 29% para os semimanufaturados, responsáveis por 7,3 bilhões de dólares em receitas; e 14,6% para os manufaturados, que contribuíram com 20 bilhões de dólares em exportações.

No grupo dos semimanufaturados, destacaram-se os aumentos de receita gerados pelas vendas de óleo de soja em bruto, com 256%, e ferro fundido, com quase 170%.

Os produtos manufaturados com maior expansão relativa nos primeiros 3 meses desse ano, em relação ao mesmo período de 2010, foram máquinas e aparelhos para terraplanagem, com crescimento de 126%, e suco de laranja, com aumento de 96,3%. O desempenho de outros produtos, como motores de veículos e partes, com variação de 40%, e laminados planos, com 38% de aumento, também devem ser destacados.

As exportações cresceram para todos os blocos de países, em especial para os asiáticos, com destaque para a China, que aumentou seu consumo de produtos brasileiros em 51%, e para a África, da ordem de quase 39,4%. Produtos primários são os grandes responsáveis por esses crescimentos.

Do lado das importações, também houve crescimento generalizado em todas as categorias de uso, na comparação com o mesmo período de 2010. O Brasil gastou mais 30,6% em bens de consumo estrangeiros, mais 30% com combustíveis e lubrificantes e mais 27,4% em bens de capital.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Balança Comercial Brasileira, como se vê, está equilibrada. Mas há uma ameaça que precisa ser objeto de medidas por parte das autoridades e pelo Congresso Nacional, a bem da indústria nacional.

A ameaça é de que se fortaleça a tendência, em vias de consolidação, de descompasso entre o crescimento das receitas com exportações de produtos primários e aquele dos produtos de maior valor agregado. Ressalto que a Balança Comercial Brasileira mostrou: as receitas com exportações de primários aumentaram em 45%, enquanto os semimanufaturados cresceram 29% e os manufaturados cerca de 14% no primeiro trimestre, em comparação com igual período de 2010.

É evidente que a inversão dos pesos das receitas geradas pelos produtos primários e por manufaturados está sendo, em alguma medida, influenciada pelo au-

mento generalizado dos preços de commodities que exportamos, como soja e minério de ferro. Sabe-se, entretanto, que os preços de produtos primários estão historicamente sujeitos a oscilações. A exportação de produtos primários é importante. Mas deve-se evitar a dependência exclusiva dessas receitas.

O Brasil deve, assim, tratar de amparar sua indústria, em especial no sentido de garantir-lhe competitividade para reverter o quadro de redução de importância relativa na geração de receitas de exportação.

Chamo a atenção de Vossas Excelências para o excesso de ônus tributário a que estão submetidas as indústrias brasileiras, que também contribui para reduzir sua capacidade de resistir aos avanços dos produtos manufaturados produzidos no exterior, muitas vezes fundado em práticas desleais de comércio.

A desoneração tributária das exportações é imprescindível. Nem é preciso mudança constitucional. Bastaria concluir a apreciação de um projeto de lei, já aprovado pelo Senado, hoje tramitando na Câmara dos Deputados, acolhido por sua Comissão de Finanças e Tributação. Falta apenas manifestação positiva da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. O projeto resolve problemas importantes dos exportadores, em especial quanto aos tributos federais, ao mudar a legislação do IPI, da COFINS e do PIS, de modo a assegurar que os eventuais saldos credores acumulados possam ser utilizados para pagamento de quaisquer tributos federais, inclusive a contribuição previdenciária. A mesma proposta também desonera os investimentos e a produção, ao permitir que sejam aproveitados integralmente os créditos dos impostos embutidos em quaisquer compras realizadas, inclusive para consumo próprio e para bens de capital.

Restaria realizar mudanças no mesmo sentido na Lei Kandir e expandir a desoneração para o ICMS estadual.

Sr. Presidente, o sistema de proteção comercial no Brasil é lento e burocratizado. A experiência mostra que esses defeitos, em muitos casos, já contribuíram para o fechamento de empresas e a perda de número relevante de empregos. Mesmo quando lhe é concedido o direito à proteção, a indústria beneficiada já foi seriamente prejudicada. É necessário que se possa, inclusive, aplicar direitos provisórios no momento em que a reclamação é feita.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os resultados da Balança Comercial Brasileira são positivos. O Brasil está exportando mais, se comparados os primeiros trimestres de 2010 e 2011. Trata-se de uma pauta diversificada de produtos, com penetração relativamente equitativa nos diferentes blocos econômicos. Mas os números revelam dificuldades de crescimento das

vendas de produtos manufaturados. É absolutamente aconselhável, nesse caso, que o Congresso Nacional e os Governos Federal, Estaduais e Distrital reconheçam e, especialmente, enfrentem, cada um dentro de suas competências legais, os problemas do elevado custo de se produzir no País, em especial o ônus tributário das empresas exportadoras e, igualmente, assumam de maneira empenhada a defesa da indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacionais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim será feito, Senador Dornelles, de acordo com o Regimento Interno.

Parabéns pela fala de V. Ex^a, que é um orgulho não só do Senado, mas de todo o povo brasileiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Aníbal Diniz havia pedido a palavra pela ordem para fazer um registro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro da presença da direção da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Temos aqui o Presidente Gabriel Wedy e o Presidente da Ajufe do Rio Grande do Sul, Sr. José Francisco Spizzirri.

Eu gostaria, inclusive, que os demais fossem dizendo os seus nomes para fazermos esse registro integralmente. (Pausa.)

Sr. Nagib de Melo Jorge Neto, Vice-Presidente da Ajufe da 5^a Região; Sr. Fabrício Fernandes de Castro, Vice-Presidente da Ajufe da 2^a Região; Sr. Rodrigo Machado Coutinho, Delegado da Ajufe no Rio Grande do Sul; e Sr^a Carla Rister, Diretora da Ajufe em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu peço que o primeiro que se manifestou repetisse o nome, para efeito de registro da Casa. (Pausa.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Nagib de Melo Jorge Neto, Vice-Presidente da Ajufe da 5^a Região.

São esses, Senador Paulo Paim, os integrantes da Associação Brasileira de Juízes, que tem uma conversa bastante interessante conosco a respeito de alguns assuntos que passarão pela Comissão de

Direitos Humanos e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Teremos uma reunião de trabalho com eles logo após esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Aníbal. Eu estarei presente com V. Ex^a, até porque um dos motivos, que tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos, é a violência contra os juízes. V. Ex^a havia me adiantado e nós iremos participar dessa reunião logo após o encerramento, que se dará em três ou quatro minutos.

Eu apenas quero, antes de encerrar a sessão, fazer o registro do grande evento que tivemos em Santa Catarina neste domingo. Trata-se de um encontro dos três Estados do Sul, que se deu em Nova Trento, onde viveu a Santa Paulina, a primeira santa brasileira.

Foi uma promoção não só daquela cidade, como também da Federação dos Aposentados de Santa Catarina e também da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Lá, fizeram um movimento, que virá em benefício de 27 milhões de aposentados e pensionistas, por uma política que garanta a eles um reajuste decente todo ano, como também o fim do fator.

Eu saí do Rio Grande do Sul no domingo pela manhã, fui a Florianópolis, desloquei-me para Nova Trento e voltei, à noite, para Brasília. Mas lá estiveram comigo o Senador Casildo Maldaner; o Deputado Federal Zonta; o Iburici Fernandes, Presidente da Federação dos Aposentados de Santa Catarina; os presidentes de todas as outras federações; o Warley Martins, Presidente da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; e o Sr. Moacir, que lá representou a Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul. Estiveram lá em torno de dez mil pessoas, numa grande atividade. Meus cumprimentos a todos!

Fiquei muito feliz por estar lá com vocês. Eu disse que hoje registraria, aqui, no Senado, sobre aquela atividade. Parabéns a todos vocês, na certeza de que é uma luta justa e que terá um resultado positivo. Em janeiro, o salário mínimo receberá um aumento em torno de 14% e o aposentado terá um reajuste de apenas 6%.

Temos ainda seis, sete meses para resolver essa questão, que já estamos discutindo. Vamos ter uma conversa com o Ministro Garibaldi ainda nesta semana. Vamos ter também uma audiência pública amanhã, que vai discutir a questão do Aerius, a questão dos aposentados do Banco do Brasil e também dos aposentados pelo Regime Geral da Previdência.

Peço que esse meu registro seja considerado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participei neste domingo, dia 10 de abril em Nova Trento no Estado de Santa Catarina, da Segunda Romaria dos Aposentados, Pensionistas e idosos, foi um ato realizado pela Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina.

O evento reuniu cerca de sete mil pessoas vindas dos três Estados do Sul. A intenção dessa Romaria foi fazer uma reflexão das principais reivindicações da classe e pedir graças para que os 27 milhões de aposentados brasileiros possam ter uma vida mais digna.

Os aposentados e pensionistas esperam pela aprovação dos projetos de Lei que beneficiam a categoria. Dentre eles, destaque-se o PL 4434/2008 de minha autoria que prevê a recuperação das perdas das aposentadorias pensões da época da concessão dos benefícios.

A Romaria já entrou para o calendário das atividades promovida pela Federação. Na primeira realizada no ano passado cerca de cinco mil pessoas estiveram presentes. A deste ano encerrou com uma Missa que lotou o Santuário de Santa Paulina. O Congresso Nacional esteve representado por este senador, pelo senador Casildo Maldaner e o Deputado Federal Zonta. Além dos presidentes das Federações, Confederações e Sindicatos dos Aposentados e Pensionistas do País. Estiveram presentes também o senhor Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas– COBAP e Moacir Morelli, Vice-Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul. Agradecimento especial ao presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, Iburici Fernandes pelo convite.

Sr. Presidente, ao finalizar minha participação na Romaria eu disse a todos: “Confesso, de coração e alma para vocês, que sei, sinceramente, que esse evento é muito importante.

Dediquei minha vida lutando por esse tema previdência social. Gostaria que vocês entendessem que o que nós queremos é justiça para quem paga a previdência.

Eu acredito nesta proposta de fazer uma previdência onde se faça diferença entre o que é assistência social e previdência contributiva. Não é justo que o operário, o trabalhador pague para que os salários do Executivo, Legislativo e Judiciário se aposentem com salários que podem chegar a R\$ 30 mil.

Coloquem-se, por favor, no lugar desses trabalhadores que descontam um percentual, religiosamente,

de seus salários e na hora da aposentadoria recebem a metade e a cada ano recebem menos.

Vocês gostariam de ter hoje, uma aposentadoria como a que tem os trabalhadores do regime geral? Pagar, mas não receber? A quem interessa isso?

Enfim, eu vou rezar a cada minuto. Vou até fazer um culto ecumônico para que a gente tenha uma previdência justa e universal!!!

Muito obrigado e meu abraço a todos!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago, Pedro Simon e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, primeiramente gostaria de registrar que, numa nação em que tudo costuma ser instável e de pouca duração, na política como em outros setores, é surpreendente que um partido possa chegar aos 45 anos de existência, mantendo sempre as principais diretrizes com as quais foi criado.

Certamente, é motivo de júbilo inenarrável e de grande comemoração. Mais ainda, quando resistiu bravamente, no período ditatorial em que foi criado para fazer o papel de oposição, mesmo quando teve importantes líderes cassados pelo arbítrio. Apesar de ter tido importantes membros mutilados várias vezes, manteve-se inquebrantável e, em momento algum, demonstrou esmorecimento.

Seria um absurdo pensar que o MDB, criado simplesmente como um grande partido para fazer oposição, fosse baseado em total unidade de pensamento e de visão do Estado. É óbvio que abrigou, desde o início, uma diversidade de correntes ideológicas, sob uma denominação que sequer era a de um partido, mas de um movimento.

E o MDB contou, logo no início, com a adesão de lideranças imortais de nossa política, do porte de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Aliás, o grande Ulysses tinha proposto a denominação de “Ação e Movimento” para a nova agremiação, mas venceu a proposta de Tancredo, que tinha sugerido “Movimento Democrático Brasileiro”.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, do governo militar, extinguiu os partidos existentes e instituiu o bipartidarismo no Brasil. Formaram-se, então, duas grandes correntes: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de sustentação do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para atuar na oposição.

O MDB foi constituído formalmente em 24 de março de 1966. Com a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, o País voltou a conviver com o multipartidarismo. Como essa lei estabeleceu a obrigatoriedade da palavra partido na denominação, a sigla de oposição optou por simplesmente acrescentar essa palavra à antiga denominação, surgindo daí o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tenho muito orgulho de pertencer ao partido que deu uma grande contribuição para a reintrodução da democracia no Brasil.

Sabemos que não foi uma tarefa fácil. Foi, sim, uma luta árdua, em que o arbítrio do regime se impunha, modificando as regras ao seu bel-prazer, para manter a maioria que possibilitava encenar uma pseudodemocracia instalada no País.

Não havia a menor possibilidade de oposição declarada. Aqueles que expunham as feridas do sistema tinham seus mandatos simplesmente cassados, bem como se viam privados dos direitos políticos.

O MDB começou a demonstrar toda a sua força em 1974, apesar de a candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, com Barbosa Lima Sobrinho como Vice, ter um valor simbólico. De quatro senadores eleitos pelo partido em 1966, e três em 1970, conseguiu eleger 16 em 1974, dando um verdadeiro susto no governo militar. Além disso, conseguiu maioria em seis das assembleias legislativas, o que lhe permitia eleger os governadores desses Estados.

Aos militares, preocupados com o crescimento do voto na oposição, restou editar o famoso "Pacote de Abril", de 1977, que, entre outras medidas, instituiu a figura conhecida do "senador bônico", que preencheria um terço das cadeiras da instituição.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a reforma política de 1979, que reimplantou o multipartidarismo no País, tinha em mira enfraquecer o MDB. Foi exigido expressamente o uso da palavra partido no nome das agremiações partidárias.

O PDS e o PMDB herdaram o contingente principal, respectivamente, da ARENA e do MDB. Tancredo Neves liderou a criação do PP, com tendência mais para o centro. E os trabalhistas acabaram por distribuir-se em três siglas: PTB, PDT e PT.

Em 1982, tivemos o retorno da eleição direta para os governadores estaduais, e o PMDB ganhou em nove Estados, incluindo São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Depois, veio o movimento das "Diretas-Já", a partir de Proposta de Emenda à Constituição do Deputado Dante de Oliveira, peemedebista. Esse movimento marcou indelevelmente a história da política brasileira, com

comícios em que a participação popular chegou a ultrapassar um milhão de pessoas, como o de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, em 10 de abril de 1984.

Rechaçada a emenda, os mais moderados decidiram que valia a pena concorrer no Colégio Eleitoral, e foi aí que se deu a eleição da chapa civil Tancredo Neves e José Sarney, colocando fim a duas décadas de regime militar.

A história mais recente ainda está bastante fresca em nossa memória. O governo do Presidente José Sarney, a participação na Assembleia Constituinte, sob a liderança do inesquecível Ulysses Guimarães...

O PMDB não conseguiu chegar novamente ao mais alto cargo executivo do País, mas tem mostrado sua força na Presidência das duas Casas do Congresso Nacional. Porém, nas últimas eleições, fez valer sua importância, com a indicação do Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Num país ainda pouco politizado, como o Brasil, o PMDB apresenta números que surpreendem. São mais de 15 milhões de simpatizantes, com um número de filiados que ultrapassa a casa de dois milhões, e as juventudes estaduais já chegam a 24.

A força política da agremiação pode ser avaliada pelos cargos ocupados em todo o território nacional: seis ministros, cinco governadores, oito vice-governadores, vinte senadores, 77 deputados federais, 172 deputados estaduais, 1.175 prefeitos – sendo quatro em capitais –, 907 vice-prefeitos, 8.495 vereadores.

Sr's e Srs. Senadores, quarenta e cinco anos já é uma existência considerável para um partido político no Brasil. Por isso deve ser motivo de muita comemoração para o PMDB chegar a uma idade como essa, mantendo as características e as diretrizes de defesa do interesse público com que foi criado.

Quero expressar, por isso, minhas homenagens pelos 45 anos da agremiação que foi protagonista nos mais importantes episódios da história brasileira nas últimas décadas, e à qual tenho a honra de pertencer.

Vida longa ao PMDB!

Como segundo assunto, gostaria de registrar que desenrola-se atualmente, uma discussão que tem reflexos sobre o alcance da autonomia e da independência desse Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Há algumas semanas, o jornal Folha de S. Paulo deu repercussão a esse debate em suas páginas. A questão que se põe é se o CNJ deveria ou não ter autonomia com relação aos tribunais para iniciar processos contra juízes. Creio, Sr. Presidente, que devemos responder afirmativamente a essa questão: a independência do CNJ é um recurso importante e precioso; privar o órgão dessa autonomia é diminuir o avanço que sua criação representou para o sistema judiciário brasileiro.

Uma das inovações introduzidas em nosso sistema judiciário pela Reforma levada a cabo em 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 foi a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A esse Conselho, Sr. Presidente, como diz o texto da carta Magna, compete “o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes”. Trata-se, portanto, de um órgão de controle externo, com atribuições que vão desde zelar pela autonomia do Judiciário e pela aplicação dos princípios da legalidade e da moralidade por parte dos órgãos da Justiça até avocar processos disciplinares em curso e rever processos julgados há menos de um ano.

A própria Constituição, atribui ao Conselho a competência de avocar e rever processos disciplinares. Ora, se já tem essa competência, porque não teria a de instaurar originariamente os processos? Isso pode ser especialmente estratégico quando os problemas estiverem de tal modo arraigados que comprometam a própria estrutura de correição do tribunal envolvido.

Vejam, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que, em sua maior parte, as denúncias recebidas diretamente pelo Conselho são remetidas de volta às corregedorias locais, o que mostra eloquentemente que o CNJ, em sua atuação, não quer invadir ou usurpar a autoridade dos tribunais. Mas privá-lo de sua autonomia é limitá-lo de forma contrária ao espírito que deu ensejo à sua criação.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, no dia 21 de março, a Ordem dos Advogados do Brasil lançou uma campanha nacional em defesa do Conselho Nacional de Justiça. Essa campanha, sem dúvida, como foi lembrado então, faz justiça à longa tradição da OAB na defesa das instituições republicanas em nosso País. Mais do que isso, ressoa e amplifica a aspiração popular que inspirou, finalmente, a criação de um órgão como o Conselho Nacional de Justiça. A OAB, como expressão e parte importante da sociedade civil e como integrante do próprio CNJ, tem todas as credenciais – e a autoridade – para sair em defesa do Conselho e de sua autonomia. Quero aqui fazer coro com a Ordem e com a sociedade civil brasileira, defendendo a independência do CNJ como uma conquista importante e como um recurso fundamental para garantir a qualidade da prestação jurisdicional.

Creio que não devemos poupar esforços no sentido de garantir essa autonomia do CNJ, ressalvada, naturalmente, sua subordinação ao controle do STF, como prevê a Constituição Federal. É o que deseja a sociedade civil e é o que melhor corresponde aos nossos anseios por um Judiciário que cumpra de maneira

reta e eficiente a sua função precípua e fundamental, que é a de dispensar justiça.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero registrar que nos últimos anos, nosso País tem dado sinais claros do seu franco e seguro processo de amadurecimento democrático. Seja do ponto de vista institucional, ou mesmo das relações políticas, nem o mais cético dos brasileiros conseguirá negar os avanços sistemáticos em nossa práxis democrática.

Refiro-me não somente às recentes transições formais de Governo, ocorridas de maneira regular e sob a égide do respeito à continuidade das políticas públicas e à transparência nos atos administrativos. Atenho-me, sobretudo, à impregnação do espírito do interesse público e democrático ao debate político e parlamentar em nossa sociedade.

Proposta em análise pela Presidente Dilma Rousseff exprime, com perfeição, esse já consolidado **zeitgeist** nacional. Falo da possibilidade de a Chefe do Poder Executivo nomear ex-Presidentes da República para comandar missões especiais e de relevada importância no exterior.

Algo que sugere apenas simbolismo e singeleza, Srªs e Srs. Senadores, reveste-se, em verdade, de densidade muito mais profunda. Se tal iniciativa vier a se materializar, daremos um importante passo no sentido de aprofundar, ainda mais, as nossas raízes democráticas.

Ao fazê-lo, a Presidente não estará apenas homenageando, pessoalmente, os seus antecessores. O ato formal de nomeá-los embaixadores especiais trará prestígio, maior e incalculável, às nossas instituições democráticas.

Estaremos, finalmente, aprendendo uma lição que os estadunidenses, há muito tempo, praticam. Lá, na mais antiga e duradoura democracia do continente, os Ex-Presidentes da República são cultuados e invocados para inúmeras tarefas de representação e aconselhamento, colaborando com o atual mandatário sempre que solicitado.

Ao longo da história, Sr. Presidente, tal prática tem estabelecido canais legítimos e duradouros de convivência democrática entre as siglas partidárias rivais nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que travam duros embates eleitorais, republicanos e democratas não deixam de dialogar em relação às grandes questões nacionais, notadamente os temas vinculados à política internacional e segurança coletiva.

Sempre que vejo o Jimmy Carter, George Bush e Bill Clinton exercendo importantes papéis em missões internacionais, representando os EUA, pergunto-me: por que não fazemos algo parecido aqui no Brasil?

Por que não aproveitamos a experiência acumulada e vivida pelos nossos ex-Presidentes?

Esta Casa, que abriga três de nossos ex-Chefes de Governo, Senadores atuantes e extremamente influentes, deve encampar esta louvável iniciativa, que tanto representa para a consolidação de nosso amadurecimento democrático.

A Presidente Dilma só ganhará com a colaboração desses grandes estadistas, assim como o País e sua projeção no sistema internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, no dia 06 de abril, eu estive em Caxias do Sul, a convite da Direção e dos alunos da Faculdade de Direito, para proferir a aula inaugural deste ano letivo. Para mim, uma oportunidade ímpar, não só porque eu estou certo de que é hora dos jovens participarem mais ativamente da política, como por me propiciar, mais uma vez, poder respirar os ares do lugar onde, como professor, mais aprendi do que ensinei. A Universidade de Caxias do Sul é a minha casa.

O que eu disse aos jovens daquela universidade pode ser repetido em todos os cantos e recantos deste país, embora tamanhos os contrastes. A juventude, de lá, ou de qualquer outro lugar, terá que contaminar, positivamente e com a brevidade exigida por um diagnóstico nada animador, o modo de fazer política neste mesmo país. Trago o texto para esta Tribuna, não só para que ele fique registrado, para a história, nos anais do Senado, mas, principalmente, para que ele possa contribuir para a mudança desta mesma história.

Foi bom estar “de volta ao meu aconchego”! Foi em Caxias que eu balbuciei as minhas primeiras palavras. Foi em Caxias que eu ocupei a minha primeira tribuna. E foi em Caxias, naquela Universidade, que eu me alimentei do mais profundo conhecimento, para outras palavras e outras tribunas.

Quando percorro os seus corredores e salas, principalmente da Faculdade de Direito, conjugo o verbo “ser” em dois tempos: fui professor e sou aluno. Docente por um tempo e discente por todo o tempo. Como hoje, como sempre. É que, a cada encontro como aquele, continuo me alimentando não só do conhecimento, mas, principalmente, da energia que é própria da juventude.

A mesma juventude que, um dia, em um espaço singelo, na Rua Sinimbu, onde funcionava uma revendedora de automóveis, se reunia para dar vazão às nossas inquietudes e aos nossos sonhos de construir um País digno, justo, democrático, livre e soberano.

Como não poderia deixar de ser, os debates para a criação de um espaço institucional, que veio a ser a nossa universidade, não se restringiram àquele grupo de jovens sonhadores, como eu. Ele se abriu para todos os que comungavam dos nossos ideais, na nossa “Ágora” daqueles tempos, o Clube Juvenil, sempre orientados pelo Dr. Virvi Ramos e pelo Dr. Ary Zatti Oliva.

Quando a Universidade foi criada, eu era Vereador na Câmara Municipal de Caxias. E o destino me reservou um papel que foi, certamente, um dos momentos mais marcantes da minha existência: eu fui o portador do documento oficial para a criação da Universidade de Caxias do Sul. Mais do que isso: esse mesmo fato também tem uma significativa importância histórica para o País: aquela foi a última assinatura oficial do então presidente João Goulart, antes de deixar o cargo.

Depois daquele fato, a história é bem conhecida. E tem que ser sempre lembrada, para não ser repetida. E se, hoje respiramos ares de liberdade, somos devedores, mais uma vez, à juventude. A “Ágora”, aí, se estendeu para as ruas, as praças e, principalmente, os pátios das universidades. Nossos ares, hoje, poderiam ainda ser densos, não fosse a luta dos estudantes, muitos deles com o sacrifício da própria vida.

A juventude é a responsável principal pelos avanços da liberdade democrática: nas lutas pela anistia, pelas eleições diretas em todos os níveis, pela ética na política e nos tantos outros eventos memoráveis da nossa história recente. Sem os “caras-pintadas”, por exemplo, nosso tempo poderia ter continuado, por muito mais, cinzento.

Diria, inclusive, que poderíamos acrescentar algo numa conhecida afirmação: “o preço da liberdade é a eterna vigilância da juventude”.

Hoje, eu não tenho dúvida de que a luta de todos nós é pela ética na política. E, como naqueles anos de chumbo, a repressão à liberdade se dava nos porões, hoje, a corrupção também age nos bastidores do poder. Os “torturados” de hoje são os que padecem nas filas dos hospitais e de tantos outros serviços públicos, vítimas dos desvios de recursos.

Eu também não tenho dúvida do papel dos estudantes de Direito, futuros juristas, terão na mudança deste quadro. Lembro, a propósito, o grande jurista e Professor Goffredo Telles Júnior, autor da notável “Carta aos Brasileiros”, lida sob as arcadas do Largo de São Francisco, aos estudantes de Direito, no auge da repressão do regime militar. Em artigo posterior, ele diz:

O diplomado em Curso de Direito sabe o que é permitido e o que é proibido pelas

leis. Possui, pois, o conhecimento básico de como se deve conduzir nos encontros e desencontros, nos acertos e desacertos, de que é feita a trama da comunidade humana. Seu diploma de bacharel em Direito é o título valiosíssimo de quem estudou as formas legais e ilegais dos relacionamentos humanos, e se informou sobre os caminhos e descaminhos do comportamento.

Eu tenho repetido que nada será mudado se, mais uma vez, a juventude não ocupar o seu lugar na história, em um movimento “de fora para dentro”. A “Lei da Ficha Limpa”, que nasceu de um projeto de iniciativa popular, é o exemplo mais recente da importância da participação dos eleitores sobre o comportamento dos seus representantes políticos. E, ainda assim, além de ter sido relegada a um plano inferior nas prateleiras do Congresso, só posta em votação sob pressão, nem se sabe se será colocada em prática nas eleições de 2012. Um único voto, no STF, mudou os rumos da história e os desejos consagrados através de mais de um milhão de assinaturas. Com certeza, os mesmos desejos de quase duzentos milhões de brasileiros.

Há uma diferença, hoje, em relação aos movimentos passados. Tínhamos, lá, uma representação estudantil realmente comprometida com os destinos políticos do país. Hoje, ela, como tantas outras, inclusive sindicais, foi cooptada pelo poder. É que esse mesmo poder tornou-se mantenedor dessas mesmas representações. No financiamento da construção de sedes suntuosas, por exemplo. No financiamento de eventos que se tornaram, como decorrência, acríticos. Ninguém investe contra seus mantenedores. Sem desmerecer o mérito do pleito, o passe livre, ou pela metade, tornou-se, por exemplo, item privilegiado na agenda das representações estudantis.

Além disso, há uma visível falta de perspectiva na juventude atual. Em outros tempos, nós, jovens, tínhamos um objetivo claro: as liberdades democráticas. E sabíamos quem eram os nossos inimigos. Ou os inimigos dos nossos ideais. Hoje, há, na juventude em geral, uma espécie de crise existencial. Além disso, volto a repetir, a mídia cuida de uma verdadeira “lavagem cerebral”, em nome de discutíveis índices de audiência. Não informa: forma. E forma segundo interesses do mercado, marcados pelo consumismo. A grande preocupação, hoje, para uma imensa parcela dos jovens, é, por exemplo, alcançar o celular mais sofisticado, exibido como sinal de **status**, de “inclusão” e, por que não, de poder.

Por isso, eu tenho por mim que falar aos jovens, nos dias atuais, é, cada vez mais, uma enorme res-

ponsabilidade. A velocidade da informação e a capacidade dos jovens no sentido de acompanhar os avanços tecnológicos fazem com que esse diálogo possa se constituir numa temeridade para os que viveram a minha geração. No acompanhamento e na apreensão das novas tecnologias, há uma sensação nítida de que pertencemos a duas espécies humanas distintas. A distância entre meu filho e eu, na linguagem tecnológica, é interplanetária.

Neste distanciamento cada vez maior, a minha geração tenta, pelo menos, discutir com os mais jovens, a partir da nossa experiência, a construção dos melhores valores, uma base de sustentação, ou um alicerce, para uma edificação mais sólida da vida, para suportar os abalos sísmicos da falta de perspectiva, da concorrência nem sempre leal e da falta de pudor do mercado.

O melhor dos mundos é a união entre a experiência e as novas energias. Não há ação desvinculada no tempo e no espaço. Toda ação é fundamentada em valores, em elementos internos de cada indivíduo e da sociedade como um todo. Esses valores vão sendo lapidados ao longo do tempo, nas nossas vidas. Passa, portanto, pela família, pela escola, pela igreja, pelo grupo social ao qual nós pertencemos, e assim por diante.

Na minha geração, esses elementos formadores dos valores que conformavam a nossa identidade eram muito presentes. Como as mudanças, no meu tempo, eram mais lentas, tornava-se muito mais fácil a nossa geração assimilar esses valores e, consequentemente, formar a nossa identidade. Tínhamos mais tempo para digerir os ensinamentos e transformá-los em ação.

Hoje não, as mudanças são mais rápidas e mais diversificadas. A família, a escola e a Igreja perderam espaço na formação dos valores dos meninos e dos jovens. Esse espaço foi ocupado, principalmente, pela mídia, em um sentido amplo. É interessante perceber como era importante, para nós, o chamado “olho no olho”, o calor humano, o diálogo. Hoje, os meninos têm o mundo a um toque dos dedos, mas vivem mais isolados, entre quatro paredes. Eles falam, ao mesmo tempo, com uma multidão, mas o sentimento é de monólogo. O jovem tem um turbilhão de escolhas na ponta dos dedos, mas ele é, cada vez mais, um indivíduo, único, com sua história particular.

Mudaram-se, também, e como consequência, os valores. Nós despendíamos as nossas energias, principalmente, com o chamado “necessário”. Hoje, a grande propaganda tenta imprimir, principalmente na cabeça dos jovens, a ideia do supérfluo, do descartável, do consumismo. O discurso da nossa geração era

baseado, fundamentalmente, na ideia do “ser”. Essa ideia foi sendo substituída, ao longo do tempo, pela do “ter”. Quem quer “ser”, nos nossos dias, tem sempre a imagem objetiva do “ter”. Eu quero ser, para ter. E ter, para ser.

Daí, a conformação dos novos valores, mais individuais, segregacionistas, passageiros, concorrentes antes de solidários. Há um vazio de sentido de valores. Não é à toa que sentimentos como solidariedade, compaixão, companheirismo, sejam, hoje, menos enraizados. O mesmo ocorre com o sentimento de patriotismo. As pessoas buscam o melhor para si, não importa onde, e sob que bandeira.

Não estou dizendo, particularmente, deste, ou daquele, jovem, ou grupo. Eu me refiro à tendência de uma geração. Uma geração que pode até não cobrar compensações pelo que faz, mas que não produz ambientes que permitam a reciprocidade. Repito, antes de ser solidário, ele é obrigado a ser concorrente, até mesmo por sobrevivência. Ele sabe que terá que concorrer, para sobreviver.

Eu não prego, evidentemente, uma volta pura e simples ao passado. Nem um ataque ao supérfluo. Cada vez mais, estamos embarcados numa viagem sem volta à modernidade. Mas, a minha geração não pode continuar sem compreender os jovens. Mais do que falar à juventude, ouvir as suas histórias, as suas preocupações, as suas angústias, as suas expectativas. É por isso que continuamos sendo aprendizes, sempre.

Não se pode negar que está cada vez mais difícil a integração entre gerações, sem resistências. Os ritmos são desiguais. Os mais velhos tentam se colocar, ora como psicólogos com métodos antigos, ora como historiadores, ora como meros contadores de história. Na maioria das vezes, memórias vivas, enquanto vivem, desta mesma história passada. Não cabe mais a afirmação do tipo “olhem, no nosso tempo era assim...”. O nosso tempo passou e o tempo atual vai passar mais rápido ainda. O que os jovens estão aprendendo hoje se transformará, também, em história, o mais rápido que se pensa. O obsoletismo, hoje, é dinâmico.

O que preocupa é que, com tamanha rapidez, as novas gerações acabem por ficar, cada vez mais, sem memória. Sem história. A continuar assim, ela não terá, nem mesmo como nós, história para contar. Ela viverá o momento. Sobreverá ao momento. Daí, a importância deste diálogo.

Lembro, a propósito, o historiador Eric Hobsbawm:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa

experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.

Já se vai mais de uma década do novo século, e essa afirmação continua cada vez mais atual. No entanto, nós, quando investidos no papel de historiadores, temos que compreender a história e, muitas vezes, até mesmo reescrevê-la, sob a luz de novos fatos. Repito, nós, geração que vem de mais longe, temos muito mais a aprender, do que a ensinar. Se os professores, por exemplo, não perceberem isso, poderão ser atropelados pela história.

Eu tenho percebido alguns sinais de retorno a alguns elementos anteriores de formação de valores. Por exemplo, uma tendência à volta dos mais jovens ao círculo familiar, embora permaneça o semi-círculo da TV. Dizem alguns que é por sobrevivência financeira. Exatamente por falta de alternativas de auto-financiamento. Eu sou mais otimista. Acho que a falta de perspectiva, no limite, pode gerar um efeito de retorno a situações que já se modificaram. Uma espécie de “retirada estratégica”, para retomada de forças, para enfrentar desafios cada vez maiores.

Eu também percebo uma volta à religiosidade. Até pouco tempo atrás, parecia que a religião se transformaria, apenas, em refúgio para os mais “antigos”, tementes a Deus no final de suas vidas. Os seres humanos pareciam nascer como coroinhas, viver como ateus, e morrer como sacristãos. Hoje, entretanto, as igrejas, independente da religião ou do credo, estão muito mais participativas, quando os eventos são direcionados, alegadamente, para a juventude.

Mas, eu acho que o papel fundamental na formação dos nossos jovens é, e será, exercido pela escola, principalmente as universidades, onde a velocidade do conhecimento tem, necessariamente, que fazer escala. Parar, abastecer e se abastecer. É na universidade, principalmente, onde se gera o conhecimento, que é o motor da nova história.

A família, por mais aconchegante e participativa que ela seja, dificilmente voltará a ser aquele lócus de discussão de outros tempos, até mesmo em função da sua sobrevivência material. O chamado dia-a-dia destes nossos tempos exige, por exemplo, que maior parte da família, quando não a totalidade, exerça alguma função produtiva e remunerada. Há um tempo

cada vez menor que pode ser dedicado a diálogos e a convivências familiares.

A religião sempre teve enormes dificuldades de modificar seus dogmas. É evidente que a realidade de hoje é muito diferente da de outrora. Por mais que a igrejas tenham se modernizado, no sentido de participar, efetivamente, da realidade mutante dos fiéis, ela ainda se prende a preceitos que não mudaram, significativamente, com o tempo. E, isso, se contrapõe à natural inquietude dos jovens.

Com a universidade é diferente. Ela não só acompanha as mudanças. Ela participa delas. Ela as promove. Ela é o foro privilegiado do debate, das discussões, das trocas de experiências, da necessidade e dos efeitos dessas mesmas mudanças.

Daí, a minha fé nos jovens e nas universidades. O ambiente que nós, principalmente os mais idosos, frequentamos hoje, é mais corroído, em termos de valores. O meu, nem se diga. A política não tem sido boa referência para ninguém, principalmente para a juventude. Mas, se a política tem que ser, por definição, a melhor de todas as referências, não há como cobrar, dos outros segmentos da sociedade, por exemplo, comportamento ético, ou qualquer outra boa norma de conduta.

Por isso, eu acho cada vez mais difícil, hoje, os jovens buscarem, em nós, como geração, pelo menos no campo político, as melhores referências. Elas estão em extinção! Eles têm é que contaminar, no melhor dos sentidos, a política. Voltar a participar, muito mais, da política.

Eu sempre fui um incentivador da atividade política. Muitos nomes que hoje ocupam lugares-chaves na função pública iniciaram suas trajetórias convidados por mim. Pelo menos aqui, no Rio Grande do Sul. Em outros tempos, era necessário, até mesmo, algum mecanismo de seleção, para a ocupação de vagas nos espaços políticos. Pois bem, nas últimas eleições, eu convidei diversas pessoas, para se candidatarem a mandatos políticos. Pessoas que, a meu ver, poderiam contaminar, positivamente, um ambiente que se sabe estar deteriorado. Eu não consegui demover corações e mentes, para que se candidatassem, em todos os níveis. A política já não encanta, como antes.

É por isso que eu advogo a ideia de que os jovens devem voltar a participar, ainda mais, da política. Fazê-la caminhar, porque ela se encontra, hoje, encalhada no lamaçal. Na universidade está a geração que mudará os rumos deste país. Há pouco o que esperar de nós, em termos de ação. No máximo, os baldrames para que a juventude erga suas construções.

O exemplo, a vitalidade, a esperança dos jovens não mudarão o comportamento da classe política

dominante. Ela age segundo os seus próprios interesses. Evidentemente interesses que ela não quer modificar. Está aí, por exemplo, a reforma política que derrapa há tanto tempo no Congresso! Quem a fará? Não será, evidentemente, quem não tem o menor interesse em qualquer mudança. Porque usufrui do **status quo**.

É preciso, portanto, que os jovens passem a dominar a política. Como um ser partidário, eu deposito a minha esperança na juventude dos partidos. E ela está nas escolas, principalmente nos bancos da universidade. Promovendo o debate do contraditório. Não se contentando com o que é, mas lutando pelo que deve ser.

Daí, eu desejo repetir o que tenho dito nas minhas andanças pelas universidades brasileiras. Os jovens têm, a partir de agora, que tomar as rédeas da história. Não se contentar, tão somente, com a ciência, enquanto conhecimento do que é. A crise existencial da juventude de hoje leva a que todos vocês busquem, lá no íntimo, a sensibilidade do filósofo. É preciso idealizar o dever ser. É preciso que os jovens juntem, numa mesma alquimia política, a ciência e a filosofia. O ser e o dever ser. E a ponte entre a ciência e a filosofia, o ser e o dever ser, deverá ser construída com a argamassa do Direito.

Os futuros dirigentes desta Nação estão, hoje, nas salas de aula. E não digo de um futuro longínquo, porque a velocidade das transformações aproxima, cada vez mais, o porvir e o presente. É que eu também não tenho dúvida de que o Direito será o passaporte e o “visto de entrada” para a ocupação de espaços, nos três poderes da gestão pública.

Temos, nas universidades, portanto, futuros parlamentares e executivos públicos, em todos os níveis e em todos os escalões. Mas, o que mais encanta, e o que mais me enche de esperança, quando converso com estudantes de Direito, é, principalmente, que eles serão, proximamente, integrantes do Poder Judiciário.

É que eu tenho certeza de que o maior de todos os problemas brasileiros, responsável, inclusive, pela corrupção que campeia todos os poderes, inclusive o próprio Judiciário, é a impunidade. O país não tem falta de leis. Ao contrário: em muitas questões, ostentamos um aparato legal melhor que o de outros países ditos desenvolvidos. Mas, que de nada vale, se não colocado em prática. Se não cumprido. Se não se revogarem, muitas vezes nos bastidores, as disposições em contrário.

De nada adiantará fazer leis, os professores obterem sucesso no ensinamento dessas mesmas leis, se elas permanecerem letras-mortas nas prateleiras do Judiciário. Terá sido em vão tanto esforço, no

Congresso, onde eu milito, e na Universidade, onde estão os jovens.

A impunidade no Brasil, ou o não cumprimento das leis, não é uma herança histórica, como alguns querem nos fazer crer. Muito menos uma herança maldita, repassada ao longo de gerações, desde os tempos coloniais. Afinal, já se vão quase dois séculos a nossa independência.

Vivemos, na verdade, um déficit de cultura democrática. A democracia, na nossa história, sempre viveu de soluções. O que temos que lutar, agora, é para que o período atual de liberdades democráticas seja eterno. E, para que isso aconteça, de nada adianta fazer e aprender leis. É preciso que elas sejam praticadas. É um perigo a chamada “anomia social”, quando a população, de tanto ver a impunidade, entende que há um afrouxamento das normas sociais. Daí, até um esgarçamento do tecido social, pode ser, de novo, um passo não tão longo.

Mais do que isso: a lei tem que ser aplicada não somente para quem não tem recursos para contratar o melhor advogado. E, no contraponto, que o jurista não atribua um preço para que a lei seja cumprida. Para que ela seja interpretada de acordo com o tamanho do seu honorário. Pior do que isso, a custo de qualquer tipo de desvio de conduta.

Busco em “Oração aos Moços”, do mestre Rui Barbosa:

... o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrúpulo; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiraram a inferioridade na condição com a míngua dos recursos.

Portanto, se a impunidade é o maior dos nossos males, e se ela ocorre pela má prática do Direito, aí está o grande espaço político dos nossos estudantes de Direito: a luta contra essa mesma impunidade. Utilizar os conhecimentos adquiridos nos bancos das universidades, para mudar o País. Não há dúvida de que se trata de um movimento coletivo. E, nesse sentido, contra a impunidade, a OAB tem capitaneado uma luta das mais louváveis. Mas, isso não impede a participação individual, de cada um, como advogados, como promotores ou como juízes. Fazer cumprir as leis, indiscriminadamente, para que a impunidade não alimente seus descendentes diretos, como a cor-

rupção, a dor nas filas dos hospitais e a escuridão do analfabetismo.

Eu disse, anteriormente, que é uma enorme responsabilidade falar aos jovens, nos dias atuais, pela velocidade das mudanças, difíceis de serem acompanhadas pelas gerações que vêm de mais longe. Mas, por essas minhas reflexões, se válidas, a grande responsabilidade está é com a juventude.

Como já disse, o que já é percebido por muitos, é que a velocidade das transformações do mundo é tamanha que, em menos de uma década, quase tudo o que hoje é moderno, tornar-se-á obsoleto. É esse o mundo que será dirigido pelos jovens de agora. E terá que ser um mundo em Estado de Direito. Tarefa cada vez mais árdua, porque um mundo com distâncias cada vez maiores entre as pessoas e entre as nações. Um novo e mais cruel muro a nos separar. De um lado, os incluídos, os que conseguirão se adaptar a essas transformações e, do outro, a cada vez maior massa de excluídos.

Entre as nações, quem sabe na imposição de um novo colonialismo que, como também dizem alguns, é o principal motivo das guerras e ocupações recentes, como no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, e nos países do Norte da África e do Oriente Médio. Entre as pessoas, no recrudescimento de uma apartheid social em escala crescente.

Talvez em nenhum outro momento da história mundial, o Direito tenha sido tão importante. O Direito como ciência jurídica, ciência social, ciência política. Mais que uma nova história, talvez estejamos construindo uma nova geografia. Quem sabe, então, tenhamos também que desenhar uma nova filosofia. Uma nova sociologia. Uma nova economia. Uma nova política.

São essas as grandes preocupações demonstradas pela Universidade de Caxias do Sul, desde a sua criação. Uma história que eu tive a honra de viver. Neste nosso tempo, me emociona o convite para uma “Aula Magna”. Não posso fugir, entretanto, à lembrança, embora há tantos anos, a igual honraria do chamado para a aula inaugural daquela mesma faculdade, como primeiro professor de Economia Política. Depois, Sociologia, na Faculdade de Filosofia, conduzido pelo Bispo de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi.

Pois é, Economia, Sociologia, Filosofia, Política, Direito. Ainda bem que, embora tantas, tamanhas e tão rápidas mudanças, a Faculdade de Direito e a Universidade de Caxias não tenham mudado, na essência. Daí, o orgulho de ter voltado àquela minha casa. Daí, a minha esperança, sempre renovada, na juventude. Daí, a minha certeza de um país que não é mais do

futuro. É de aqui e do agora. Um país de todos os jovens. De todos nós. De todos!

Foi este o teor da minha aula magna, na Faculdade de Direito de Caxias do Sul. Teria sido este o mesmo conteúdo, se estivesse em qualquer faculdade, de todas as universidades do país. De todas as escolas. De todos os lugares onde eu possa dialogar com os jovens. Aprendendo sempre, muito mais que ensinando.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no último dia 17 de março, o caderno de turismo do jornal **O Globo** trouxe um artigo que eu repercuto, neste Plenário, com a maior satisfação.

Intitulado “A conquista de um gigante chamado Monte Roraima”, o artigo reitera o forte apelo turístico das atrações naturais do Estado de Roraima, mais especificamente dessa montanha que, sem dúvida, está entre as mais belas do continente.

O Monte Roraima, com seus 2.734 metros, ocupa apenas o oitavo lugar entre as montanhas mais altas do Brasil. Porém, Sr. Presidente, em termos de beleza, de poder de arrebatamento e de riqueza em espécimes exóticos da flora e da fauna, arrisco-me a dizer que o Monte Roraima é imbatível.

Situado na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, e estrela maior de um parque nacional criado em 1989 pelo Presidente José Sarney, o Monte Roraima, do alto de seus dois bilhões de anos, é uma das formações rochosas mais antigas do planeta. O Monte Roraima, assim, é muito mais antigo que a própria deriva continental, e suas pedras testemunharam, portanto, a separação dos continentes americano e africano, ocorrida, calculam os cientistas, há cerca de 150 milhões de anos.

Uma das características mais marcantes do Monte Roraima é sua forma de mesa, que naquela região recebe o nome de tepui. O Roraima é o maior e o mais belo dos tepuis amazônicos, e seu platô, de 31 quilômetros quadrados, é o habitat de espécimes da fauna e da flora que não podem ser encontradas em nenhuma outra região do planeta.

A beleza, o exotismo e as peculiaridades do Monte Roraima seduzem viajantes, exploradores, cientistas e aventureiros do mundo inteiro há gerações. O mais notável tepui sul-americano serviu de cenário e fonte de inspiração a diversos relatos de viagem, romances e filmes, dentre os quais se destaca, de produção recente, o filme “Up – Altas Aventuras”, dos estúdios

Disney/Pixar, vencedor do Oscar de melhor animação em 2010.

É claro, Sr. Presidente, que tantos atrativos concentrados em um só lugar se revertem, com o tempo, em forte interesse turístico, especialmente numa época como a nossa, em que o turismo ecológico e de aventura vem crescendo intensamente.

De fato, o Monte Roraima recebe cerca de 3 mil turistas por ano, atraídos pela beleza da paisagem, pelo desafio de enfrentar os vários dias de caminhada até o topo da montanha e pela chance de admirar espetáculos da natureza como o Salto Angel, a maior queda d’água do mundo, com 979 metros de altura.

O que nos entristece, Sr. Presidente, é o fato de que menos de 10% desses 3 mil visitantes anuais sejam brasileiros. A maioria dos turistas que exploram anualmente o Monte Roraima é composta de venezuelanos e europeus. É bem verdade que, da área ocupada pelo platô, apenas 5% está em território brasileiro, e que o caminho de acesso ao cume é feito a partir do território venezuelano. Porém, a burocracia para fazer a travessia para a Venezuela é mínima, e a autorização para a subida do Monte Roraima, exigida pelo governo venezuelano, é fornecida pelas próprias operadoras de ecoturismo brasileiras que vêm organizando, há anos, excursões periódicas e bem sucedidas ao Monte Roraima.

Não há, portanto, Sr. Presidente, desculpa para que os brasileiros se furtam de conhecer o Monte Roraima e a belíssima região dos tepuis amazônicos, aproveitando, é claro, para explorar a riqueza natural e cultural do meu Estado de Roraima – que, aliás, recebeu esse nome em homenagem ao Monte Roraima, e não o contrário, como seria de se imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, vou concluir os trabalhos desta sessão hoje aqui, no plenário do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória nº 511, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2011, que autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV; estabelece medidas

voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP; e dá outras providências.

(Lida no Senado Federal no dia 7-4-2011)
Relator revisor: Senadora Marta Suplicy
(Sobrestando a pauta a partir de: 2-2-2011)
Prazo final prorrogado: 17-4-2011

2 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a *Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010*.

3 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2010*.

4 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a *Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011*.

5 PARECER N° 52, DE 2011

Discussão, em turno único, do Parecer nº 52, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS PAULO VERRISSIMO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Fernando de Magalhães Furlan.

6 PARECER N° 53, DE 2011

Discussão, em turno único, do Parecer nº 53, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.

7 REQUERIMENTO N° 271, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 271, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007 (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

8 REQUERIMENTO N° 280, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 280, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia).

9 REQUERIMENTO N° 281, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (alterações no Fundo Nacional de Meio Ambiente).

10 REQUERIMENTO N° 282, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (benefícios fiscais a setores exportadores).

11

REQUERIMENTO N° 285, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 285, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (promoções na carreira militar).*

12

REQUERIMENTO N° 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando a tramitação*

conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).

13

REQUERIMENTO N° 299, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (altera o Código Penal).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 10 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	

Notas:

1. Em vaga cedida pelo PSDB.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Arguello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgávio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 07.04.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferrão, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17 de março de 2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

—

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃOPresidente: _____
Vice-Presidente: _____**Senado Federal**

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 178 páginas

OS: 2011/11389